

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

LOREN ALYNE COSTA

**O inconsciente é um passado que não se realizou:
o percurso topológico inconsciente do determinismo ao Nachträglich**

Belo Horizonte
2019

LOREN ALYNE COSTA

**O inconsciente é um passado que não se realizou:
o percurso topológico inconsciente do determinismo ao Nachträglich**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Área de concentração: Estudos Psicanalíticos

Linha de pesquisa: Conceitos Fundamentais em Psicanálise e Investigações no Campo Clínico e Cultural

Orientador: Prof. Dr. Gilson de Paulo Moreira Iannini

Belo Horizonte
2019

Nome: Costa, Loren Alyne.

Título: O inconsciente é um passado que não se realizou: o percurso topológico inconsciente do determinismo ao Nachträglich.

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da
Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para a
obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Aprovada em: _____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Gilson de Paulo Moreira Iannini – Orientador
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Prof. Dr. Cleyton Sidney de Andrade
Universidade Federal de Alagoas – UFAL

Prof. Dr. Frederico Zeymer Feu de Carvalho
Universidade FUMEC

Prof. Dr. Guilherme Massara Rocha
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Prof.^a Dr.^a Márcia Maria Rosa Vieira Luchina
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Prof. Dr. Jacques Fux – Suplente
Escola Superior Dom Helder Câmara

À Walkíria Alves de Mattos, meu *Nachträglich*.

AGRADECIMENTOS

Ao Jeferson Machado Pinto, pela delicadeza, a sustentável leveza que perpassa esse trabalho. Obrigada por ter acolhido meu projeto e minhas questões, por essa pequena grande caminhada juntos, pela simplicidade e profundidade que deixam efeitos em minha escrita e em minha vida.

Ao Gilson Iannini, meu sempre (e tão) orientador, obrigada pela amizade, pelo humor, pelo rigor, pela disponibilidade e sobretudo pela aposta. Agradeço por ter estimado e suscitado minha capacidade do início ao fim desse percurso.

Ao professor Antônio Teixeira, que promoveu meu enlace à UFMG e à pesquisa, agradeço pela transmissão.

À Ana Lúcia Luttherbach Holck, pela presença *pas tout* que dá lugar a esse néon de possíveis.

Aos professores e amigos Frederico Feu, Márcia Rosa, Guilherme Massara, Cleyton Andrade e Jacques Fux, pessoas que tanto admiro e que aceitaram prontamente compor a minha banca examinadora.

À Virgínia Souto Maior, amiga que descobri no doutorado. Obrigada pela disponibilidade sincera e tão rara atualmente; pela leitura atenta e interessada da minha tese, pelas partilhas, pelos cafés animados e divertidos juntamente com Wilson Sanábio.

À Mary Oliveira, meu porto seguro em Ipatinga, uma amiga com todas as qualidades de uma mãe. Obrigada pela acolhida, pelo carinho, pela doação incondicional que, juntamente com Sebastião Moacir Oliveira, me deram forças na finalização desse trabalho.

Ao meu pai pelo reconhecimento do esforço, à minha mãe pela ajuda, às amigas Danielle, Ana Lúcia e Natália pela motivação e presença.

Aos colegas e alunos do Unileste-MG, pela cooperação e incentivo.

Ao Fabrício Veliq, à Virginia Carvalho, ao Luciano Pachêco e ao Sérgio Mattos, cada um à sua maneira, se mostraram disponíveis a ajudar. Obrigada pelas pontuações luminosas nos momentos obscuros.

A todos os que contribuíram direta ou indiretamente na confecção dessa tese, todos os que sofreram comigo e torceram por meu sucesso, obrigada.

Será que se um pássaro pintasse, não seria deixando cair suas penas,
uma serpente suas escamas,
uma árvore se desfolhar e fazer chover suas folhas?

Jacques Lacan

o
0 |0|
fi y
q d
c
r rf
l s
i
g vu b u
eh &
inc ; ta @ pl - k eh u
o o

RESUMO

Costa, L. (2019). *O inconsciente é um passado que não se realizou: o percurso topológico inconsciente do determinismo ao Nachträglich*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

A questão da cientificidade da psicanálise pressupõe a noção de determinismo, ou seja, para determinar as leis que regem tal objeto, é necessário que se encontre uma linearidade entre a causa e o efeito. Se na física e no determinismo clássicos, por exemplo, precisamos conhecer a causa primeira para determinar os efeitos posteriores, quando se trata do sujeito, esse pressuposto apresenta uma hiância. Isso porque ao investigar o inconsciente e suas leis de determinação, temos apenas os efeitos, suas formações como o sonho, os atos falhos, chistes, repetições e lembranças encobridoras. Esses efeitos, ao invés de levarem a uma via direta à causa primeira, ao trauma primordial e à etiologia das neuroses, promovem antes uma certa “falsificação” da verdade, de modo que da causa só temos seus contornos. Assim, a cada momento que Freud pretende, pela via das ciências naturais, tecer uma explicação linear do inconsciente a partir dos seus efeitos, depara-se com pontos de obstáculo que impedem que se faça uma explicação causal. Se a repetição do sintoma é o que demonstra que há algo fixado, que há uma certa estrutura, como ter acesso a esse invariável se do inconsciente só temos seus fragmentos ficcionais e contingentes? Como é possível o sujeito repetir no futuro uma vivência do passado? Qual lógica e qual temporalidade está em jogo nesse caminho da causa ao efeito inconsciente? Tendo tais questões ao horizonte, partimos da hipótese de que se podemos falar de determinismo em relação ao inconsciente, uma certa torção temporal é necessária uma vez que não é possível uma linearidade entre a causa e o efeito quando trata-se do sujeito. Por estar em um estado evanescente entre dois significantes, a causa é o que se apresenta sempre como hiância, fazendo com que algo do passado permaneça não realizado, a advir no futuro. Nesse sentido, trata-se do *Nachträglich*, em sua dimensão muito específica de *a posteriori* que não é da ordem de um atraso, mas sim de uma dimensão temporal antes topológica do que linear.

Palavras-chave: Inconsciente. Determinismo. Trauma. Verdade. Ficção. *Nachträglich*. Topologia.

ABSTRACT

Costa, L. (2019). The unconscious is a past that has not been realized: the unconscious topological path from determinism to the *Nachträglich*. Doctoral Thesis, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brazil.

The question of the scientificity of psychoanalysis presupposes the notion of determinism, that is, to determine the laws governing such an object, it is necessary to find a linearity between cause and effect. If in classical physics and determinism, for example, we need to know the first cause to determine the later effects, when it comes to the subject this presupposition presents a failure. This is because when investigating the unconscious and its laws of determination, we have only the effects, its formations as the dream, the parapraxis, jokes, repetitions and screen-memory. These effects, instead of leading to a direct path to the first cause, to the primordial trauma and to the etiology of the neuroses, rather promote a certain “falsification” of truth, so that we have only the contours of the cause. Thus, at every moment Freud intends, through the natural sciences, to weave a linear explanation of the unconscious from its effects, he encounters obstacle points that prevent a causal explanation from being made. If the repetition of the symptom is what demonstrates that there is something fixed, that there is a certain structure, how to have access to this invariant if from the unconscious we have only its fictional and contingent fragments? How can the subject repeat in the future an experience of the past? What logic and what temporality is at stake on this path from cause to unconscious effect? Having such questions to the horizon, we start from the hypothesis that if we can speak of determinism in relation to the unconscious, a certain temporal twist is necessary since it is not possible a linearity between cause and effect when it comes to the subject. Because it is in an evanescent state between two signifiers, the cause is what always appears as interval, making something of the past to remain unrealized, to come in the future. In this sense, it is the *Nachträglich*, in its very specific dimension of a posteriori that is not of the order of a delay, but of a temporal dimension rather topological than linear.

Key-words: Unconscious. Determinism. Trauma. Truth. Fiction. *Nachträglich*. Topology.

RÉSUMÉ

Costa, L. (2019). *L'inconscient est un passé qui n'a pas été réalisé : le chemin topologique de l'inconscient du déterminisme au Nachträglich*. Thèse de Doctorat, Programme Post-Universitaire en Psychologie, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brésil.

La question de la scientificité de la psychanalyse présuppose la notion de déterminisme, c'est-à-dire que pour déterminer les lois qui régissent un tel objet, il est nécessaire de trouver une linéarité entre cause et effet. Si dans la physique et le déterminisme classique, par exemple, nous avons besoin de connaître la première cause pour déterminer les effets ultérieurs, en ce qui concerne le sujet, cette présupposition présente une béance. Pour trouver dans l'inconscient ses lois de détermination, nous n'avons que les effets : ses formations comme le rêve, les lapsus, les mots d'esprit, les répétitions et les souvenirs-écrans. Ces effets, au lieu de conduire directement à la cause première, au traumatisme primordial et à l'étiologie des névroses, favorisent plutôt une certaine "falsification" de la vérité, de sorte que nous n'avons que les contours de la cause. Ainsi, à chaque instant que Freud se propose, à travers les sciences de la nature, tisser une explication linéaire de l'inconscient à partir de ses effets, il rencontre des points d'obstacles qui empêchent une explication causale. Si la répétition du symptôme est ce qui démontre qu'il y a quelque chose de fixe, qu'il y a une certaine structure, comment avoir accès à cet invariant si de l'inconscient nous n'avons que ses fragments fictifs et contingents ? Comment le sujet peut-il répéter à l'avenir une expérience du passé ? Quelle logique et quelle temporalité sont en jeu sur ce chemin de cause à effet inconscient ? Ayant de telles questions à l'horizon, nous partons de l'hypothèse que si l'on peut parler de déterminisme par rapport à l'inconscient, une certaine torsion temporelle est nécessaire car il n'est pas possible de faire une linéarité entre la cause et l'effet par rapport au sujet. Parce qu'il est dans un état évanescent entre deux signifiants, la cause en est ce qui apparaît toujours comme une béance, faisant en sorte que quelque chose du passé reste non réalisé, à venir. En ce sens, c'est le *Nachträglich*, dans sa dimension après-coup, très spécifique, qui n'est pas de l'ordre d'un retard, mais d'une dimension temporelle plutôt topologique que linéaire.

Mots-clés : Inconscient. Déterminisme. Traumatisme. Vérité. Fiction. *Nachträglich*. Topologie.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Diagrama das conexões conscientes e inconscientes do caso Emma	63
Figura 2 - Cadeia de necessidade	69
Figura 3 - Cadeia impossível.....	69
Figura 4 - Traços de memória.....	81
Figura 5 - Esquema do tempo e espaço da corrida.....	97
Figura 6 - Esquema da nassa	99
Figura 7 - Banda de Moebius	104

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2 O INCONSCIENTE: DO DETERMINISMO À FICÇÃO	17
2.1 A IDEIA DE DETERMINISMO E SEU OBSTÁCULO.....	17
2.2 A MEMÓRIA DUVIDOSA	22
2.3 O TRAUMA ESCRITO EM AUTOFICÇÃO.....	25
2.4 DE UMA VERDADE QUE NÃO FOSSE SEMBLANTE.....	31
3 O INCONSCIENTE: DO PREVISÍVEL AO CONTINGENTE	45
3.1 A MEMÓRIA IMPREVISÍVEL.....	45
3.2 O QUE SE REPETE E O QUE NUNCA IRÁ SE REPETIR.....	47
3.3 O NÃO PREVISTO É O SEXUAL.....	57
3.4 O ACASO EM JOGO.....	65
4 O INCONSCIENTE: DO DESTINO AO <i>NACHTRÄGLICH</i>	74
4.1 O INCONSCIENTE (A)TEMPORAL E NÉON DE POSSÍVEIS.....	74
4.2 ESTA(VA) ESCRITO	85
5 CONCLUSÃO	106
REFERÊNCIAS	109

1. INTRODUÇÃO

O tema dessa pesquisa nasceu em 2005, a partir de um estágio realizado na Delegacia de Mulheres de Belo Horizonte. Ao realizar atendimentos psicológicos a mulheres vítimas de violência doméstica, fizemos uma constatação inquietante: a de que essas mulheres que chegavam à instituição em um estado de sofrimento físico e psicológico tão intenso, mesmo prestando queixa contra o agressor e decididas a mudarem de vida, retornavam com uma frequência assustadora – três, quatro, *n* vezes – exatamente nas mesmas condições. Algumas chegavam inclusive a trocar de parceiro, numa esperança de recomeço, mas retornavam ao mesmo ponto, violentadas e tentando sair desse sofrimento.

O que estava em jogo na repetição dessas mulheres? Estariam elas fadadas a repetir esse sofrimento/satisfação inconscientes *ad infinitum*? Poderíamos, desse modo, prever que retornariam à instituição mais uma e outra vez? Se não, o que as retiraria desse circuito de gozo?

A partir de então, iniciamos, no curso de especialização, a pesquisa sobre o conceito de repetição em Freud e em Lacan, propondo uma conversa com o filósofo Gilles Deleuze (1925-1995) que indica que em toda repetição há uma diferença (Deleuze, 1968/2006). O que queríamos demonstrar é que a repetição não é da ordem de uma reprodução e nesse sentido, não se trata de um determinismo. É também o que Lacan (1964/1985) propõe em *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* quando afirma que há na repetição algo de uma produção que demanda o novo.

Dando continuidade à pesquisa no mestrado, a questão da repetição ganhou duas dimensões: a de determinismo e de contingência. Com o título *O que a repetição traz de novo: as dimensões de determinismo e contingência da repetição* visamos demonstrar que haveria um “de novo” e um novo que se engendram no sintoma repetitivo do sujeito neurótico. Nesse viés, contudo, ainda estávamos numa perspectiva binária em que a repetição se apresentava ora como determinismo, ora como contingência como se a solução para o sintoma estivesse, de certa forma, num ponto exterior ao próprio circuito repetitivo.

Já na pesquisa do doutorado a questão do determinismo exigiu que se adentrasse na perspectiva epistemológica, visando encontrar de que modo esse termo “determinismo” se articula à psicanálise. O termo surgiu na física e pressupõe que é necessário encontrar a causa primeira de um fenômeno para se determinar e controlar os seus efeitos, condição para a ciência clássica.

A grande questão da psicanálise, contudo, e o que tentamos demonstrar em nossa pesquisa, é que ela se apoia na ciência e no estruturalismo, mas vai além deles quando introduz a dimensão do furo, a dimensão topológica. Como ficaria a questão do determinismo nessa nova perspectiva? Se não estamos no campo da fenomenologia e nem no campo de uma estrutura fechada, o que caracteriza o sujeito do inconsciente?

O paradoxo do inconsciente é que, ao mesmo tempo em que se repete, ele só surge no ato. Um sonho, uma lembrança, um ato falho, um chiste, não podem ser programados, esperados, não são previsíveis. Entretanto, esses atos ainda que fugidios levam colados na sola um real que retorna ao mesmo lugar, como indica Lacan (1955/1998b).

Chegamos então às perguntas que norteiam nossa pesquisa: o que do inconsciente está determinado? Como apreender a verdade do sujeito se do trauma só temos o seu contorno fictício, as lembranças encobridoras? O que causa a repetição e o sintoma e como podem ser lidos/interpretados? Isso já estava lá, escrito desde sempre no inconsciente como um destino, numa relação linear de causa e efeito?

Para tentar responder a essas perguntas, passamos, no primeiro capítulo, pela noção de determinismo na física clássica e na concepção freudiana. O pressuposto do físico francês Pierre-Simon Laplace (1749-1827), por exemplo, é o de que se conhecemos de forma exata e detalhada qualquer fenômeno no momento T_0 (sua causa) podemos prever seu estado a qualquer momento posterior (T_1 , T_2 , $T_3...$). Se Freud, tomado pelo espírito positivista das ciências naturais de sua época, tentou também acessar esse momento T_0 no que diz respeito à causa inconsciente, o que ele encontra é sempre algo da ordem de um obstáculo. Seguiremos então, no primeiro capítulo, pelo percurso freudiano nessa busca em estabelecer um determinismo estrito do inconsciente, mas encontrando sempre pontos opacos resistentes à decifração.

Se o material do psicanalista para acessar o momento traumático e causador do sintoma é a memória, veremos de que forma ela se constitui antes como uma tela que dissimula a verdade do trauma do que como um registro fiel. A memória (e, portanto, o registro inconsciente) só se apresenta denunciando suas lacunas e suas ficções. Nesse sentido, quanto mais Freud visava o conteúdo inconsciente, mais ele mergulhava na dimensão do aparente, das ressonâncias fictícias, sem encontrar uma causa fiável. Se há um núcleo patogênico causador do sintoma, ele não se deixa assimilar senão pelas lembranças que circulam estratificadas em camadas, como que orbitando esse ponto infável. Sendo assim, não se trata de descobrir a causa velada. Como indica Lacan (1964/1985) a causa do inconsciente é essa que traz sempre algo de anticonceitual e indefinido, ela se apresenta como hiância. A experiência da psicanálise

se dá em ato, e, portanto, estabelecer uma relação de causa e efeito linear como pressupõe o discurso científico clássico, parece ser impossível.

Enquanto a ciência não consegue descrever a totalidade da experiência traumática e se da verdade do sujeito só temos o seu contorno e não seu conteúdo, é a literatura, juntamente com o caso clínico, que darão respaldo para nos aproximarmos desse ponto insondável, uma vez que estes trazem em seu exemplo singular algo da estrutura universalizante. Faremos uso então, nesse primeiro capítulo, dos recursos literários para pensarmos a questão da memória e da verdade em consonância com a psicanálise de orientação lacaniana.

Uma vez feita a constatação de que a verdade do sujeito só se dá por um artifício representativo, discutiremos de que modo a psicanálise se posiciona diante dessa busca. O sujeito é sobredeterminado pelo significante que vem do Outro, mas ao mesmo tempo, a operação de nomeação deixa um resto e o sujeito emerge como resultado dessa falha, essa brecha entre um significante e outro. Não podemos partir de S_1 como conteúdo ou causa primeira, mas apenas o segundo significado, esse que é interpretado, irá representar o sujeito à sua causa. Ao afirmar que todo discurso é da ordem do semblante, Lacan (1971/2009) não sugere que deve-se recuar diante da busca pela verdade do sujeito, tampouco responder ao paradoxo, mas antes, convida o psicanalista a se orientar por essa falha, essa hiância, fazendo desse impasse, uma possibilidade de inventar uma saída singular.

No capítulo seguinte, “O inconsciente: do previsível ao contingente” investigaremos o conceito de repetição e como essa *maquinaria* que vem do Outro, traz a impressão de que a repetição é puro automatismo, mas é o ato do sujeito que traz o que lhe é próprio. A compulsão à repetição, desse modo, é o que tenta ligar os elementos de uma experiência não adquirida, para que assim esta experiência possa se tornar presente e atualizar o inconsciente. Essas vivências marcantes ficam como que perdidas à espera de uma interpretação *a posteriori*. Se o significante não conseguiu recuperar tal experiência infantil, é a repetição que traz em ato esse elemento que não se tornou passado ainda, pois não ganhou representação.

Logo, o que permite essa sobreposição do passado com o presente é a fantasia. Trata-se do anteparo entre a experiência não compreendida no presente que se impõe. É desse modo que toda nova estrutura de desejo segue o mesmo caminho, pelas vias de ativação do traço mnêmico.

Nesse sentido, Lacan (1964/1985) dirá que a repetição apresenta duas dimensões: do *autômaton*, da seriação automática dos significantes em que o sujeito crê que, se ele repassar uma e outra vez os significantes, terá pistas sobre o ponto final e inicial de seu destino; e da *tiquê*, em que tal destino chega como sendo de fora, êxtimo, estranho, a partir do real sendo sua

causa. Percebemos então que tanto na *tiquê*, quanto no *autômaton*, existe um percurso marcado pelo tropeço. De que ordem seria esse tropeço causal?

Freud (1893/1969) então faz uma constatação importante: de todas as maneiras, se tentamos descobrir o núcleo causador do trauma e do sintoma neurótico, nos deparamos sempre com a questão do sexual. O sexual é a marca do encontro do corpo com a linguagem e esse encontro, de fato, não é da ordem do previsível, e sim do contingente.

O caso de Emma Eckstein apresentado por Freud (1895/1969), nos parece exemplar para pensarmos sobre o *Nachträglich*, ou seja, é a segunda lembrança, interpretação da primeira, que se liga ao trauma, de modo que não seria possível, sem um percurso significante, encontrar o trauma como causa. Isso porque trata-se de um *x*, um enigma que porta intensa carga afetiva, mas que só encontra seu aspecto traumático, quando articulada à cadeia significante. Percebemos então que o que está na base das neuroses, o substrato que o paciente levará ao divã, é essa dissimetria do significante ao significado; do afeto experimentado no corpo e sua representação, que só aparece de forma desconexa, fragmentada, denunciando sua função parcial e falseada na experiência da análise.

Isso indica que não é possível fazer uma psicologia do trauma, do inconsciente ou dos sonhos sem que seja pelo percurso que o sujeito faz em transferência. É apenas nesse vai-e-vem entre os dois tempos – de experiência e de significação – que algo do sentido pode se manifestar para escapar novamente. Essa montagem é singular e só pode ser apreendida se admite as deformações do discurso e a evanescência do inconsciente.

Essa operação de abertura e fechamento, presença e ausência no que tange a relação do sujeito com o Outro, fica muito clara no que diz respeito aos jogos. O jogo se aproxima da lógica inconsciente uma vez que temos as regras dadas *a priori*, mas não podemos com isso prever seu resultado. Do mesmo modo, um jogador experiente e sábio não pode ser aquele que vai tentar apreender tais regras pela via do sentido, nos livros, mas sim, o que sabe fazer durante o percurso da jogada.

Freud (1920/1969) analisa o jogo do *Fort-Da* de seu netinho e Lacan (1955/1998b) também analisa um jogo infantil para pensar a estrutura do sujeito em relação ao Outro, o jogo do par-ou-ímpar. Em ambos, temos um sistema binário de mais e menos, mas o prazer/desprazer encontra-se na brecha entre esses dois momentos.

Assim, se a estatística se utiliza da repetição dos dados visando estabelecer uma certa previsibilidade, no que diz respeito ao sujeito, essa repetição traz a marca de um impossível, pois na relação com o Outro, há um resto que permanece subtraído da inscrição significante.

Como poderíamos pensar essa temporalidade no que diz respeito ao sujeito? Ora, o sujeito nada mais é do que esse intervalo entre os dois tempos, o par de significantes. O fragmento entre o *tic* e *tac*, entre *Fort* e *Da*, entre par e ímpar, entre o corpo e o falo.

O sujeito neurótico tenta inserir o enigma do desejo do Outro em uma lei de probabilidades, visando remeter os eventos passados para alcançar o resultado futuro. O inconsciente se constitui de uma suposição de saber e também de uma suposição temporal. Neste caminho, trataremos, no último capítulo, do aspecto de destino do inconsciente. Se Freud (1930/1969) aponta para um inconsciente atemporal, como as ruínas de Roma, trata-se de um conteúdo que está lá, à espera, indiferente ao passar dos acontecimentos? Se assim for, como pensar a possibilidade de dar outros destinos à pulsão?

Percorreremos então o inconsciente de Roma à Baltimore, para pensar qual seria esse traço decisivo que não se deixa modificar pelo desenvolvimento posterior e em que medida se trata de uma abertura aos possíveis. Assim, se podemos falar de uma identificação do sujeito, ela se dá, como indica Lacan (1969-70/1992) pelo suporte desse traço, permanecendo parcial e limitada, uma vez que sobra um ponto sem tradução. Esse traçado traça também o destino do sujeito?

A partir do relato de passe de Véronique Mariage (2001), veremos como essa dimensão do destino apresenta a escritura do inconsciente: isso está ou estava escrito?

Se há uma letra escrita, ela não se dá sem a leitura do sujeito, uma leitura intermitente e remetida ao passado que pode trazer a dimensão fatídica do sintoma.

É nessa leitura que percebemos a dupla vertente do inconsciente: a interpretável e a do ato que não se encontram separadas, mas conjugadas topologicamente. Essa dupla vertente é também temporal: há um tempo que passa, marcado por uma abertura de possíveis, que seria T_1 , e outro de uma temporalidade retroativa que tem como efeito de significação a necessidade, T_2 . Ou seja, T_1 é continuamente duplicado por T_2 que é constitutivo da significação, do sujeito suposto saber. De modo que o futuro já está no passado e vice-versa porque essa passagem não acontece de maneira sucessiva.

Passamos então ao conceito de *Nachträglich* que diz da atemporalidade inconsciente, ou seja, trata-se antes do passado e futuro conjugados do que a noção de atraso, que pressupõe a passagem do tempo cronológico no sentido da flecha. Para pensar essa questão, traremos o paradoxo de Zenão: Aquiles e a tartaruga que remete à uma vertente topológica do tempo e espaço. Finalizamos então com um breve caso clínico em que discutimos qual a leitura é possível fazer desse passado que não se realizou e que se repete como que determinado.

Preferimos não adotar como metodologia a perspectiva evolucionista, como por exemplo a ideia de um ultimíssimo Lacan ou valorizar o Freud da segunda tópica, sob o risco de cairmos nesse caráter linear de um tempo em progressão. Se estamos propondo que a temporalidade do inconsciente não é essa do sentido da flecha do passado ao futuro, não seria pertinente adotarmos uma metodologia que faz uma historiografia dos conceitos, seguindo uma linha do tempo desenvolvimentista. Apostamos que sustentar esse paradoxo do inconsciente é atender para a estrutura topológica também da teoria, que permite a conjugação dos tempos, não pela via de um binarismo ou uma progressão, mas justamente porque um furo se coloca nessa continuidade, abrindo a possibilidade de novas leituras.

Sendo assim, essa introdução faz um convite para que o leitor que nos acompanhe nesse trabalho, seguindo como uma formiga ou como uma tartaruga, esse percurso topológico do tempo e do inconsciente.

2 O INCONSCIENTE: DO DETERMINISMO À FICÇÃO

2.1 A IDEIA DE DETERMINISMO E SEU OBSTÁCULO

A ideia de determinismo acompanhou a formação das ciências modernas e Freud não esteve fora desse movimento. Ao construir sua teoria, apostou no determinismo como regente da vida anímica afirmando que “não há nada no psíquico que seja arbitrário ou indeterminado” (Freud, 1901/1969, p. 240).

Para fazer ciência, uma condição era fundamental: estabelecer as leis de necessidade e previsibilidade articuladas à noção de causa e efeito. Freud vai nessa direção e, a partir da visão científica e naturalista de sua época, visa no inconsciente a explicação causal para os sintomas neuróticos. Ele pretendia teorizar e universalizar os eventos psíquicos através da neurofisiologia, prezando o rigor científico na construção de sua psicologia. Entretanto, Freud se depara com a histórica, essa que pede para falar, mas que, ao dizer, esconde/mostra o que é essencial. É nesse nó do discurso que, ao buscar a resposta para a lógica inconsciente, ele não consegue fazer o mesmo percurso das ciências e seguir o determinismo, por exemplo, da física clássica. De que ordem então seria a sobredeterminação inconsciente?

O filósofo Alexandre Kojève¹ (1990) no livro *L'idée du déterminisme dans la physique classique et dans la physique moderne*, visa fazer um contraponto das diferenças entre o determinismo na física moderna e clássica. Isso nos parece importante pois nos convida a pensar as diferentes formas de determinismo também em psicanálise, uma vez que Freud propõe um inconsciente calcado em suas leis de causalidade. Para Kojève, qualquer corpo de teoria que se pretende científico, tem como objetivo alcançar leis universais sensíveis e descritas e explicar ou prever os fenômenos aos quais a pesquisa se dirige. O determinismo é então conceituado como “a teoria segundo a qual os eventos reais, incluindo aqueles do mundo humano, passam por uma cadeia causal necessária” (Kojève, 1990, p. 12).

É o que visa seguir, por exemplo, a interpretação dos sonhos freudiana, em que uma cadeia causal explicativa se faz necessária.

¹ Kojève fez uma releitura de Hegel ministrando seus cursos na École Pratique des Hautes Études entre 1933 e 1939. Lacan foi seu aluno e dele recebeu fortes influências.

Mas a vida psíquica tem muito menos liberdade e capricho do que queríamos crer. Pode ser inclusive, que não haja em absoluto. O que no mundo exterior chamamos de acaso, termina por resolver-se, como sabemos, em leis; o que na vida psíquica denominamos capricho também se assenta em leis, que pelo momento somente pressentimos obscuramente (Freud, 1900/1969, p. 79).

No “Projeto para uma psicologia científica”² (1895/1969), Freud produz um arcabouço teórico para explicar a memória e o funcionamento do aparelho psíquico. Neste texto, fica muito claro o seu objetivo em pensar a memória através da vertente causal e científica. No primeiro parágrafo do texto temos: “A intenção é prover uma psicologia que seja ciência natural: isto é, representar os processos psíquicos como estados quantitativamente determinados de partículas materiais especificáveis, tornando assim esses processos claros e livres de contradição” (Freud, 1895/1969, p. 347).

Essas partículas seriam os neurônios, e o que determina seus estados é a quantidade de excitação, fazendo a distinção entre atividade e repouso. De modo que esses neurônios recebem a quantidade e a descarregam, tornando-se vazios novamente, como uma máquina de processamento. O que define a existência do aparelho é sua excitabilidade. Temos então os neurônios Φ e Ψ aqueles que são permeáveis e impermeáveis, respectivamente, à passagem de Q – quantidade de excitação. Nessa aparelhagem, as “barreiras de contato” não são suficientes para impedir a passagem de Q para os neurônios e é assim que a memória é definida como “a capacidade de o neurônio ser permanentemente modificado por ocorrências únicas” (Freud, 1895/1969, p. 351).

Vemos aqui que a memória é resultado dessa violência, isto é, da incidência do excesso de excitação que será grande o suficiente para marcá-la enquanto traço ou registro. Dessa forma é que são criadas as trilhas preferenciais da memória, definida como um sistema de diferenças que orienta e determina as excitações. Ao aparelho psíquico chegam dois tipos de excitações: as externas chegam aos neurônios Φ , que são os da percepção e passam pelos sentidos; a endógena vem do próprio corpo e chega aos neurônios Ψ . Assim, toda vez que a excitação possuir uma Q suficiente para romper as barreiras de contato, produzirá as trilhas da memória em Ψ .

Aqui já percebemos que essas experiências se caracterizam por uma repetição, uma vez que se colocam em dois tempos, os quais se sobrepõem na produção do trauma. O traumático permanece como um excesso, como um *quantum* de excitação que resta sem possibilidade de

² O título desse livro é uma escolha do editor inglês James Strachey. O título em alemão é “Esboço de uma Psicologia”, porém, o texto original de Freud não tem título.

ligação ou escoamento. Em ambas as experiências, ficam os *resíduos*, que são: o afeto, no caso da dor e o desejo, no caso da satisfação. O desejo pode coincidir parcialmente ou não coincidir com a imagem mnêmica desejada; desse modo, é necessário adaptar a imagem percebida à imagem lembrada, que permanece investida. “Assim, o objetivo e o fim de todos os processos de pensamento é o estabelecimento de uma identidade entre a realidade e a experiência do próprio sujeito” (Freud, 1895/1969, p. 285). Interessante notar que Freud já estabelece que memória e desejo estão implicados, mesmo que ainda não mencione a fantasia, pois a trilha mnêmica que é investida pelo desejo não é anterior a ele. Ao mesmo tempo, para admitir que existe nesse processo algo de uma construção, será preciso abrir mão da objetividade científica.

Aos poucos, percebemos que em toda a obra de Freud esse mecanismo da memória e do trauma encontra sempre um ponto insolúvel, um resíduo, que não se deixa explicar. Se a vida psíquica é baseada em leis, o que se percebe, contudo, é que tais leis não permitem uma cadeia explicativa completa. É exatamente nessa tentativa de um percurso linear entre a causa e o efeito inconscientes que algo faz obstáculo. A cada momento em que Freud visa encontrar a causa primeira do sintoma, ou a etiologia das neuroses, se depara com os pontos insondáveis e opacos ao sentido que impedem que o paciente fale ou se recorde em sua totalidade. Como pensar a memória e as associações do sujeito como objeto de estudo científico?

De acordo com Frederico Feu (2002):

A princípio, a psicanálise se situaria fora do campo da ciência por efeito da exclusão do seu objeto do discurso científico. Em seguida, ao conferir uma racionalidade ao sintoma apontado para a sua determinação inconsciente, a psicanálise se inclui, sem necessitar de nenhuma autorização a mais, no campo das considerações científicas. Finalmente, ela manterá em relação à ciência, independência epistemológica (Feu, 2002, p. 38).

Mesmo que o “Projeto para uma psicologia científica” tentasse inserir os mecanismos psíquicos em instâncias quantitativas, ainda assim, percebemos o encontro com um ponto opaco que não se deixa incluir na lógica explicativa. A resistência aparece como condição para que a memória se constitua, uma vez que a lembrança é sempre uma construção. Esses elementos indecifráveis ou restos não elimináveis, não aparecem apenas no “Projeto...”, como o *Das Ding*, ou a Coisa que resiste em ser decifrada, mas persistem ao longo da obra de Freud e foram denominados de diferentes formas.

Em “Sobre a psicopatologia da vida cotidiana” (Freud, 1901/1969), Freud indica a existência de um “núcleo patogênico” que se apresenta como lacunas na memória, as quais organizam as lembranças em torno disso que não possui registro. O umbigo do sonho em “A Interpretação dos Sonhos” (1900/1969) também aponta para a impossibilidade de descrever o

sonho em sua totalidade. E, claro, a pulsão de morte no “Além do Princípio do Prazer” (1920/1969) que aparece nos limites do aparelho psíquico, excluída, mas agindo nele. Ou seja, há sempre uma hiância, um núcleo impossível de significar e interpretar que faz com que o sujeito entre no circuito repetitivo. Freud percebe, a contragosto, que uma certa pedra de tropeço não permite uma concepção clássica de determinismo ao inconsciente. Segundo Jeferson Machado Pinto (2008):

Freud rompe decididamente com a exterioridade do sujeito em relação ao objeto, modelo seguido como exemplar para a ciência psicológica. A partir do momento que a palavra passa a ser do analisando e o analista retira da cena seu pretensão poderio técnico, funda-se uma nova escuta e um novo discurso que produz efeitos específicos no real (Pinto, 2008, p. 36).

Assim, ao tentar delimitar a sobredeterminação inconsciente, Freud esbarra nesse impasse em dizer sobre a causa, muito mais contingente que previsível, fazendo parte desse ponto exterior à ação interpretativa e deixa em evidência apenas as suas leis de repetição. É o que Kojève demonstra quando afirma que o que está em jogo na ideia de determinismo é sua legalidade, e não a sua causa, que fica de certa forma excluída. O autor afirma que:

Em se tratando de “determinismo” não é a noção de causalidade propriamente dita, mas a de legalidade que iremos nos ocupar aqui. Não queremos afirmar que a ideia de causalidade não tem valor algum nem que a interpretação legalista seja única em conformidade ao pensamento da física clássica. Que os físicos da era clássica tenham procurado algo mais do que as relações puramente legais para fazer previsões, é o que parece ser incontestável. Mas não é menos verdade que uma lei “causal” ainda é uma lei, de modo que a ideia de causalidade ou determinismo, no sentido amplo do termo, implica necessariamente a ideia de legalidade, sem com isso se reduzir à última (Kojève, 1990, p. 28)³.

Mas, qual seria a diferença entre lei e causa quando tratamos do inconsciente? Se para os físicos clássicos, não interessaria fazer essa distinção, para a psicanálise, ela é de suma importância. Lacan (1964/1985) traz essa diferença em seu *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*⁴. Ele diz que, por exemplo, na lei de ação e reação, um não existe sem o outro, há apenas um titular. De forma que “um corpo que se esborracha no

³ No original: « En parlant de « déterminisme » ce n'est pas de la notion de causalité proprement dite mais de celle de légalité que nous aurons principalement à nous occuper dans la suite. Nous ne voulons nullement affirmer que l'idée de causalité n'ait aucune valeur, ni que l'interprétation legaliste soit seule conforme à l'« esprit » de la physique classique. Que les physiciens de l'époque classique aient cherché autre chose encore que les rapports purement légaux, permettant de faire des prévisions, c'est ce qui nous semble être hors de doute. Mais il n'en reste pas moins vrai qu'une loi « causale » est toujours une loi, de sorte que l'idée de causalité ou de déterminisme dans les enlarga du terme implique nécessairement l'idée de légalité, sans pour cela se réduire à cette dernière ».

⁴ Este é um seminário de grande importância, já que marca uma certa autonomia de Lacan em relação à Associação Internacional de Psicanálise (IPA) e, de certa forma, em relação a Freud. É neste seminário também, como nos subsequentes, que Lacan se preocupa em situar a psicanálise como interna ou externa à ciência.

chão, sua massa não é a causa de ele receber de volta sua força viva, sua massa é integrada a essa força por um efeito de retorno” (Lacan, 1964/1985, p. 27).

Se na lei temos os efeitos, a causa é essa que traz sempre algo de anticonceitual e indefinido. Dizer que a lua é a causa das marés ou que os miasmas são a causa da febre, “isto não quer dizer nada, há um buraco e algo vem oscilar no intervalo. Em suma, só existe causa para o que manca” (Lacan, 1964/1985, p. 27).

Assim, entre a causa e o que ela afeta, há sempre claudicação, diferente da ideia de legalidade onde a previsibilidade é uma premissa. O que Lacan nos indica nessa passagem, é o que Kojève demonstra em sua proposição. Ou seja, de que podemos conhecer a lei que determina um fenômeno sem necessariamente conhecer sua causa. Ou ao contrário, identificamos a causa, mas sem chegar a uma previsibilidade regular e linear de seus efeitos.

Na direção contrária dessa afirmação, temos o princípio do determinismo causal exato que propõe a seguinte fórmula: mesmas causas = mesmos efeitos. De modo que “se conhecemos de maneira exata e detalhada o estado de qualquer fenômeno físico no momento T_0 , podemos prever exatamente e em detalhes seu estado a qualquer momento posterior, T_1, T_2, T_3 ”⁵ (Kojève, 1990, p. 85). Ou seja, ao encontrar o elemento primeiro “A” (a causa) determina-se os efeitos subsequentes de B, C, D de modo que se temos A1, obteremos B1, C1, D1.

Esse pressuposto laplaciano⁶ de um determinismo universalizante, ao menos no campo subjetivo, torna-se impraticável, uma vez que não se trata de uma lógica progressista em que melhorando os métodos utilizados avançamos indefinidamente do determinismo aproximado ao exato.

Essa é uma ideia positivista de evolução e, como afirma Lacan, “podemos dispensar o complemento transcendente implícito na posição do positivista, ao qual se refere sempre a uma unidade última de todos os campos” (Lacan, 1964/1985, p. 16). Ao mesmo tempo, permanece a questão da causa do inconsciente, e em torno do que se estruturam suas leis. Surge então uma questão: estaria também Freud à procura de um certo momento T_0 , quando busca chegar à psicogênese das neuroses, o *status nascendi* do inconsciente, estaria buscando também seu determinismo causal exato?

Tudo indica que sim, mas, nessa busca, o que ele transmite é o que falha uma vez que o inconsciente traz o que persiste como uma memória repetitiva, que deixa inacessível o conteúdo

⁵ No original : « Si on connaît d'une manière exacte et détaillée l'état de n'importe quel phénomène physique au moment t_0 , on peut prévoir exactement et en détail son état à n'importe quel moment, t_1, t_2, t_3 ».

⁶ Laplace foi físico e matemático, representante do determinismo causal exato e totalmente previsível, postulação que ficou conhecida como “demônio de Laplace”.

“mais importante”. Logo, como estabelecer sua causa e, por conseguinte, suas leis? Como ter acesso ao elemento primeiro, ao trauma fundador dos sintomas? Nesse circuito, não se consegue apreender o momento inicial e final e se o cientista é esse que pesquisa as leis de seu objeto, Lacan cita uma frase de Picasso (1941/1995) “*Le désir atrappé par la queue*”, para dizer que a psicanálise se dá numa pesquisa às avessas: “Eu não procuro, eu acho” (Lacan, 1964/1985, p. 14).

Ou seja, se falamos de determinismo, não se trata de modo algum de procurar por essa “origem” para estabelecer algum tipo de classificação ou previsibilidade. Não se trata de descobrir a causa velada. A experiência da psicanálise se dá em ato, no achado que se produz como que por acaso. Lacan demonstra que essa noção do inconsciente já está em Freud, mesmo que não percebida por ele.

Tropeço, desfalecimento, rachadura. Numa frase pronunciada, escrita, alguma coisa se estatela. Freud fica siderado por esses fenômenos, e é neles que vai procurar o inconsciente. Ali, alguma coisa quer se realizar – algo que aparece como intencional, certamente, mas de uma estranha temporalidade. O que se produz nessa hiância, no sentido pleno do termo produzir-se, se apresenta como um achado. É assim, de começo, que a exploração freudiana encontra o que se passa no inconsciente (Lacan, 1964/1985, p. 30).

Se a busca pelo momento primeiro, causador do trauma, encontra algo do tropeço, isso que se se perde, se desfalece, está relacionado à memória. É a memória que possibilita (ou não) a localização do trauma como causa. Entretanto, de que ordem é a memória? Trata-se de uma “gaveta” onde ficam guardadas as lembranças e o registro fiel da realidade? Como localizar aí o momento original?

2.2 A MEMÓRIA DUVIDOSA

Intimamente relacionada à questão do inconsciente, está a memória, que ocupou lugar central na construção teórica de Freud. Como vimos, no “Projeto para uma psicologia científica” (1895/1969), o autor afirma que toda teoria psicológica deve fornecer uma explicação para a memória. Essa explicação, contudo, encontra um emaranhado de dificuldades uma vez que não é possível caracterizá-la de forma contínua. A memória (e, portanto, o registro inconsciente) só se apresenta denunciando suas lacunas e suas ficções.

Em “O mecanismo psíquico do esquecimento” (1898/1969) Freud já se pergunta se o inconsciente está marcado pelos registros de memória ou justamente pela sua amnésia.

Chegando à conclusão de que tanto as lembranças como seu esquecimento estão marcadas pelo desejo, de forma que “a função da memória, que gostamos de encarar como um arquivo aberto a qualquer um que sinta curiosidade, fica desse modo sujeita a restrições por uma tendência da vontade” (Freud, 1898/1969, p. 281). Aí já percebemos a teoria da fantasia se insinuar, de forma que não se trata de um arquivo aberto, mas um arquivo modificado a cada vez que é acessado.

Na bela carta a Fliess datada de setembro 1897, Freud fala de uma certa descrença que lhe acomete, mas ressalta que suas dúvidas não lhe trazem irritação ou o sentimento de fragilidade, ao contrário, indica um trabalho honesto e vigoroso que pode apresentar um avanço em um novo conhecimento. Extraímos da carta alguns trechos:

Quero confiar-lhe, imediatamente, um grande segredo que, nos últimos meses, foi-me lentamente ficando claro. Não acredito mais em minha neurótica. É claro que isso não é compreensível sem uma explicação, mas quero falar de onde surgiram os motivos para a descrença: As contínuas decepções nas tentativas de levar uma análise efetivamente a cabo, a evasão de pessoas que, durante algum tempo, estavam bem mais impressionadas, a falta de resultados plenos com os quais eu estava contando, a possibilidade de explicar a mim mesmo os resultados parciais de outra maneira que não a habitual: eis aí o primeiro grupo.

Depois, a constatação segura de que não há signo de realidade no inconsciente, de forma que não se pode distinguir entre a verdade e a ficção investida com afeto.

Eu estava tão influenciado por isso que estive prestes a desistir de duas coisas: da solução plena de uma neurose e do conhecimento seguro de sua etiologia na infância. Agora não sei absolutamente como me situar, pois não consegui chegar à compreensão teórica do recalçamento e de seu jogo de forças. Parece novamente discutível que somente as vivências posteriores deem ensejo a fantasias que remontam a infância (Freud, 1897/2016, p. 48).

Interessante ressaltar que, ao mesmo tempo em que Freud está sempre prestes a desistir da solução plena das neuroses e da descoberta de sua etiologia, está sempre prestes também a retomar suas esperanças nessa busca. A partir do momento, contudo, em que privilegia a associação livre como modo de acesso ao inconsciente, encontra a resistência como obstáculo e lacunas que não se completam, fazendo o psicanalista perguntar-se qual é o ponto de início e de fim de uma análise.

Percebemos essa discussão no interessante texto “Lembranças Encobridoras” (1899/1969). Freud afirma que as experiências da infância deixam traços *inerradicáveis* em nossa mente. É em busca de tais traços determinantes que irá se debruçar. Entretanto, diz o psicanalista,

ao procurarmos averiguar em nossa memória quais as impressões que se destinaram a influenciar-nos até o fim da vida, o resultado é, absolutamente nada, ou um número relativamente pequeno de recordações isoladas, que são frequentemente de importância duvidosa ou enigmática (Freud, 1899/1969, p. 287).

Essa memória de natureza tendenciosa, coloca em questão a veracidade de seu conteúdo. O psicanalista diz que se buscamos averiguar na memória, qual é essa *impressão*⁷ que nos determina, teremos dela apenas um outro elemento psíquico, menos importante, que se ligou à primeira. Mais uma vez, num processo metonímico, o primeiro elemento não se deixa capturar, aglutinando-se ao segundo, de aspecto irrelevante. De modo que, se o que está na base da formação dos sintomas, é da ordem de uma amnésia, então nada garante a exatidão das lembranças de um sujeito em análise. Assim, quanto mais Freud visava o conteúdo inconsciente, mais ele mergulhava na dimensão do aparente, das ressonâncias fictícias, sem encontrar uma causa fiável.

Se há um *núcleo patogênico*, ele não se deixa assimilar senão pelas lembranças que circulam estratificadas em camadas, como que orbitando esse ponto inefável. Aí se situa o inapreensível da memória, permanecendo opaco e contando apenas com o fio lógico das representações.

Como então seria possível sintetizar essa memória pela via da ciência, se dela só temos seus contornos e metáforas? Ora, se pela via da ciência não conseguimos abarcar a sutileza da memória, Freud e Lacan nos mostram que a literatura é um importante operador para apresentar esse ponto traumático. Entretanto, a literatura, tal como a fantasia, ao se aproximar, também mascara o objeto visado. É o preço que se paga para ter acesso ao indizível, isto é, para acessar algo da verdade, é necessária a ficção. Este é o recurso do inconsciente e é através dele que Freud irá se pautar, mesmo que insistindo na postura científica.

Em “O poeta e o fantasiar” Freud (1908/2015) afirma que as narrativas literárias antecipam saberes que a ciência ignora. Esses poetas contemplados com o dom da poesia, trazem uma estranheza inquietante e provocam efeitos de afeto sobre o leitor que testemunha esse saber inconsciente. Isso porque as ficções, tal como as lembranças encobridoras, contornam esse ponto de verdade trazendo ali o que não se deixa apreender. Nessa mesma perspectiva, ao analisar “Uma lembrança de infância de Leonardo da Vinci”, Freud (1910/2015) compara os mitos, as histórias primitivas e as tradições às fantasias neuróticas indicando que se podemos fazer uma historiografia, ela não ocorre sem a interpretação de seus rastros.

⁷ “A impressão não se confunde com a representação, nem com sensação, mas está entre essas duas instâncias. É considerada por Freud como o momento primário de uma elaboração mnêmica” (Garcia-Roza, 1993, p. 53).

Foi inevitável que essa história tenha sido, antes de tudo, mais uma expressão das ideias e desejos do presente do que uma reprodução do passado, pois muito da memória dos povos já tinha sido posto de lado, outras coisas já tinham sido distorcidas, muitos rastros do passado tinham sido equivocadamente interpretados no sentido do presente e, sobretudo, a história não mais era escrita a partir de um motivo, de um desejo de saber mais objetivo, mas querendo provocar um impacto entre seus contemporâneos... A memória consciente de uma pessoa sobre as suas vivências é inteiramente comparável a esta da historiografia, e suas lembranças infantis correspondem, realmente, segundo sua proveniência e preocupações, com a história posterior e tendencialmente arranjada da história dos tempos primitivos de um povo (Freud, 1910/2015, p. 96).

A história de um povo, bem como a história do sujeito é antes arranjada pelo desejo do que uma reprodução fiel da realidade. Isso indica que não é possível que esse “objeto” seja imparcial, livre de qualquer contaminação subjetiva.

A história é em si a subjetividade construída. Entretanto, a psicanálise não vai pela via da hermenêutica afirmando que todo discurso é sempre uma interpretação. Não se trata nem de uma descoberta de um ponto a ser desvelado independente do discurso e nem de uma repetição infinita pela via da interpretação. Trata-se, antes, de uma narrativa que constrói o objeto fazendo-o existir no ato de narrar. É um passado que ganha forma no presente, de forma artesanal. Uma vez que o objeto de investigação da psicanálise depende da memória, fica a questão de como pensar o trauma e o sintoma contando apenas com as ressonâncias fictícias de uma causa primeira não encontrada.

Para demonstrar então que a psicanálise se constitui em um limiar entre a ciência e a poesia/arte, traremos a noção de autoficção, movimento que se impõe na literatura a partir da década de oitenta e de como essa perspectiva pretende mostrar a verdade do trauma pelo contorno que as palavras já lhe fazem. Uma vez que o trauma depende do significante e do simbólico para ganhar existência, como veremos, seria impossível abordá-lo senão pelas construções posteriores. Como nos indica Freud, são os restos, fragmentos, os rastros que formam esse mosaico que é o sujeito.

2.3 O TRAUMA ESCRITO EM AUTOFICÇÃO

Éric Laurent em seu texto “O trauma ao avesso” (2004) afirma que quanto mais a ciência avança em suas determinações objetivas (como por exemplo as programações genéticas ou a meteorologia) visando uma causalidade previsível, é aí que surge o “escândalo do trauma” que foge a qualquer tipo de programação.

Assim, um impasse se apresenta uma vez que não se pode programar o que vem “de fora”, mas que ao mesmo tempo produz efeitos. É isso que está na base do pressuposto de que o inconsciente é estruturado como linguagem. Algo que toca a verdade sem estar completamente incluído nela.

Na borda do sistema da linguagem, um certo número de fenômenos clínicos decorre da categoria do real. Esses fenômenos estão ao mesmo tempo na borda e no fundo desse sistema da linguagem. O trauma decorre de uma topologia que não é simplesmente de interior e de exterior. O trauma, a alucinação, a experiência de gozo perverso são fenômenos que podemos dizer que tocam o real (Laurent, 2004, p. 24).

Como então resgatar algo do trauma pela memória, se temos apenas o que toca contingencialmente esse circuito interior-exterior? Se há uma continuidade da memória ela só se deixa apresentar pelas suas lacunas. É o que ilustra a impactante obra de Georges Perec em *Wou a memória da infância* (1975/1995) que nos mostra, junto com Freud, que não há nenhuma garantia quanto aos dados produzidos pela memória, mas que, na medida em que a cena lembrada representa a fantasia, ela é autêntica. Perec é um importante romancista francês e suas obras são sempre enigmáticas, uma vez que recorrem a princípios matemáticos na composição do texto. Com ele, temos um exemplo dessa categoria denominada autoficção.

O termo autoficção surgiu com Serge Doubrovsky e é uma categoria contemporânea da literatura que questiona a ideia de autobiografia, colocando em cena novos tipos de escrita de si, descentrada, fragmentada, com sujeitos instáveis que dizem “eu” sem que se saiba exatamente a qual instância enunciativa ele corresponde. Doubrovsky lembra que, quando se escreve autobiografia, tenta-se contar toda sua história, desde as origens. Já na autoficção pode-se recortar a história em fases diferentes, dando uma intensidade narrativa própria do romance.

Autobiografia? Não, isto é um privilégio reservado aos importantes deste mundo, no crepúsculo de suas vidas, e em belo estilo. Ficção, de acontecimentos e fatos estritamente reais; se se quiser, autoficção, por ter confiado a linguagem de uma aventura à aventura da linguagem, fora da sabedoria e fora da sintaxe do romance, tradicional ou novo. Encontro, fios de palavras, aliterações, assonâncias, dissonâncias, escrita de antes ou de depois da literatura, concreta, como se diz em música. Ou ainda: autofricção, pacientemente onanista, que espera agora compartilhar seu prazer (Doubrovsky, 1977, p. 45).

Em *Wou a memória da infância* (1975/1995), por exemplo, vemos que Perec intercala duas histórias paralelas no decorrer do livro: um capítulo autobiográfico e outro fictício. De modo que “poderia quase parecer que eles nada têm em comum, no entanto, estão indissolivelmente imbricados” (Perec, 1975/1995, n.p.) sendo que é em sua “frágil interseção” que alguma coisa se transmite.

Dos capítulos autobiográficos, temos elementos de “pouca” relevância, lembranças comuns, eventos banais, corriqueiros da vida cotidiana. Perec começa dizendo: “Não tenho nenhuma memória da infância. Até os doze anos mais ou menos, minha história se resume em poucas linhas” (Perec, 1975/1995, p. 13).

O surpreendente nestes capítulos encontra-se não no conteúdo das lembranças, mas justamente na “bricolagem” que tenta fazer entre os restos de lembranças na construção de um todo.

Os capítulos da ficção, ao contrário, são chocantes. Eles se passam em *W*, uma ilha 'imaginária' onde seus habitantes são atletas que devem se submeter a leis absurdas e desumanizantes, competições perversas, sendo torturados até a morte. *W* nos remete diretamente aos campos de concentração nazistas, ainda que Perec não os mencione em momento algum.

Mesmo tendo perdido os pais na idade de 5 anos, Perec não teve esse acontecimento vivido como um susto. De seus pais ele tem poucas pistas, algumas fotos e a lembrança de uma despedida não compreendida. Recordar-se de sua mãe entrando num trem e de nunca mais tê-la visto. Viveu em alguns pensionatos e posteriormente sua tia o adotou. O holocausto, na ocasião, tampouco lhe foi apresentado de maneira evidente. Se algo permite dizer que ele se insere nessa catástrofe, são apenas os fragmentos ouvidos e lembrados, deduções e reconstruções posteriores que lhe permitem fazer uma certa montagem de sua história. Na verdade, é somente *a posteriori* que Perec poderá construir seu romance familiar, e escrever em torno do que lhe foi mais traumático.

Não foi a guerra que o traumatizou, pois ele não a experimentou como tal. O que lhe parece ser mais violento, é a incapacidade de traduzir suas memórias, sentimentos e vivências. É assim que Perec tenta construir *W*. A partir de algo imaginado, mas também na tentativa de uma elaboração em que desvela a perda e o ganho colocados na estratégia de escrita. Ou seja, ele faz apelo e evitação ao real de forma que sempre bordeja, mas nunca chega nisso que resiste/insiste em ganhar representação. Algo que repete, pede outra vez para ser escrito, mas a cada tentativa isso se torna, de certo modo, apenas uma imaginação, um certo faz-de-conta.

É o que Freud aponta ao tratar das Lembranças Encobridoras, isto é, algo do sujeito (e também do psicanalista) que encontra uma pedra de tropeço quando pretende-se conhecer. Ao descrever um sonho, por exemplo, fica-se em um terreno nebuloso entre a tentativa de ser fiel à imagem e uma certa construção que ocorre no momento da narrativa. O sujeito aí fica perdido, trata-se do eu como *méconnaissance*, próprio desconhecimento, indicado por Lacan.

Não sei se o que teria a dizer não é dito por ser indizível (o indizível não está escondido na escrita, é aquilo que muito antes a desencadeou) sei se o que digo é branco, é neutro, é signo de uma vez por todas de um aniquilamento de uma vez por todas. É isso que digo, é isso o que escrevo e é somente isso o que se encontra nas palavras que traço e nas linhas que essas palavras desenham e nos brancos que o intervalo dessas linhas deixa aparecer: por mais que eu persiga meus lapsos ou passe duas horas matutando sobre o comprimento do casaco do papai, ou busque em minhas frases, para evidentemente logo encontrá-las, sempre irei encontrar, em minha própria repetição, apenas o último reflexo de uma fala ausente na escrita, o escândalo do silêncio deles e do meu silêncio: não escrevo para dizer que não direi nada, não escrevo para dizer que não tenho nada a dizer. Escrevo: escrevo porque vivemos juntos, porque fui um no meio deles, sombra no meio de suas sombras, corpo junto de seus corpos; escrevo porque eles deixaram em mim sua marca indelével e o vestígio disso é a escrita; a escrita é a lembrança de sua morte e a afirmação de minha vida (Perec, 1975/1995, p. 54).

Não por acaso Freud abriu mão das técnicas da hipnose, ou seja, não se trata de um conteúdo a resgatar, numa completude de sentido, mas o contrário, trata-se de um eu entrecortado que deve ser construído. Essa escrita é que dá alguma consistência à experiência de Perec, mas ela também se apresenta como posterior e portanto, não recupera a totalidade da vivência. Essa divisão é percebida na construção do eu entre ficção e autobiografia, ambas narradas em primeira pessoa, capítulo por capítulo. Ali, temos a tentativa de dar forma ao vazio inominável. Por exemplo, o falso Gaspard Winckler que tem que ir em busca do verdadeiro Gaspard Winckler, um menino surdo-mudo, solitário, órfão, que aparece como o representante na ficção do adulto Georges Perec. Para entender seu sofrimento mudo, salvá-lo de um naufrágio psicológico, ele busca encontrar a criança que ainda vive como se o tempo não tivesse passado.

Não seria o que fazemos todos, num percurso de análise? Em uma análise, assim como fez Freud, o sujeito deve sair da perspectiva fatalista de um trauma supostamente vivido de fato na realidade para a construção do seu infantil atemporal, do que lhe é irrepresentável, desse excesso não elaborado. É como Lacan (1975-76/2007) afirma em *O seminário. livro 23: o sinthoma*:

a ment-alidade enquanto mente é um fato. O que é um fato? É justamente ele quem o faz. Só há fato pelo fato de o falasser o dizer. Não há outros fatos senão aqueles que o falasser reconhece como tais dizendo-os. Só há fato pelo artifício (Lacan, 1975-76/2007, p. 63).

De acordo com Miller (2012), em seu texto “Os seis paradigmas do gozo”, o sujeito é representado na medida em que ele nunca é apresentado, em que ele nunca está presente de fato. Ele não é jamais, a não ser representado. Neste ponto, há um emparelhamento da representação com o impossível, ou seja, o sujeito só é representado quando encontra algo que não se representa, que não se articula. De modo que “é representando o irrepresentável que o significante é aberto à sua repetição, cujo princípio é o malogro da completa realização da

representação em questão” (Miller, 2012, p. 27). O traumático, portanto, denuncia tal malogro da representação, o resto, a lacuna, o intraduzível. É aí que se localiza, a força irrepresentável da pulsão, ou seja, é neste inconciliável entre o “corpo junto de seus corpos” e a elaboração posterior disso, onde o recurso da fantasia se faz necessário, mas não é total. A fantasia não é capaz de nomear o sujeito em sua totalidade e é neste ponto que se encontra algo de uma violência irreparável.

Freud (1920/1969) nos diz que ao contrário da angústia (*Angst*), na qual o sujeito se prepara para uma situação que poderá acontecer; e do medo (*Furcht*), em que o perigo está localizado em um objeto; o trauma vem como um susto (*Schreck*), em que não há preparação prévia do aparelho psíquico.

Interessante notar que é justamente aí onde não há aviso prévio que a verdade se manifesta. É nesse aspecto de surpresa que se encontra a dificuldade em nomeá-la e ao mesmo tempo que, uma vez feita essa nomeação, algo dessa verdade se perde. Como seria possível então recuperar aí o momento do trauma inicial T_0 ?

O que tentamos indicar é que, no campo subjetivo, isso não é possível. Quando se trata do inconsciente, só podemos estabelecer suas leis *a posteriori*, num efeito de retroação, ou seja, se há uma repetição em T_4 , T_3 e T_2 , são elas que nos fazem chegar ou circular T_1 , T_0 e não o caminho contrário, de causa e efeito. É certo que o sintoma obedece a uma estrutura e a repetição denuncia ser efeito de uma causa primeira e traumática, mas dela só sabemos através desse percurso significante. Ou seja, trata-se de uma causa que não estava lá desde sempre, mas que ganha existência à medida em que é percorrida. Por esse motivo que a repetição de um sintoma, não traz uma reprodução uma vez que ela não visa apenas resgatar um material recalado, uma vivência ou uma lembrança. O que a repetição inconsciente visa é algo aquém ou além da rememoração e é isso que determina o circuito de satisfação, sua a dimensão quantitativa e não seu conteúdo qualitativo.

A causa aqui então, está como o que anima a cadeia, o que faz com que ela exista, sem dela fazer parte. É isso que *W ou a memória de infância* nos mostra e é isso que indicou Lacan, quando diz que o traumático é o próprio encontro com a linguagem. Pereg foi analisando de Pontalis e sua análise teve grandes efeitos em sua vida e sua escrita. Sua ficção mostra que o trauma do encontro com a linguagem apresenta-se como uma perda inescapável, mas também como uma contingência que abre a inúmeras possibilidades. O simbólico que nomeia, aparece como pacificador e vivificador, mas também como o que mata a coisa, fazendo-a “padecer do significante” (Lacan 1960/1997, p. 149). Assim, se é através do significante que se pode

representar o trauma, é ele também que não consegue abarcar toda sua carga afetiva, deixando um resto sem nomeação. Neste sentido, qual seria então esse ponto de *fixação* em que o sujeito está ancorado?

Lacan dirá: no lugar do Outro onde surge o primeiro significante.

Ora, o que é um significante? Um significante é aquilo que representa um sujeito, pra quem? não pra outro sujeito, mas para um outro significante. Para ilustrar esse axioma, suponham que vocês descobrissem num deserto uma pedra coberta de hieróglifos. Vocês não duvidam nem por um instante que tenha havido um sujeito por trás para inscrevê-los... e vocês os definem como significantes pelo fato de estarem certos de que cada um desses significantes se reporta a cada um dos outros. É disso que se trata na relação do sujeito ao campo do Outro. Isto, que não era nada senão sujeito por vir – se coagula em significante (Lacan, 1964/1985, p. 187).

Mas, se cada um desses significantes se reporta a um outro, onde se localiza o sujeito? É justamente esse ponto, o ponto de “maior importância”, aquele que pode dizer do sujeito, que se encontra inalcançado como as lembranças de Péricles, que passa despercebido, inconsciente, ou, como afirma Bruce Fink (1997), “empalidecido” uma vez que já foi tomado como uma série, como algo a ser inserido e coagulado na classificação do Outro ao invés de ser tomado como o ponto singular.

É a natureza não representacional do real que acarreta a repetição exigindo que o sujeito volte ao lugar do objeto perdido, da satisfação que foi perdida. Qualquer outra satisfação empalidece comparada com aquela que foi perdida, e o sujeito volta repetidamente ao lugar daquela ausência, na esperança de conseguir a Coisa real, porém, não a encontrando sempre (Fink, 1997, p. 244).

Quando o sujeito busca encontrar algo de uma identificação, uma nomeação e uma história que coloque um ponto final ou original aos seus traumas, constata que o elemento verdadeiro permanece perdido, mesmo após todo o esforço em recuperá-lo.

Como nos indica Gilson Iannini (2012), Lacan tematiza o inconsciente na perspectiva do des-ser, do ainda-não-realizado, bem diferente de uma ontologia que personifica o inconsciente e a linguagem como se estes tivessem uma existência real. De forma que “quando Lacan afirma que “o ser do sujeito é o objeto”, ele afirma que o ser do sujeito é aquilo que, estando fora da estrutura da linguagem, determina a série metonímica do desejo” (Iannini, 2012, p. 183). Logo, por tomar esse caráter metonímico, o que é efetivo do sujeito aparece como uma ilusão, aponta para a *Verneinung*, ou seja, a negação, a mentira, mas também é o que permite tecer uma narrativa nesse lugar de desconhecimento. Assim, poderíamos ter acesso à verdade do sujeito senão por esses espectros do significante?

2.4 DE UMA VERDADE QUE NÃO FOSSE SEMBLANTE

Percebemos que a verdade, bem como o trauma como causa primeira, só podem ser alcançados por seus contornos e não diretamente. Este ponto deixado em suspenso, impossível a ser dito, é o que se presentifica no inconsciente.

Trata-se de um enigma a ser interpretado, mas, a leitura permanece sendo da ordem de uma tradução. Vimos que Freud abre mão da visão realista na procura da verdade como realidade externa, para priorizar a verdade como efeito interno ao próprio discurso, pela fantasia. É o que indica Lacan (1955/1998a) em seu texto “A Coisa Freudiana”:

Eu, a verdade, serei contra vós a grande enganadora, porquanto não é apenas pela falsidade que passam seus caminhos, mas pela falha estreita demais de encontrar na ausência do fingimento e pela nuvem inacessível do sonho, pelo fascínio imotivado do medíocre, e pelo impasse sedutor do absurdo (Lacan, 1955/1998a, p. 412).

Se a verdade fala, ela não o faz senão a partir de um encontro faltoso, numa necessidade que se impõe. Entretanto, qualquer enunciado não tem outra garantia a não ser sua própria enunciação. Trata-se de algo fragmentário e incerto, que surge de um não saber ou de um não querer saber. A verdade tem estrutura de ficção e “nenhuma linguagem pode dizer o verdadeiro sobre o verdadeiro, uma vez que a verdade se funda pelo fato de que fala, e não dispõe de outro meio para fazê-lo” (Lacan, 1955/1998a, p. 882). Percebemos aí um certo paradoxo porque quando pensamos na noção de verdade, não pensamos no adjetivo inexato, ao contrário. Mesmo relacionar a verdade ao contingente, já indica um certo avesso. De forma que “se toda causalidade vem atestar uma implicação do sujeito, não há dúvida de que qualquer conflito da ordem fica atribuído a ele” (Lacan, 1955/1998a, p. 417).

Nessa discussão, Milner (2014), em *L'universel en éclats* nos convida a pensar que a verdade não se coloca a partir de uma noção predicativa, ou seja, não se trata de dizer se uma coisa é ou não verdadeira. A verdade não é um adjetivo, mas um sujeito e um sujeito que fala. Segundo Milner, ela deve ser dissociada da ideia de adequação, uma vez que não se trata de algo exato, a verdade vagueia no inexato, “la vérité vagabonde dans l'inexact” (Milner, 2014, p. 33). Ela surge como efeito de uma insistência do sujeito. Sabemos que existem declarações exatas, como “está chovendo” ou “ $E = mc^2$ ”, que descrevem um estado material do mundo. Entretanto, quando tratamos da subjetividade, as proposições são necessariamente ambíguas, o que impede tal exatidão.

Como indica Miller (2008),

é sensível que o sujeito está em numa posição descompletada. O sujeito do qual se trata em Lacan não é o sujeito psíquico. Da mesma maneira que o saber do qual se trata no inconsciente não guarda nenhuma relação com o saber tal como é posto em função no cognitivismo como informação – objeto de uma estocagem de memória, de um aprendizado ou de uma pedagogia. O saber do qual se trata no inconsciente habita outro lugar: habita o discurso, e num discurso onde interrogamos o inconsciente sob o modo “que ele diga por que”, dizia Lacan, isto é, sobre o modo da decifração (Miller, 2008, p. 2).

Se o saber do qual se trata o inconsciente é esse que exige uma decifração, não existindo um vínculo natural entre a língua e a realidade que ela representa, como distinguir o que é falso do que é verdadeiro? O que dá o respaldo ao discurso? O que distingue meras declarações vazias de uma 'decifração' supostamente verdadeira?

É a pergunta que norteava Freud quando desiste de levar o paciente a recordar a lembrança original, dando espaço ao que lhe é mais legítimo: seu equívoco. É no equívoco de um ato falho, de uma repetição, de um sonho, de uma lembrança encobridora, que a verdade do inconsciente se apreende. É pelo circuito de fantasia que ela engendra e não pelo que poderia ser acessado diretamente. Trata-se do que Lacan chamou, no *Seminário 18: de um discurso que não fosse semblante* (1975-76/2007) de um certo balbuciar. Ou seja, é precisamente pelo fato de que é uma amnésia que está na base dos sintomas e não um conteúdo, que o sujeito pode falar, entoar, ressoar significantes. O que Lacan chama de semblante aqui é o artifício pelo qual se constitui o sintoma, essa tessitura significante em torno do que não se pode representar. De forma que não se trata de perguntar se isso é ou não semblante, mas se isso é dito ou não é dito. Assim, se Freud se questiona onde estaria a verdadeira lembrança causadora do trauma, Lacan se pergunta qual a relação possível da verdade com o real. Onde estaria o referente desse semblante que “passeia”?

Para tentar responder a essa questão, ainda pela via da literatura, lançamos mão de uma peça teatral de Luigi Pirandello (1917/2009), do original italiano *Così è (se vi pare)*⁸, “Para cada um sua verdade” para pensarmos de que modo a psicanálise de orientação lacaniana pensa essa questão da verdade. Um breve resumo do conto:

A história se passa numa cidadezinha de província, onde se instala um homem poderoso, o senhor Ponza, que vai morar numa casa sombria e misteriosa juntamente com sua esposa. O

⁸ A tradução literal aqui seria “Assim é (se lhe parece)”, mas foi traduzido e publicado em português e em francês, respectivamente por “Para cada um sua verdade” e “*Chacun sa vérité*”. Interessante notar que no título original, temos uma vertente ontológica: assim é, a partir do fenômeno que aparece e da interpretação que se faz. Na tradução, contudo, exclui-se tal vertente e privilegia-se a questão da verdade como aquilo que pertence a cada um, também pela via interpretativa.

casal começa a despertar a curiosidade de todos os vizinhos, com uma situação inusitada: a senhora Frola (supostamente a sogra) ia para a porta do apartamento diariamente se corresponder com a (suposta) filha. O problema é que ela o fazia através de uma cesta amarrada numa corda que subia e descia pela janela levando e trazendo bilhetes. A dedução imediata de quem via a cena era de que Frola não podia entrar no apartamento para falar com a filha, que parecia viver trancada no seu quarto sem permissão para sair. A partir de então, toda a vizinhança se coloca a questionar este enigma, cada um dando a sua interpretação.

As fantasias em torno do mistério começam a ganhar consistência de modo que cada um começa a construir sua versão da história conforme aparecem novos elementos. Seria um homem que sequestrou a própria esposa? Uma mãe louca que deve ser mantida longe da filha?

A todo momento eles descobriam novas provas: certidões de casamento do senhor Ponza, passagens tanto dele como da senhora Frola pelo hospício, relatos de parentes. Contudo, a cada nova descoberta sobre o caso, vinha a suspeita de que os documentos e informações eram falsos. Como saber se uma prova é realmente verdadeira ou se foi forjada?

Uma solução é encontrada pelos vizinhos: convocar tanto a mãe como o homem para responder esse mistério. No entanto, após o interrogatório, continuaram na mesma dúvida. Isso porque, entre as juras de senhora Frola e os relatos do sério senhor Ponza, ficava sempre uma lacuna que não se completava. E assim, o conto traz uma repetição em que toda investida em colher informações para se chegar a uma verdade concreta era incessantemente retomada e falhada. Sempre que se aproximavam finalmente de uma conclusão, outra nova informação colocava a verdade mais uma vez distante, nublada, ambígua e contraditória, dando margem a outras e incessantes interpretações.

A versão da mãe, senhora Frola, era de que Ponza era um homem louco, achava que sua primeira esposa havia morrido e que aquela era uma segunda. Mas trata-se, na verdade, da mesma pessoa, sua filha. Para não aborrecer seu genro e preservar o casamento da filha, ela consentia em se fingir de louca e se corresponder secretamente com ela.

Já a versão do homem, senhor Ponza, era de que a senhora Frola é que é louca, não conseguiu aceitar a morte da filha, sua primeira esposa, e insiste em dizer que sua segunda esposa é a filha dela.

Se o discurso é o que enlaça o sujeito ao Outro, como desvendar esse enlace se o Outro não traz nenhuma garantia? É o que sugere Laudisi, o único personagem do conto que não se inclui nas conjecturas e especulações a respeito do vizinho misterioso. Ele permanece incrédulo

e, numa postura cínica, tenta mostrar o quão inútil é querer saber a verdade. Esta, inalcançável, só suscita a tolice da curiosidade. Ele diz:

qual dos dois? Vocês não sabem. Ninguém sabe. E não é por essas provas, que afinal não existem, perdidas ou destruídas por um acidente qualquer, incêndio ou tremor de terra. Não! Porque tais provas foram destruídas por eles próprios, dentro de si, na própria alma, compreendem-me? Eles imaginaram ambos uma ficção que tem a consistência de realidade e vivem em perfeito acordo, reconciliados nesta ideia. Esta realidade, sim, nenhum documento irá destruir. Um documento poderia servir a vocês, para satisfazer uma curiosidade tola. Como não o conseguem, sentem-se condenados ao maravilhoso suplício de viver entre a ficção e a realidade, sem distinguirem uma da outra (Pirandello, 1917/2009, p. 118).

Como sair da ficção e das conjecturas e saber a “real verdade”? Os vizinhos curiosos precisavam descobrir esse mistério, mas acabavam se baseando em suas crenças, simpatias e experiências. Até que uma ideia lhes surge: a de consultar o próprio referente da verdade, ou seja, a tal esposa presa na casa sombria, a senhora Ponza. Ela será a única que poderá, segundo eles, pôr fim a tantas interpretações errôneas.

Assim foi feito. Chamaram a senhora Ponza para testemunhar. Entretanto, quando perguntada sobre qual é afinal de contas a real verdade, a esposa misteriosa responde: “Sim, de fato sou filha da Senhora Frola”, provocando alívios e suspiros que são rapidamente interrompidos pela segunda parte da frase: “E também a segunda esposa do Senhor Ponza” Espanto geral. Como isso seria possível? Como ela poderia ser as duas coisas ao mesmo tempo? Então ela conclui: “Sou exatamente o que crêem que eu seja”.

Assim o conto finaliza-se, com a irônica gargalhada de Laudisi que constata o que afirmava desde o início: que da verdade nunca teremos nenhuma pista concreta, apenas as versões de cada um.

Vemos neste conto duas proposições da verdade. De um lado, os vizinhos – que como todos os curiosos, possuem a crença na existência d'A verdade e se exaurem a encontrá-la, a desvelá-la, buscar o referente como se ele se localizasse fora do discurso. Para desolação de todos porém, giram em círculos, retornando sempre ao mesmo ponto sem nenhuma garantia. A senhora Ponza indica que ela não somente está inserida no discurso como se adapta ao contexto do mesmo.

De outro lado, Laudisi e sua afirmação de que a verdade não existe, que o acesso a ela é impossível e que, portanto, não vale a pena se empreender em buscá-la, seria uma tolice. Ou seja, uma vez constatado seu caráter ficcional, não resta alternativa senão recuar na busca pela verdade, uma vez que todo discurso é sempre uma mera interpretação.

Percebemos que em um pólo, a verdade é alcançável, só faltam os elementos certos para ser atingida, exatamente a perspectiva positivista da ciência. No outro, a verdade é sempre da

ordem de uma crença que remete ao inefável, posição dos filósofos pessimistas. Se partirmos do pressuposto que a verdade, cada um tem a sua, então não há realmente o que fazer sobre isso. Estamos num completo devir sem nenhuma possibilidade de teorização ou transmissão.

Porém, seria mesmo tolice tentar apreender algo da verdade? Se o inconsciente, diria Lacan, é esse que se comporta como a senhora Ponza, ou seja, é capaz de dizer sim e não ao mesmo tempo, como cercá-lo se ele mente e diz a verdade na mesma frase?

E o que é que isso lhes ensina? Que da verdade, vocês só sabem alguma coisa quando ela se desencadeia⁹, quando rompe sua cadeia, dizendo-lhes igualmente duas coisas... quando a verdade se recusa, isso me serve para alguma coisa. É com isso que temos que lidar o tempo todo na análise (Lacan, 1971/2009, p. 68).

Qual seria então a posição da psicanálise frente a esse impasse? Lacan afirma que “não há verdade que, ao passar pela atenção, não minta. O que não impede que se corra atrás dela” (Lacan, 1976/2003, p. 567). De que forma então poder-se-ia “correr atrás dela?”.

Apresentando a mesma estrutura investigativa do conto de Pirandello, mas em outra perspectiva, o conto de Edgar Allan Poe, *A carta roubada*¹⁰ (1844/2005), ilustra de que forma a psicanálise se posiciona frente a essa questão.

A trama se passa na França, a partir de uma misteriosa carta roubada da rainha. O roubo foi feito de forma ousada e sutil. Isso porque no momento em que a rainha lia a carta, foi surpreendida pela entrada do rei com o Ministro. Após tentar em vão guardá-la, teve que colocá-la aberta como estava, sobre a mesa. O Ministro com ‘olhos de lince’ percebe o embaraço da rainha e então tira do bolso uma carta parecida, finge ler e coloca em cima da primeira. Ao retirar-se, leva a carta que não lhe pertencia deixando a outra sem importância sobre a mesa. A substituição dos documentos, ocorre sob o olhar da rainha, que nada pode fazer para não levantar suspeitas ao rei. O Ministro agora de posse da carta, consegue valiosos poderes sobre a rainha, já que a exibição desta carta ao rei seria comprometedora.

Ameaçada, a rainha aciona o delegado de polícia que garante encontrar a carta da maneira mais sagaz e discreta no apartamento do Ministro. Inicia-se então a procura da polícia de forma incansável. Vasculhou-se com minuciosos exames dentro dos móveis, almofadas, colunas, teto, tijolos de todo o prédio, com o uso de microscópio e equipamentos modernos. Mas, para desespero do delegado, nenhuma pista da carta.

⁹ Lacan faz um trocadilho entre *déchaînement* (desencadeamento) e *déchet ne ment* (o resto, dejetos, a sobra não mente).

¹⁰ Lacan aponta para tradução do título de Poe em francês que é similar à nossa: *La lettre volée*. Entretanto, o título original em inglês é *The Purloined Letter* em que *purloined* um termo que indica pôr de lado, reservar disfarçadamente, dissimular, desviar.

Sem alternativas, o delegado resolve pedir ajuda a Dupin, um importante investigador da cidade, oferecendo-lhe uma recompensa em dinheiro. Dupin aceita e, pouco tempo depois, liga dizendo que a carta em questão já estava em suas mãos. O delegado, perplexo, não entende como ele conseguiu tal feito.

Dupin, comentando mais tarde com seu amigo, debocha dos métodos utilizados pelo delegado:

O método “impecável” empregado pela polícia parisiense, pareceu cumprir seus deveres muito à sua maneira. Sua pesquisa pormenorizada foi eficaz, mas até certo ponto. As medidas adotadas não só foram as melhores, mas realizadas com absoluta perfeição. A carta, posta propositalmente num lugar óbvio, certamente escapou à percepção deles. As medidas foram erradas justamente por não conhecer o Ministro, que era não somente um matemático, mas também um poeta (Poe, 1844/2005, p. 42).

Mas, como o investigador conseguiu então recuperar a tal carta? Com um ar bem descompromissado, Dupin foi fazer uma visita ao Ministro, conversando sobre um assunto que lhe interessava. Enquanto isso observava à sua volta, com seus óculos de lentes verdes. Mal começou a conversa e viu que a carta em questão estava amassada e ‘esquecida’ no porta cartas de cartolina como que forjada para não levantar suspeitas. Aproveitando então um incidente na rua que atraiu o Ministro à janela, ele tirou uma carta parecida do bolso e a trocou pela carta da rainha sem que o outro percebesse.

Para Dupin, se o delegado cometeu tantos enganos, foi por considerar engenhosas apenas suas próprias ideias e procurar o que estava escondido pensando apenas em como ele mesmo faria para esconder. Lacan dirá que mais importante do que o fato de ter sido o Ministro quem roubou a carta é o fato de a Rainha saber ser ele quem a detém de modo não inocente. Este seria o quociente da cena primeira. A visita de Dupin ao Ministro caracteriza a segunda cena que se passa sem estardalhaço.

O Ministro não detém mais a carta, mas disso ele não tem ideia, nem de que foi Dupin que a raptou. O saber e o olhar estão aí em jogo. Assim, existem na trama duas posições: daqueles que vêem e daqueles que não vêem. Interessante notar que os que deixam a verdade passar despercebida, os que não vêem, são os que ocupam o lugar da autoridade e da lei: o rei e a polícia.

Aqui existe uma noção importante a ser tratada que é o que Lacan chama neste texto de intersubjetividade. Nela, o sujeito se dirige ao Outro como absoluto, um Outro que pode anulá-lo ou agir fazendo-se de objeto para enganá-lo. No esquema L afirma que “entre esse alguém do Sujeito e esse para-além do Outro em que de fato se insere a fala” (Lacan, 1955/1998b, p. 58). Segundo Zizek (1998), Lacan parte de uma concepção ainda fenomenológica da linguagem em

que a palavra seria um meio de reconhecimento intersubjetivo do desejo em que “de um lado temos o eu imaginário, lugar da cegueira e do desconhecimento e de outro um sujeito totalmente assujeitado à estrutura, alienado e sem resto” (Zizek, 1998, p. 77). Há uma semelhança e os lugares simbólicos permanecem numa certa autonomia, independentes dos sujeitos que os ocupam. De todo modo, já temos um sujeito que se enlaça ao Outro através de seu discurso e que é só no que escapa a isso que o circuito pode acontecer.

É neste sentido que a carta anima o circuito mesmo que dela não saibamos nada. Poderia ser uma carta de amor, de intimação, desolação e não importa seu conteúdo. Apenas sabemos que ela contém um segredo que não pode ser levado ao conhecimento do rei e que por isso tem grande valor.

Ou seja, a carta/letra em si não oferece sentido. Lacan (1955/1998b) afirma que a mensagem, o saber, o sujeito vai articular por si só. Logo, o significante não é funcional, não há nada que nos indica a mensagem que ele veicula. Do mesmo modo, no teatro de Pirandello, a verdade sobre o vizinho não nos é revelada, mas serve apenas para animar a trama de interpretações. Isto porque, de fato, não existia, assim como a carta, uma verdade a ser revelada. Em ambos, quanto mais se busca encontrar a carta/verdade, mais se distancia dela.

A verdade, de acordo com Lacan, é aquilo que corre atrás da verdade. Se tirarmos o seu movimento e quisermos adaptá-la a uma forma fixa, perdemos seu caráter contingente. É preciso abandonar a crença imaginária de verdade como exatidão e similitude.

Neste sentido é que afirmamos que a narrativa não pode ser dada como o que descobre o objeto, mas justamente como o que o constrói enquanto vazio. Trata-se de um esgotamento significante na busca de um significado, que sempre fracassa circulando pelo ponto cego, mas desenhando aí o seu percurso.

Vemos, por exemplo, neste diálogo citado por Freud e trabalhado por Lacan, de que forma a fala está submetida ao significante: “Por que mentes pra mim dizendo que vais a Cracóvia, para que eu creia que está indo a Lemberg, quando, na verdade, é à Cracóvia que vais?” (Lacan, 1955/1998b, p. 22). Percebemos então que o significante traz um ponto implícito, para além da fala, que determina a relação do sujeito com o outro. Tomar ao pé da letra, como fez o delegado no conto, deixa escapar o verdadeiro lugar da carta. Assim, este sentido não é encontrado em parte alguma. É a partir desta premissa que Lacan compara o conto de Poe com a situação analítica já que há um resto que o analista não deve desprezar, mas deter isso o que é da alçada significante, em que “a verdade pode sempre ser comunicada, neste caso, nas entrelinhas” (Lacan, 1954/1998, p. 373).

É na medida em que o significante instaura algo enquanto simbólico que ao mesmo tempo se dá uma falta, denunciando um real que sempre esteve em seu lugar. Assim, enquanto para Pirandello, é vão tentar buscar a legítima verdade, para Poe, ela se mostra nas entrelinhas, nos lapsos. É no descuido momentâneo, é por uma contingência, que a carta/verdade se deixa apreender. Poe indica que para conseguir a carta, não basta ter o raciocínio lógico de um matemático. É preciso ter a sutileza de um poeta.

Foi o motivo que fez com que o Ministro conseguisse esconder a carta dos policiais. Do mesmo modo, Dupin que se retirou do circuito 'intersubjetivo' a partir do momento em que exigiu sua quantia em dinheiro ao Delegado, como faz o psicanalista.

Dado esse crédito evanescente, a entrega que Dupin tenciona fazer da carta ao delegado vem a ter sua importância reduzida. Que resta agora do significante, quando, já sem o lastro de sua mensagem para a Rainha, ei-lo invalidado em seu texto a partir de sua saída das mãos do Ministro? (Lacan, 1955/1998b, p. 43).

Se Freud comparava o trabalho do psicanalista ao do arqueólogo, fica claro que se trata menos daquele que faz uma investigação minuciosa para encontrar o que está encoberto do que desse que, por acaso, tropeça num fóssil esquecido. O psicanalista é o investigador que fica no lugar de dejetos, como a carta. Assim, se é o não-saber que engendra o saber, não é possível deter a verdade simplesmente por uma busca consciente ou uma pesquisa detalhada, uma vez que para sair do significante e chegar ao significado o sujeito deve fazer todo um percurso, mas, um percurso pelo vazio, pelo furo. Ou seja, entre eles há uma hiância a se percorrer. Aprender algo da verdade é justamente atentar para essa hiância, essa deformação. Esse é o inconsciente que “nunca despista tanto quanto ao ser apanhado em flagrante” (Lacan, 1967/2003, p. 329).

É ao ser apanhado em flagrante, no acaso de uma carta esquecida, deixada sobre a mesa, no que se furta quando deixa aparecer, que o inconsciente “despista” a sua verdade. Ele está na fala, superficialmente, no que ela apresenta de mais ambíguo e incerto. Em sua negativa, em seus lapsos, em seus atos sem intenção. Aquilo do sexual que o sujeito não consegue dizer, apenas atuar, é aí que está o verdadeiro. Assim, a verdade não está no conteúdo latente que é proposicional. Mas na deformação que o impossível a representar imprime no discurso. Não se trata de uma adequação, ao contrário, é muito antes uma deformação do discurso. Como nos esclarece Antônio Teixeira (2008), é diante desse paradoxo que algo do ato e da decisão podem surgir.

Ao invés de dissipar os paradoxos, devemos nos deixar orientar por eles, já que o importante não é decifrar o sentido do problema, mas chegar ao ponto em que a consideração de seu impasse nos obriga a decidir. A verdade, assim concebida como função do impossível, não se deixa substituir pelo artifício ficcional, segundo proclama a argumentação sofisticada. Ela é antes o que obriga o artifício, ao forçar o sujeito no impasse do simbólico, operar com uma peça sem conexão prevista (Teixeira, 2008, p. 55).

Aqui não estamos no campo nem de um determinismo nem de um livre-arbítrio, pois o lugar da decisão não se apresenta exteriormente e, portanto, não cai no discurso libertário, tampouco no discurso do determinismo previsível.

A verdade, enquanto essa que fala no sujeito, não pode ser totalmente dita e é nesse sentido que se procurarmos o traço/verdade numa lógica positivista jamais encontraremos. É precisamente no momento em que esse discurso que visa o significado é dispensado, que a verdade se precipita, num efeito de verdade. “A verdade se decide unicamente no momento em que o discurso como representante da representação, é dispensado, desqualificado” (Lacan, 1971/2009, p. 14).

De modo que, se é apenas quando é dito que esse semblante pode aparecer como verdade, temos aí uma efetividade que só se apresenta quando colocada em movimento. Essa efetividade não pode ser extraída *a priori* senão quando o sujeito se põe a falar. Como vimos, é o ato que traz algo de legítimo do inconsciente, pois é ali que ele fal(h)a. O que valida a experiência analítica então?

Se a experiência analítica acha-se implicada, por receber seus títulos de nobreza do mito edipiano, é justamente por preservar a contundência da enunciação do oráculo e, eu diria ainda, porque a interpretação permanece sempre nesse mesmo nível. Ela só é verdadeira por suas consequências, tal como o oráculo. A interpretação não é submetida à prova de uma verdade que se decida por sim ou não, mas desencadeia a verdade como tal. Só é verdadeira na medida em que é verdadeiramente seguida (Lacan, 1971/2009, p. 23).

Tal como um oráculo ou como um juramento, a verdade só é verdadeira na medida em que é verdadeiramente seguida. Se não temos uma metalinguagem que garanta a verdade, devemos ter algum indício do que faz lastro entre o que o sujeito diz e a realidade. Com Antônio Teixeira, vimos que se mesmo um sujeito ateu jura, é para convocar o Outro a dar crédito à ligação entre sua palavra e a realidade externa. É porque existe o apelo à crença do Outro que existe o juramento tanto erótico como político. A crença aqui serviria como um suplemento de autoridade que faz sedimentar o vínculo da palavra com a coisa representada. Essa crença depende de algo que não está na língua e faz um certo forçamento uma imposição, como se houvesse uma autonomia em relação ao sujeito.

Niels Bohr, importante físico quântico, era de família judia, mas se declarava ateu. Na porta de sua casa, contudo, havia uma ferradura, como que para proteção. Foi-lhe perguntado o motivo, o que Bohr respondeu: “Quem me deu disse que a ferradura dá sorte até pra quem não acredita!” (Fux, 2014, p. 147). O que é isso que poderia funcionar até para quem não acredita? “*Yo no creo en brujas, pero que las hay, las hay!*” (p. 147).

Seria o inconsciente? Se tomarmos o texto freudiano “A negação” (1925/2016) diríamos que sim. Isso porque há algo que faz parte do sujeito que ele próprio não reconhece como seu, precisando chegar à consciência sob forma de negação. “O eu-prazer originário quer introjetar tudo o que é bom e jogar fora tudo o que é mau. Em princípio, o que é mau, o que é alheio ao Eu e o que se encontra fora dele é-lhe idêntico” (Freud, 1925/2015, p. 307).

Essa opacidade entre o que o sujeito introjeta ou “cospe” fora é justamente a opacidade que se estabelece entre ele próprio e o Outro. Opacidade tal que precisa ser “encerada” com o recurso da crença, logo, com a suposição de saber inconsciente.

Lacan em “A psicanálise verdadeira, e a falsa” (1958/2003) afirma que é nesse palco, o palco do Outro como lugar de garantia da verdade, que o sujeito se acha sobredeterminado em sua “maquinaria inconsciente”. Submetido a essa ambiguidade que é inerente ao próprio discurso, o sujeito não é sujeito em sua própria mensagem, estritamente constituído pelos símbolos-índices, mas é antes, objeto dela. Ali onde é representado, o sujeito está ausente e por isso encontra-se dividido, só podendo ser produto dessa articulação significante.

É essa captura imaginária do sujeito no discurso do Outro que parece ir tão longe a ponto de poder concernir à sua fisiologia mais íntima. É ela que centraliza a ideia vulgar que substituiu, por seu emprego em psicanálise, o conceito rigoroso de simbólico, pois este deve ser definido como constituído na cadeia significante, único lugar pensável da sobredeterminação como tal (Lacan, 1958/2003, p. 175).

Se a cadeia significante é o único lugar pensável da sobredeterminação, o que nos permite fazer a ligação entre a palavra e a coisa representada é essa crença em um Outro que torna tal ligação possível. O que Lacan nos indica, contudo, é que não há Outro do Outro, ou seja, a ferradura não poderia trazer boa sorte para além da implicação do próprio sujeito, como se fosse um ponto exterior a qualquer tipo de crença. Não há esse ponto externo que garanta a veracidade ou a existência das coisas.

O efeito de verdade não é semblante. Está aí o Édipo para nos ensinar, se vocês me permitem, que ele é sangue vivo (*sang rouge*). Só que vejam, o *sang rouge* não refuta o *semblant* (*sang blanc*), ele o colore, torna-o re-semblante, propaga-o. Um pouquinho de serragem e o circo começa. É por isso mesmo que a questão de um discurso que não fosse semblante pode elevar-se ao nível do artefato da estrutura do discurso. Entrementes, não existe semblante do discurso, não existe metalinguagem para julgá-lo, não existe Outro do Outro, não existe verdade sobre a verdade (Lacan, 1971/2009, p. 14).

O que Lacan propõe é que se procura-se ir além do semblante para encontrar uma verdade, essa constatação será da ordem do sangue vivo, isto é, do real, do horror, do insuportável. Se não há um Outro do Outro ou um ponto exterior que legitime a verdade, como não cair no engodo de uma estrutura fechada, determinada e previsível da subjetividade?

Esse é o ponto chave do ensino de Lacan, pois, escapou do determinismo fechado e também não se deixou seduzir pela abertura transcendental. Se não está referido a um determinismo linear, é porque há um corte surpreendente que pode acontecer no processo de análise. Este corte, contudo, não é “miraculoso”, mas se articula à lógica inconsciente. Se falamos então de uma estrutura, de forma alguma poderia ser uma estrutura estática porque ela apresenta um 'ponto de fuga'. Esse ponto é o que não está previsto pois não participa das leis que regem sua cadeia automática, estando dela excluída.

Não estaríamos justamente nos referindo ao trauma que determina o inconsciente? Como encontrá-lo então de forma linear se é o que está excluído das leis que o regem? Isso que não se deixa adestrar pelas leis da consciência e que traz sempre algo que falha e desconserta, é o que vai na direção contrária ao querer consciente, à exatidão e, portanto, nos condena a não sermos senhores em nossa própria casa. Do mesmo modo, o psicanalista não é senhor de sua própria prática. O inconsciente está aí enquanto indefinido, evanescente, pronto a surpreender analista e analisando. Se Freud transmite então a verdade do inconsciente, não o faz nos momentos em que o explica, mas quando aponta para os obstáculos que resistem à sua decifração. Isso nos parece importante pois, se Freud esteve à procura do ponto inicial e final da formação das neuroses, ele constata sempre algo de uma falsificação, de forma que o inconsciente vai do determinismo à ficção.

há entre nós um dito corrente sobre as falsificações, no sentido de que, em si mesmas, elas não são feitas de ouro, mas estiveram perto de algo realmente de ouro. É possível aplicar essa mesma comparação às experiências infantis retidas na memória (Freud, 1899/1969, p. 291).

Se essas constelações de lembranças encobridoras, “estiveram perto de algo realmente de ouro” o que seria esse lastro precioso que as lembranças “falsificadas” se aproximam sem se misturar? De que ordem seria esse “ouro”?

É essa pergunta que Lacan (1971/2009) lança em *O seminário, livro 18: de um discurso que não fosse semblante*. Seria possível um discurso que não passasse pelo artifício? Em que esse semblante estaria ancorado? A resposta estaria apontada para o “silêncio eterno dos espaços infinitos”, para o “clarão do trovão”, o “susto de um meteoro”, fenômenos da natureza que evocam o semblante. Em que sentido?

É como se isso que é externo ao sujeito possuísse um enigma tal que exigisse um contorno artificial para ser assimilado.

Aliás, é isso que faz com que haja doces sonhadores que pensam que toda natureza animal, dos peixes aos pássaros, entoa louvores divinos. Isso é óbvio. Toda vez que eles abrem uma coisa assim, uma boca, um opérculo, há um semblante manifesto. Nada exige essas hiâncias (Lacan, 1971/2009, p. 16).

Isso do Outro que aparece como enigma e que exige decifração, agora fala, canta, revolve-se de todas as maneiras através do sintoma. Se esse trovão é um sinal, não se sabe muito bem sinal de quê. A ligação entre o trovão, ou entre a realidade externa que afeta o corpo e a palavra que nomeia só é legitimado, por algo que Lacan chamou de Nome-do-pai.

O pai tem tantos nomes quantos suportes tem a função. Sua função? A função religiosa por excelência, a de ligar. O quê? O significante e o significado, a lei e o desejo, o pensamento e o corpo. Em suma, o simbólico e o imaginário. Com a ressalva de que, se esses dois se ligam a três com o real, o Nome-do-pai vira um mero semblante. Em contrapartida, se sem ele tudo se desfaz, ele é o sintoma do nó fracassado (Miller, 2005b, n.p.).

No *Seminário 17, o avesso da psicanálise* (1969-70/1992) Lacan dirá que o avesso é isso que se relaciona com a verdade. Avesso, porque verdadeiro é aquilo que é dito na frase como deformação. E não há meios de fazer isso se sustentar senão pelo significante. Este, o significante, não se relaciona com o objeto para dizer a verdade, ele se relaciona com outro significante. E o sujeito é o que emerge da incidência desses dois registros. Como isso funciona?

Uma vez que S_1 é designado por S_2 , temos o sujeito que resulta dessa “bateria significante”. Não podemos partir de S_1 como conteúdo ou causa primeira, mas apenas o segundo significado dado irá representar o sujeito à sua causa. Ou seja, o sujeito é resultado dessa falha, essa brecha entre um significante e outro. Nesse sentido, não temos acesso a um primeiro elemento que não seja nomeado, representado por um segundo, da ordem de um semblante.

Trata-se daqueles que já estão ali, ao passo que no ponto de origem em que nos colocamos para fixar o que vem a ser o discurso, o discurso concebido como estatuto do enunciado, S_1 é aquele que deve ser visto como interveniente. Ele intervém numa bateria significante que não temos direito algum, jamais, de considerar dispersa, de considerar que já não integra a rede do que se chama um saber (Lacan, 1969-70/1992, p. 11).

Mesmo que a existência de S_1 dependa de uma bateria, ou, mesmo que a marca primeira dependa de uma certa leitura, ela não é de modo algum aleatória ou dispersa. Esse S_1 como causa é o ordenador do discurso como saber. “E o seu suposto, é o sujeito, na medida em que representa esse traço específico, a ser distinguido do indivíduo vivo” (Lacan, 1969-70/1992, p. 12).

Interessante aqui é que a marca de S_1 supõe um sujeito e é esse sujeito que representa o traço específico e não o contrário. Ou seja, o efeito é o que dá existência à causa, num movimento retroativo. Trata-se de um lugar difícil de localizarmos uma vez que o espaço-tempo se misturam não nos permitindo saber quem vem primeiro, mas apenas que um é condição do outro. O sujeito aqui é emergência, consequência de uma marca que promove um saber, uma fantasia. Essa construção se dá a partir de uma suposição e não de uma constatação. Daí a dificuldade de estabelecer um determinismo dito científico quando estamos no campo do sujeito.

É em relação à juntura com o gozo sexual que surge, na fábula freudiana da repetição, o engendramento daquilo que lhe é radical, e dá corpo a um esquema articulado literalmente. Tendo surgido S_1 , primeiro tempo, repete-se junto S_2 . Desse estabelecimento de relação surge o sujeito que algo representa, uma certa perda, a respeito da qual vale a pena ter feito esse esforço em direção ao sentido para compreender a ambiguidade (Lacan, 1969-70/1992 p. 17).

Fica claro então que o sujeito, o sujeito do inconsciente, é este que está evanescente entre dois significantes, em que o segundo tenta representar a verdade do primeiro.

Em 1963, em seu seminário interrompido, *Nomes-do-pai*, Lacan indica que se a verdade entra no lugar de agalma, ou seja, se ela se transforma no objeto a ser apreendido, retira dela toda a dimensão de causa. E “não há causa senão depois da emergência do desejo” (Lacan, 1963/2005, p. 87).

Aqui Lacan nos dá uma pista de que se a verdade não é em si o objeto de desejo a ser conquistado, não é também da ordem de uma ilusão. Sobre isso, temos o exemplo de Édipo que acaba suprimindo o suspense que a questão da verdade introduz no povo “porque responde a pergunta e, ao fazê-lo cumpre seu destino, afastando a verdade, que acaba retornando como resto, na forma de seus olhos, “um dos suportes primordiais do objeto *a*” (Lacan, 1969-70/1992, p. 127). Ou seja, a verdade, enquanto enigma, não é para ser apreendida, nem respondida, assim como tentou fazer a polícia francesa na busca obstinada pela carta no conto de Poe.

A verdade é essa que se coloca como causa, essa mesma que não temos acesso a não ser por seus efeitos. Nesse sentido, o Nome-do-pai, seria justamente essa castração transmitida “de pai pra filho”. De forma que é o pai morto, fracassado, ausente que transmite o simbólico operando com esse ponto de brecha, fazendo aí aparecer um sujeito que tenta remontá-lo devotando seu amor. Não o pai da verdade factual, da consistência imaginária ou da presença impositiva. Mas, uma transmissão que, assim como o inconsciente, vai na direção disso que enguiça, que apresenta suas falhas, tropeços, suas aberturas e fechamentos em direção à crença, à suposição.

Logo, é ao preço da perda que o sujeito se constitui e é ao preço da ficção que vela uma ausência que a verdade se apresenta. Nessa operação, entre S_1 - S_2 , há algo que aparece como resto e ao mesmo tempo como vínculo. Esse resto que faz vínculo é o que dá a materialidade da relação do sujeito com o Outro e se impõe como limite à série interpretativa infinita e sem valor. “Enfim, nós sempre acentuamos que desse trajeto surge alguma coisa definida como perda. É isto que designa a letra que se lê como sendo objeto *a*” (Lacan, 1969-70/1992, p. 13).

Se tomarmos a linguagem freudiana, diríamos que é algo da ordem do afeto, do que faz o sujeito negar e evitar justamente o que pra ele tem certa carga afetiva, mesmo que lhe pareça alheio. De forma que o objeto *a* é o que resta de verdade dessa amarração do sujeito com o Outro ou da palavra com a coisa, esse que não se deixa apreender, mas que “testemunha que o lugar do Outro não é apenas o lugar de uma miragem” (Lacan, 1963/2005, p. 87).

É o que dá a efetividade e autenticidade ao efeito do Outro sob o sujeito. Nesse sentido, Lacan ressalta que a verdade não é o contrário do semblante, ela é antes correlata a este porque indica onde o semblante quer chegar. Temos aí uma pista sobre o “ouro” do qual se referia Freud. Um ouro talvez aproximado pelas suas falsificações, mas nunca de fato apreendido totalmente.

Assim, por um lado, temos o inconsciente automatizado por essa maquinaria que vem do Outro e, por outro lado, o inconsciente propenso à contingência uma vez que a tentativa de conectar S_1 e S_2 , ou o significante ao significado, permanece frustrada, em aberto. É dessa forma que toma nuances tanto de uma previsibilidade, pois possui uma lógica própria da fantasia, quanto de imprevisibilidade e da surpresa, como veremos a seguir.

3 O INCONSCIENTE: DO PREVISÍVEL AO CONTINGENTE

3.1 A MEMÓRIA IMPREVISÍVEL

Vimos que é diante desta falha na função mnêmica, da lacuna da memória que a lembrança se liga a uma impressão substituta, ficcional, numa “ilusão de memória”.

Somos forçados a suspeitar que, das chamadas primeiras lembranças da infância, não possuímos o traço mnêmico verdadeiro, mas sim uma elaboração posterior dele, uma elaboração que talvez tenha sofrido a influência de uma diversidade de forças psíquicas posteriores. Portanto, as “lembranças da infância” dos indivíduos adquirem universalmente o significado de “lembranças encobridoras” (Freud, 1901/1969, p. 63).

Se todas as lembranças são encobridoras, podemos entender que não é possível *reproduzir* um conteúdo da memória, como pretendia a catarse, porque não há um traço que se diga verdadeiro. Se pensarmos a questão da previsibilidade ou do determinismo clássico, o que está em jogo não é apenas a questão da verdade, mas esses pressupostos exigem também uma temporalidade linear que resgata essa verdade do primeiro tempo. Contudo, se no que diz respeito ao sujeito, não podemos dizer de um registro fiel à experiência, uma vez que o próprio dizer impõe aí uma dissimetria, como pensar nesse momento original, nesse T_0 ? Vimos que as formações da memória são construídas de elaborações posteriores, logo, é a temporalidade que está aí colocada pois trata-se de uma verdade que, quando se mostra, já se manifesta como prescrita, atrasada.

Nesse sentido, não é o fator traumático que deve ser extraído da fantasia, mas o psicanalista deve extrair da lembrança a fantasia como suporte do desejo do sujeito. O que tal lembrança encobre, segundo Freud, é um tempo mais remoto, mais primitivo da memória e vincula-se à outra recordação não apenas por seu conteúdo, mas pela contiguidade temporal. Ou seja, as lembranças não vêm numa determinada época, elas são despertadas e ao despertar é que são formadas. Esse é o ponto central na ideia do determinismo inconsciente que pretendemos defender. A de um inconsciente absolutamente atual, mas que, ao mesmo tempo, remonta ao passado, como não realizado.

A contradição é que, se é atual, por que não estamos numa vertente fenomenológica do tratamento? O que nos permite fazer as “construções” em análise? Fica evidente que o inconsciente não é um eterno devir, mas que traz uma estrutura fixa, que promove a repetição

do sujeito. Ao mesmo tempo, que estrutura é essa que não “está lá”, como que dada desde sempre, mas que só se apresenta quando posta em movimento?

“Esta é a ordem da verdade. A verdade só se funda pelo fato de que a palavra, mesmo mentirosa, a reclama e a suscita. Esta dimensão está sempre ausente do lógico positivismo” (Lacan, 1964/1985, p. 127). Se a verdade inconsciente é suscitada, originada pela palavra e seus circuitos, seria possível sair em busca do real perdido entre os semblantes? É o que responde Alain Badiou (2017) no livro *Em busca do real perdido* quando analisa, por exemplo, a anedota da morte de Molière.

O dramaturgo estava representando a peça “O doente imaginário” em que um velho, Argan, se julga doente sem de fato estar. Na trama familiar em que se desenrola a peça, Argan encontra uma solução: fingir de morto para descobrir quem se importaria caso isso realmente acontecesse. Mais interessante que o fato de já haver uma discussão sobre o fingido (*faire semblant*) e o verdadeiro na própria peça, é o fato de Molière, no mesmo momento em que representava o doente imaginário Argan, desmaiar no meio do palco e vir a falecer. Em cena aberta, o ator e dramaturgo teve um ataque de tuberculose. O público imaginou tratar-se de mais uma interpretação brilhante de Molière e aplaudiu estrondosamente enquanto ele se curvava de sofrimento e perdia sangue pela boca, sendo em seguida carregado para detrás das cortinas.

Badiou aponta aí um roçar entre semblante e real de forma que o doente imaginário era real e vice-versa. A cena repetida do teatro, deixa de ser ali apenas a reprodução de um ensaio para trazer a surpresa e o inesperado, no interior mesmo desta repetição. Ou seja, a previsibilidade da cena e o imprevisível do próprio desmaio se misturam, numa contingência de certa forma já esperada. Assim, o real se apresenta como o que *dejoue le jeu*, como o que “desrepresenta a representação”.

Podemos afirmar a partir desse ponto que, diferentemente do que sugere a vertente platônica, não é fora da caverna que a verdade e o real se localizam, mas no interior mesmo da própria estrutura de semblantes. O real é o que vem assombrar os semblantes, de forma que “não existe nem acesso intuitivo direto ao real, nem acesso conceitual direto ao real, mas há sempre essa necessidade indireta de que seja na ruína de um semblante que o real se manifeste” (Badiou, 2017, p. 22).

Como essa anedota de Molière, temos vários exemplos similares, sobretudo na arte contemporânea que faz justamente uma demonstração desse “real representado”. Recentemente, na galeria Art Basel em Miami, uma visitante foi esfaqueada e as pessoas pensaram ser uma performance artística, julgando inclusive tratar-se de sangue falso. Outro

episódio na Itália em que a faxineira varreu, literalmente, toda a instalação dos artistas Goldschmied & Chiari pensando tratar-se da sujeira deixada por uma festa no dia anterior.

Em que medida a arte denuncia justamente tanto os limites da representação, como a impossibilidade de demonstrar o real senão por ela? Não estaria a verdade e a causa inconscientes também nesse lugar de resto ou dejetos onde não se sabe o que é falso ou verdadeiro?

Na esteira de Badiou diremos que sim, uma vez que apenas nesse ato de divisão, onde o semblante é arrancado e ao mesmo tempo identificado que podemos nos aproximar de um acesso ao real. Trata-se do que o autor chama de um “alhuers interior” (Badiou, 2017, p. 28) onde não se pode tirar a máscara da máscara, isto é, não temos acesso ao real nu, mas é o próprio semblante que é real.

O que nos permite então diferenciar o semblante que é real do semblante como puro artefato e estratégia sofisticada?

Para responder a essa pergunta, parece de suma importância passar pelo conceito freudiano de repetição, onde temos indícios de que o semblante circula em torno de um ponto muito específico. Que ponto seria esse? Como ter acesso a ele se a repetição do sujeito em análise traz sua verdade de forma atuada e não como uma lembrança do passado pronta a ser resgatada?

3.2 O QUE SE REPETE E O QUE NUNCA IRÁ SE REPETIR

Em “Lembrar, repetir e perlaborar” (1914/2019) Freud traz a repetição definida como o que se opõe ao saber e é da ordem da atuação. De modo que, tanto o *Erinnem* (rememorar) como *Agieren* (atuar) são efeitos da repetição, e ambos se apoiam na transferência; mas se o primeiro se apoia na transferência para produzir uma significação, o segundo parece colar-se na resistência, onde o sujeito não sabe que é uma repetição. Se, como afirma Freud, atuação e rememoração fazem parte do material recalado, seriam o mesmo material?

Aqui acontece com bastante frequência que se “lembra” algo que nunca poderia ter sido “esquecido”, porque não foi percebido em nenhum momento, nunca esteve consciente e, além disso, parece ser totalmente indiferente para o percurso psíquico se tal “conexão” foi consciente e depois esquecida, ou se nunca chegou à consciência. A convicção que o paciente adquire ao longo da análise é totalmente independente de tal lembrança (Freud, 1914/2019, p. 153).

O que Freud nos indica é que não há diferença entre o que o sujeito rememora e o que atua sem se dar conta, uma vez que o fator mais importante presente em ambos é o da resistência e, a partir daí, é a convicção do paciente que está em jogo.

A resistência é esse resto que resiste à decifração e impõe os limites da interpretação, levando à compulsão a repetir. Como indica Lacan, “a miragem da verdade, da qual só se pode esperar a mentira (é a isso que se chama resistência, em termos polidos) não tem outro limite senão a satisfação que marca o fim de análise” (Lacan, 1976/2003, p. 568). Ou seja, esse limite é algo de uma satisfação que não passa pelo sentido. Trata-se do resto, que faz o passado ter algo de não realizado onde o método da associação livre deve, portanto, evocar um fragmento da vida real e não trazer a uma recordação induzida, como acontecia na hipnose. O que não está inscrito para o sujeito insiste promovendo a atuação.

A compulsão à repetição, desse modo, tenta ligar os elementos de uma experiência não adquirida, para que assim esta experiência possa se tornar presente e atualizar o inconsciente. O sujeito repete, de certo modo, o que ainda não é, ou seja, para ele não se trata de uma repetição, mas de um susto. Só depois o sujeito se dá conta que essa cena já lhe é conhecida, mas a cada nova repetição, isso se dá como se fosse a primeira vez, de maneira duplicada. É neste sentido que Lacan indica que o inconsciente é o evasivo, mas que conseguimos cercá-lo numa estrutura temporal. “O que é ôntico, na função do inconsciente é a fenda, por um instante trazida à luz – por um instante, pois o segundo tempo, que é de fechamento, dá a essa apreensão um caráter evanescente” (Lacan, 1964/1985, p. 36).

Assim, diferentemente de uma perspectiva estatística em que a repetição dos dados é o que garante a sua veracidade permitindo lançar ao futuro as conclusões do que se repete no passado, no caso do sujeito, essa previsibilidade não acontece. É justamente o instante que escapa a essa repetição da mesmice, mas através dela, que algo sobre o real se apresenta, como vimos no caso de Molière.

Se a significação acontece apenas após o ato, temos duas vertentes do inconsciente: uma no campo da atuação, desconectado da dimensão temporal e outra no campo da representação, onde a rememoração circula em torno do que não se rememora, do que se repete sempre como a primeira vez várias vezes. “Para um tipo especial de vivências extremamente importantes, que fazem parte dos primórdios da infância e que à sua época foram vividas sem compreensão, mas que a posteriori (*Nachträglich*) encontraram compreensão e interpretação” (Freud, 1914/2019, p. 154).

Esse tipo especial de vivências importantes, ficam como perdidas à espera de uma interpretação *a posteriori*. Se o significante não conseguiu recuperar tal experiência infantil, é a repetição que traz em ato esse elemento sem representação. O que permite essa sobreposição do passado não realizado com o presente é a fantasia. Trata-se do anteparo entre a experiência não compreendida e o presente que se impõe. É desse modo que toda nova estrutura de desejo segue o mesmo caminho, revivendo os traços anteriores não recuperados. O desejo faz as vias de ativação do traço mnêmico.

Se o sujeito é o sujeito do significante – determinado por ele – podemos imaginar a rede sincrônica de tal modo que ela dê, na diacronia, efeitos preferenciais. Entendam bem que não se tratam de efeitos estatísticos imprevisíveis, mas que é a estrutura mesma da rede que implica os retornos (Lacan, 1964/1985, p. 69).

Em 1912, no texto “Sobre a dinâmica da transferência” (1912/2019), Freud articula a repetição e transferência, onde o sujeito irá recorrer aos seus protótipos infantis, inserindo o analista na série psíquica por ele formada. A transferência é o que Freud chama de *playground* da repetição onde os “clichês” são reimpressos pelo sujeito a cada vez no processo de análise. Ou seja, o psicanalista é este que se vale dos clichês para obter uma pista sobre verdade do sujeito.

É certo que não podemos tomar esse percurso fixo como a verdade em si, mas nem por isso iremos “varrê-los” como fez a arrumadeira no museu de arte. Se Freud nos diz que o sujeito possui “uma determinada idiossincrasia ao conduzir sua vida amorosa” (Freud, 1912/2019, p. 107), é através dela que o psicanalista se guia na transferência. Essa idiossincrasia é o que fala no e através do sujeito e talvez seja exatamente do que, a princípio, ele quer se liberar.

Trata-se dos clichês que, de acordo com Freud, são as condições para o sujeito se apaixonar, o modo como ele conduz as pulsões em direção ao Outro, suas repetições ao longo da vida, sua determinação. Essa determinação, contudo, não é uma determinação fechada em que podemos aí dar um predicado ao sujeito porque o significante o representa sempre a outro significante. Ou seja, para cercarmos a estrutura do sujeito é apenas a partir do que se apresenta como surpresa, denunciando esse clichê como tal, numa condição de transferência, pois não se trata de um enxerto de sentido, mas ao contrário, de uma depuração. Esses modelos psíquicos impedem as novas experiências de serem tomadas como novas, mas surgem como uma reedição da mesma impressão construída, onde o sujeito “irá se aproximar de cada nova pessoa que se avizinha com representações de expectativas libidinais, e, é muito provável que as duas porções de sua libido, tanto aquela capaz de chegar à consciência quanto a inconsciente, tenham participação nessa postura” (Freud, 1912/2019, p. 109).

Neste texto, Freud inclui uma interessante nota de rodapé para “proteger-se” contra a objeção de não se ater às disposições inatas e considerar sobretudo as impressões infantis:

Tal crítica origina-se na estreiteza da necessidade de causalidade dos homens, que quer se satisfazer com um único momento originário, ao contrário da configuração usual da realidade. A psicanálise se pronunciou muito sobre os fatores acidentais da etiologia e pouco sobre os constitucionais; mas isso apenas porque pôde trazer algo de novo no primeiro caso, e no segundo não sabia mais do que em geral já se sabe (Freud, 1912/2019, p. 107).

Tais fatores acidentais da etiologia não trariam algo novo precisamente porque são eles que determinam os fatores constitucionais do sujeito? A transferência é o que permite demonstrar essa proposição em que as ideias libidinais antecipadas visam confirmar para o sujeito quem ele é, incluindo o analista nesta série. Entretanto, uma resposta definitiva não será possível e o analista se posicionará de maneira êxtima, isto é, dentro e fora dessa cadeia.

Trata-se de uma posição em que se sabe que tais clichês são da ordem do semblante, mas que só através deles a verdade do sujeito pode advir. Seria a transferência, desse modo, ao fazer uso dos protótipos engessados, o que permite trazer a temporalidade deformada do inconsciente?

“As moções inconscientes não querem ser lembradas, tal como o tratamento deseja, mas elas almejam se reproduzir, de acordo com a atemporalidade e a capacidade alucinatória do inconsciente” (Freud, 1912/2019, p. 118). Se o neurótico é esse que se encontra determinado por seu próprio desejo inconsciente reproduzindo suas formas fixas de obter satisfação é porque ele foi nomeado pelo Outro. Sobre isso, Bruce Fink (1997) nos esclarece que o aspecto determinado ou fixo daquilo que se repete é o significante. Ou seja, é o significante que nos permite considerar as coisas ou eventos como idênticos, como repetidos. Um mesmo significante ‘cadeira’ por exemplo, serve para designar uma classe de objetos completamente diferentes. Da mesma forma, as designações das pessoas, isto é, sujeitos diferentes podem ser classificados porque um significante abrange todos eles. Assim, a repetição não corresponderia ao retorno se não fosse o significante, de forma que “só podemos nos banhar no mesmo rio duas vezes porque temos um nome para ele, o rio Swanee, por exemplo” (Fink, 1997, p. 240).

É o significante que permite o estabelecimento de uma série, já que a palavra pode conter vários sentidos e, sendo assim, o desejo pode deslizar perseguindo substitutos e buscando incessantemente a sua causa. O significante contorna algo da pulsão, mas deixa sempre um resto, e por isso não consegue nomear totalmente o que ocorre no campo da experiência. É esse resto que será determinante, o que configura o inconsciente, mas ele só faz orbitar o significante dissimulado. A repetição aparece como uma reivindicação desse resto ‘mal’ nomeado e “nesse

nível, implica o ‘retorno’ de alguma coisa que seria diferente da segunda vez, se não fosse o significante” (Fink, 1997, p. 240). Desse modo, se a recorrência é possível é porque existe uma ordem significante que abarca o acaso, ou o real. A insistência dos signos numa série faz retornar o que do sujeito foi justamente excluído. Esse encontro com o Outro irá deixar uma marca, uma perda, é a partir daí que o sujeito inicia o circuito de repetição em busca do objeto perdido de satisfação, sendo essa busca sempre falha e o circuito novamente retomado, caracterizando seu determinismo. Ou seja, entre o saber e o *quantum* pulsional, há um hiato, uma ruptura de causalidade.

O sentido do sentido, em minha prática, se capta (*Begriff*) por escapar: a ser entendido como um tonel, e não por uma debandada. É por escapar (no sentido do tonel) que um discurso adquire seu sentido, ou seja, pelo fato de seus efeitos serem impossíveis de calcular (Lacan, 1973/2003, p. 550).

Logo, se o sujeito do inconsciente visa seguir o caminho do determinismo, de reprodução, o que ele encontra é essa impossibilidade, esse furo, algo que não cessa de não se representar. Assim, há retorno, pois, essa rede significante se entrecruza sempre do mesmo modo visando o que não se escreve e é nesse retorno que o inconsciente se garante.

A causa do inconsciente – e vocês bem vêem que aqui o termo causa deve ser tomado em sua ambiguidade, causa a ser sustentada, mas também função da causa no nível inconsciente – essa causa deve ser fundamentalmente concebida como causa perdida. E é a única chance que temos de ganhá-la (Lacan, 1964/1985, p. 123).

A única chance de obter algo da causa é considerá-la perdida, como fez Dupin ao buscar a carta. Nesta perspectiva, a repetição fica velada em análise e é a fantasia que assume um papel essencial uma vez que ela se coloca como “uma tela que dissimula algo de absolutamente primeiro, de determinante na função da repetição” (Lacan, 1964/1985, p. 61). Voltamos novamente ao que dissimula o primeiro ponto. É o “rochedo” que Freud se depara uma vez que o trauma toma uma dimensão irrepresentável e, com isso, o determinismo do sintoma ganha outro estatuto. A hiância se demonstra entre a experiência que permanece indiferente à sucessão temporal e a repetição atualizada. É nesse sentido que Lacan diz que os efeitos só se comportam bem na ausência da causa. Como numa dança, os efeitos estão submetidos à causa, mas se eles apertam as mãos demais fazem obstáculo para que a causa entre na roda. Essa é a grande dificuldade do sujeito, e talvez da psicanálise, uma vez que a medida do “aperto de mãos” entre a causa e os efeitos, não nos é dada *a priori*. Em outras palavras, a repetição é constituída por essa série significante, que detém algo do real, mas que o mantém excluído. É o que Lacan chamou das configurações topológicas:

É certo que são apenas essas configurações que podem nos dar a imagem do que se trata quando o que está no interior está também no exterior. É por essa razão, de elas serem particularmente necessárias quando se trata do inconsciente, que eu represento pra vocês ao mesmo tempo como o que é do interior do sujeito, mas que só se realiza do lado de fora, quer dizer, nesse lugar do Outro, somente onde ele pode ganhar seu estatuto (Lacan, 1964/1985, p. 140).

Foi o que explicou Freud (1920/1969) em seu “Além do Princípio do Prazer”, texto que não se referiu diretamente à topologia, mas a indicou afirmando que o aparelho psíquico é limitado na apreensão das experiências traumáticas e que a força que move a compulsão à repetição é justamente a que lhe está excluída. Subordinado ao princípio de prazer, o aparelho psíquico não é poderoso o suficiente para evitar as grandes quantidades de estímulos. Estes estímulos fortes, muitas vezes, vêm antes de o aparelho se preparar, como um susto, que omite o princípio de prazer, deixando um efeito traumático. O trauma é o que produz efeitos, mas que não está incluído no tempo subjetivo e permanece “exterior”, sem deixar memória, fazendo parte dos processos excitatórios mais intensos.

Lacan está à procura de alguma coisa na obra de Freud de que o próprio Freud não se deu conta. Algo que podemos chamar de extimidade, já que é tão íntimo que Freud mesmo não o percebeu. Tão íntimo que essa intimidade é extimidade. É um mais além-interno (Miller, 1997, p. 20).

Ora, o que é a pulsão de morte senão esse mais-além interno, esse encontro faltoso que desarranja todo o princípio de prazer? O que é tão íntimo a Freud que ele mesmo não percebeu é que esses pontos de falta sempre aparecem quando visa-se explicar a causa primeira do inconsciente. Trata-se justamente dessa topologia, ou seja, desse movimento de opostos conjugados em torno de uma falta estrutural. Ao investigar, por exemplo, o princípio de prazer e o de realidade, Freud (1920/1969) se pergunta: como seria possível a pulsão encontrar satisfação também no desprazer e no sofrimento, isto é, no aumento da tensão?

É a noção de compulsão à repetição que traz toda a questão da topologia inconsciente e também desse passado não realizado. Para tentar se apropriar do excesso de excitação, incapaz de obedecer a um processo secundário, o sujeito repete, atuando isso que não foi contornado, o que fica êntimo. Assim, a repetição cumpre sua função de tentar retornar à experiência uma vez que “uma pulsão é um impulso, inerente à vida orgânica, a restaurar um estado anterior de coisas” (Freud, 1920/1969, p. 47).

Logo, a pulsão de morte visa um estado 'anterior', mas que ainda não ganhou existência, não conseguiu entrar na cadeia associativa, não se inscreveu nos sistemas mnêmicos nem temporais. Freud passa então a investigar “as misteriosas tendências masoquistas do eu” (Freud,

1920/1969, p. 24) em que esse ponto opaco, que resiste e que permanece sem decifração, age na contramão da vontade consciente do sujeito de forma que “certas outras forças ou circunstâncias” desarmonizam a tendência em direção ao prazer. O que impede que o princípio de prazer seja levado a cabo?

É então que fica clara a divisão do sujeito que não visa só o prazer, mas algo além, um alhures interior que denuncia que existe “uma outra função do aparelho mental mais primitiva do que o intuito de obter o prazer e evitar o desprazer” (Freud, 1920/1969 p. 43).

Essas questões levam Freud a um novo dualismo pulsional. Mesmo que o psiquismo seja regido pelo princípio de prazer, está submetido a algo mais arcaico e inescapável, que impele o sujeito às repetições. Frente à pulsão de morte, o princípio de prazer falha e, com ele, a possibilidade de apreender o inconsciente em sua totalidade explicando seu determinismo de maneira linear. Como exemplo, Freud cita as brincadeiras infantis (como o jogo do *Fort-da*, que veremos adiante) e os sonhos traumáticos que trazem a compulsão à repetição no processo de análise. Se as ausências da mãe ou a situação de guerra são experiências tão aflitivas, por que o sujeito as repete nos sonhos ou nas brincadeiras? Como isso se enlaça ao princípio de prazer?

Trata-se, diz o psicanalista, de um esforço em dominar retroativamente o estímulo, ou seja, na própria atuação de uma experiência vivida passivamente, o sujeito repete como se fosse uma situação ativa. Se é assim, a repetição vem para restaurar um estímulo não elaborado ou para tentar repetir uma satisfação vivenciada?

É então que percebemos em Freud duas tendências da repetição: uma tendência restitutiva e outra tendência de satisfação. A tendência ao prazer na repetição evidencia que “a pulsão recalcada nunca deixa de esforçar-se em busca da satisfação completa que consistiria na repetição de uma experiência primária de satisfação” (Freud, 1920/1969, p. 52). Em outras palavras, há uma busca pelo objeto perdido que, não encontrado, faz retornar metonimicamente. Assim, a repetição também atua como uma *reprodução* da experiência da sexualidade infantil, porém, não de algo que se revive ou que acontece pela segunda vez ao sujeito. Freud convida o paciente ao princípio de realidade, fazendo-o suportar o desprazer, mas o princípio de prazer não quer saber do desejo inconsciente, o que o leva diretamente à repetição das experiências penosas, à mortificação.

Os pacientes repetem na transferência todas as situações indesejadas e emoções penosas, revivendo-as com a maior engenhosidade. Procuram ocasionar a interrupção do tratamento enquanto este ainda se acha incompleto; imaginam-se desprezados mais uma vez, obrigam o médico a falar-lhe severamente e a tratá-los friamente... Nenhuma dessas coisas poderia ter produzido prazer no passado, e poder-se-ia supor que causaria menos desprazer hoje se emergissem como lembranças ou sonhos, em vez de assumirem a forma de experiências novas (Freud, 1920/1969, p. 32).

Apesar de Freud ter considerado a repetição como uma *revivência* do infantil, ao mesmo tempo, ela assume a forma de uma experiência nova e “nenhuma lição foi aprendida da antiga experiência de que essas atividades, ao contrário, conduziram apenas ao desprazer” (Freud, 1920/1969, p. 32).

Ou seja, a tentativa de obter prazer numa revivência de satisfação surge como um desprazer, uma vez que esta experiência é estranha ao sujeito. A soma de excitação encontra-se desligada da consciência e da memória, apesar de atuar sobre ela, repetindo aquilo de que não se pode lembrar:

O paciente não pode recordar a totalidade do que nele se acha recalcado, e o que não lhe é possível recordar pode ser exatamente a parte essencial. Ele é obrigado a repetir o material recalcado como se fosse uma experiência contemporânea, em vez de, como o médico preferiria ver, recordá-lo como algo pertencente ao passado (Freud, 1920/1969 p. 29).

Vemos que é o essencial mesmo do recalcado que não pode ser rememorado, por isso, não há outra saída senão a repetição. A pulsão de morte se apresenta num processo primário e poderoso, como uma pulsão livremente móvel e desvinculada, que pressiona no sentido da descarga e age sem obedecer a um processo secundário. Esse conceito caracteriza aquilo que conduz o organismo ao retorno, a um estado inanimado e livre de tensões, de forma que o ser vivo não pode ir à morte por qualquer caminho, mas pelo caminho da vida. Nesse momento, percebemos que é a morte que faz limite, é o que determina o sujeito, ou seja, este inanimado que está aquém/além de qualquer representação. Para Freud, a morte seria o determinante da vida, o inanimado é o que impulsiona, e que, ao mesmo tempo, retorna ao mesmo lugar. A compulsão à repetição busca um prazer, mas sempre encontra um ponto que a mantém neste circuito repetitivo. Esse ponto, podemos chamá-lo de além, mas é também o limite, o que demonstra a borda, o ponto de chegada e de parada de uma representação.

Nesse momento, chegamos à dimensão do sintoma que, antes/depois de possuir um sentido, possui uma satisfação. Subjacente ao que se distingue entre prazer-sofrimento, há algo que invariavelmente se satisfaz e do qual não se sabe. Lacan (1969-70/1992) chamou de *jouissance* (gozo) ou (*jouis-sense*) esse gozo-sentido a partir do equívoco que constitui a lei do

significante. Este gozo então, pode ser tanto prazer como sofrimento experimentados de forma que a repetição significativa, por comportar as duas instâncias, torna-se repetição de gozo.

Esse saber (o saber depurado) mostra aqui sua raiz porquanto na repetição, e sob a forma do traço unário, para começar, ele vem a ser o meio do gozo – do gozo precisamente na medida em que ultrapassa os limites impostos, sob o termo prazer, às tensões usuais da vida (Lacan, 1969-70/1992, p. 50).

Qual seria então a relação do gozo com o que estamos chamando de determinismo? Esse gozo, por ser o encontro do significativo com o corpo, traz ao sujeito uma impressão de que seu destino, como seu corpo, está traçado pelo Outro, como veremos no capítulo seguinte. De forma que se os pacientes compulsivamente repetem experiências penosas,

a impressão que dão é de serem perseguidos por um destino maligno ou por um poder ‘demoníaco’; a psicanálise porém sempre foi de opinião de que seu destino é, na maior parte, arranjado por ele próprio e determinado por influências infantis primitivas (Freud, 1920/1969, p. 32).

Esse destino arranjado pelo próprio sujeito, faz parte dessa dança de significantes que faz sempre a mesma roda até que o real traumático a desconcerte. Se há um aspecto de destino e outro de ruptura, Lacan (1964/1985) recorre ao livro *Física* de Aristóteles e sua teoria da causalidade para fazer essa distinção entre a vertente real e simbólica da repetição.

De acordo com Ross (1923/1987) a causa aristotélica indica a condição necessária para a existência das coisas. Tudo o que acontece, acontece a partir de algo, isto é, não há movimento ou mudança sem causa. Assim, além das quatro causas que são o princípio das coisas (causa material, formal, eficiente e final), Aristóteles indica ainda uma causa acidental, que se dá como um acontecimento excepcional. A causa acidental se divide em dois tipos, a saber, *tiquê* e *autômaton* (ou a sorte e o acaso), que dizem respeito ao que acontece sem a inteligibilidade humana.

A *tiquê* está associada a uma causa oculta, uma divindade desconhecida responsável pela sorte ou infortúnio do homem e que intervém no seu destino, no seu cotidiano. Trata-se de uma surpresa, um acidente, mas também de um destino que só se constata depois que acontece.

Um exemplo da *tiquê* aristotélica, como nos indica Ross (1923/1987), é o de um homem que vai ao mercado e lá encontra ‘por acaso’ alguém que lhe devia a quantia que lhe faltava. Há aqui duas séries causais, sendo que o acidente está no encontro das duas, estando determinada, mas *a posteriori*. Desse modo, a *tiquê* é tomada como sorte, mas articulada à necessidade. Ainda que o objetivo fosse outro ou houvesse um desconhecimento, ela possui uma certa deliberação.

A noção de *autômaton* se associa ao acaso, ao fortuito, que se move por si mesmo sem intervenção ou deliberação humana ou divina. Por exemplo, um cavalo que foge e se liberta, mas se direciona ao local onde estava o seu dono. Percebemos que a causa acidental de Aristóteles denuncia a surpresa do encontro, mas que comporta um certo determinismo posterior. Lacan propõe então pensar a repetição a partir dessa noção em que a *tiquê* se refere à vertente real e *autômaton* à insistência significante. “O real está para além do *autômaton*, do retorno, da volta, da insistência dos signos aos quais nos vemos comandados pelo princípio do prazer. O real é o que vige sempre por trás do *autômaton*” (Lacan, 1964/1985, p. 56).

Essa articulação de Lacan indica que o lugar do real vai do trauma (esse encontro faltoso e inassimilável) à fantasia como um destino, uma programação vinda do Outro. Isso porque enquanto o *autômaton* se associa ao princípio do prazer freudiano, ou seja, à redução da tensão psíquica ao seu mínimo, a *tique* refere-se ao encontro desconcertante, desestabilizador do sujeito, sendo que um é condição do outro, como a contingência e o determinismo.

O *autômaton*, está do lado da nomeação significante onde o sujeito supõe situar-se em determinado lugar e ligar-se a uma resposta sobre quem é, ao que a cadeia repetitiva e “previsível” aponta. O sujeito crê que, se ele repassar uma e outra vez os significantes, terá pistas sobre o ponto final e o inicial de seu destino. Porém, nessa direção não é possível haver previsão fechada ou destino permanente, assim como não há resposta definitiva sobre o seu ser. O caminho que se faz está de acordo com o recorte que o sujeito fez dos significantes do Outro. Já na trilha da *tiquê*, o destino chega ao sujeito como sendo de fora, êtimo, estranho, a partir do real, sendo sua causa. A *tiquê* é causa e destino na medida em que o encontro com o real acarreta não somente o que as palavras não podem nomear, mas também o que as palavras produzem, pois, o real é um efeito do significante; é só depois do emprego do significante que o real já estava ali. A *tiquê* marca o encontro faltoso com o real, que repete porque não cessa de não se escrever. Ela rompe o encadeamento homeostático dos significantes. Percebemos então que tanto na *tiquê*, quanto no *autômaton*, existe um percurso marcado pelo tropeço.

Tyquê e *autômaton* substituíram em Lacan o binário freudiano de trauma e repetição. Por isso mesmo, introduz uma concepção de trauma numa dialética do sujeito cujo centro é um mal encontro. Lacan situa o mal encontro no nível do sexual, como ausência de significação. O traumático, no encontro com o real, é essa falta de significação (Eleb, 2007, p. 64).

Se podemos correlacionar o trauma freudiano à *tiquê* em Lacan, é por tratar-se de um encontro com o real, com o que não apresenta proporção ou, nas palavras de Freud, com o que a lembrança e o aparelho psíquico não conseguem alcançar. Existe um real que age através da rede significante, e é essa vertente do sintoma que resiste à decifração, só podendo ser repetida.

A repetição se dá como uma clivagem entre o significante e o real, ou seja: o que se repete retorna sempre ao mesmo lugar e traz algo do real que permanece enquanto falta. Ela faz parte da própria definição de inconsciente, uma vez que o inconsciente se caracteriza pela descontinuidade, pela função estruturante de uma falta, da ordem do não-realizado.

Um dos pressupostos do determinismo é a previsibilidade, e se por um lado o sintoma tem a aparência de um destino fatídico, por outro, ele não diz nada em relação ao que vai se passar no futuro. Assim, há algo que se repete, da ordem dos significantes metonímicos, e algo que nunca irá se repetir, como o resgate do traço primeiro. Ou seja, temos a repetição dos efeitos, mas não temos a apreensão da causa. Logo, se trata-se de um hieróglifo, de uma escritura, seria possível decifrá-la? Nessa via, fazemos dos 'por quês' de Lacan os nossos:

Pois, depois de tudo, por que a cena primitiva é tão traumática? Por que ela é sempre muito cedo ou muito tarde? Por que o sujeito encontra nela ou prazer demais – pelo menos foi assim que primeiro concebemos a causalidade traumatizante do obsessivo – ou prazer de menos, como na histérica? Por que ela não desperta logo o sujeito, se é verdade que ele é tão profundamente libidinal? Por que o que acontece aqui é *distiquia*¹¹? Por que a pretendida maturação dos pseudo-instintos é transfilada, transvazada, transfixada de tíquico, eu diria – do termo *tiquê*? (Lacan, 1964/1985, p. 70).

O que parece estar na base desse ciframento é o gozo, isso que faz obstáculo no encontro do sujeito com o Outro e que promove a dissimetria no que tange ao sexual, como veremos a seguir.

3.3 O NÃO PREVISTO É O SEXUAL

Vimos que o traumático está relacionado à carga de intensidade que uma excitação recebe. Por ser muito intensa, não se deixa dissolver pela fala, mantendo-se intacta e preservada. Trata-se da *tiquê*, um encontro que resta como núcleo em torno do qual uma lembrança encobridora orbita repetidamente, o fator que provoca a amnésia do neurótico. Mas, que fator é esse que possui uma carga quantitativa mais alta do que a linguagem pode abarcar? Ou, como questiona Lacan: por que a cena primitiva é tão traumática? O que causa esse trauma?

É diante de tais questões, que Freud faz uma constatação importante, a partir de sua experiência clínica: em qualquer caso e a partir de qualquer sintoma, chega-se ao mesmo núcleo causal: o campo da experiência sexual. “Fui obrigado a reconhecer que, na medida em que se

¹¹ A *tyché* de Aristóteles pode acontecer como *eutiquia* – o bom encontro, ou *distiquia* – o mau encontro.

possa falar em causas determinantes que levam à aquisição de neuroses, sua etiologia deve ser buscada em fatores sexuais” (Freud, 1893/1969, p. 273).

Em “Três Ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905/1969), Freud aponta para um paradoxo: de um lado, indica que o fator que constitui e determina as neuroses é a necessidade da pulsão sexual se satisfazer; de outro, há uma excessiva renúncia a essa exigência sexual. Por que a sexualidade se torna tabu e o sujeito se culpa da própria exigência corporal?

Essa parece ser a questão dos seres habitados pela linguagem, uma vez que o caminho da satisfação e do prazer encontra seus limites. Isso porque a linguagem é esta que parasita e antecede o sujeito caracterizando o encontro com o Outro e com o sexo como sempre muito atrasado ou adiantado. Em outras palavras, o corpo biológico segue uma trajetória cronológica diferente do subjetivo, uma vez que a representação se inscreve sempre após a experiência deixando uma parte dessa experiência sem nenhum contorno, falhada, como vimos na literatura de Georges Perec. Tão logo o significante tenta significar o referente, já deixa uma brecha, uma perda, um atraso.

Essa é a gramática pulsional, ou seja, o encontro do simbólico com o real do corpo. Nesse sentido, e talvez desde os primórdios da constituição do sujeito, a sexualidade já lhe é traumática. Parece existir um déficit temporal entre a experiência de possuir um corpo e a capacidade de representar esse corpo com um nome, vindo do Outro.

O homem não pensa com sua alma, como imagina o Filósofo. Ele pensa porque uma estrutura, a da linguagem – a palavra comporta isso – porque uma estrutura recorta seu corpo, e nada tem a ver com a anatomia. A histérica o atesta. Esse cisalhamento chega à alma com o sintoma obsessivo: pensamento com que a alma se embaraça, não sabe o que fazer (Lacan, 1974/2003, p. 511).

É o que Freud localiza como uma força do irrepresentável da pulsão, ou seja, um inconciliável entre os estímulos endógenos e exógenos, entre a vivência e a fantasia que a encobre. Há um impossível a representar, temporalizar, uma vez que a criança não é amadurecida biologicamente para as exigências pulsionais que a acometem. Ao falar da pulsão sexual, Freud cita o que há de mais pervertido ou desviado do funcionamento biológico. E ainda que não se trate do natural, esses impulsos são expressão do mais íntimo do organismo do sujeito.

O que Freud demonstra, o que ele trouxe de decisivo é que, por intermédio do inconsciente, vislumbramos que tudo o que é da linguagem tem a ver com o sexo, mantém uma certa relação com o sexo, porém precisamente pelo fato de a relação sexual, pelo menos até o presente, não poder de modo algum inscrever-se nela (Lacan, 1971/2009, p. 122).

Assim, há na sexualidade algo que ultrapassa o sexual em seu sentido biológico e que faz um caminho em direção ao seu objeto, porém nunca encontra o que a satisfaça plenamente. O que está em jogo nessa dialética, interno-externo, prazer-desprazer, sim-não, presença-ausência? O que parece estar em jogo é que entre esse par de significantes encontra-se o sujeito como que dividido. É o corte que a pulsão realiza no corpo, fazendo nele os furos necessários para que o Outro possa se enlaçar. Se são as cavidades, os orifícios corporais que fazem a ligação entre o interno e externo, entre o sujeito e o Outro, parece ser aí que a pulsão se apoia para obter prazer ou desprazer.

Com exceção das esponjas marinhas, (que, não por acaso, são assexuadas) é condição de qualquer animal, possuir orifícios corporais que fazem a comunicação entre o externo e interno, onde as necessidades, como por exemplo, a fome e a respiração, acontecem pela apreensão externa: o ar, o alimento que é liberado do interior através do ânus, e também os sons, odores, imagens que servem para caçar, se orientar, etc.

No campo do humano, contudo, essa troca entre o mundo externo e interno não acontece de forma natural. O que se passa com o sujeito é que essas necessidades biológicas se transformam em zonas erógenas, uma vez que são também os meios de relação com o Outro da linguagem. A linguagem é o que torna essa relação erotizada e submetida à cultura. De modo que a pulsão sexual é pulsão de representação, ou seja, o sexual é aquilo que passa pela sedução imaginária do Outro ao sujeito.

É o que Freud (1895/1969) chama no “Projeto para uma psicologia científica” de *ação específica*. Dada sua condição prematura e por isso dependente, o bebê não consegue por si só buscar o alimento de que necessita. As necessidades endógenas de fome, por exemplo, só encontram na descarga motora uma saída possível. Entretanto, o grito e a agitação, não trazem o menor alívio da tensão vinda do interior. O estímulo só pode ser abolido de fato, através de uma intervenção muito específica vinda do outro, do mundo externo.

Nas palavras de Freud, essa “atenção alheia vinda de uma pessoa experiente” adquire uma importante função e torna-se “a fonte primordial de todos os motivos morais” de forma que “a totalidade do evento constitui então a experiência de satisfação que tem as consequências mais radicais no desenvolvimento das funções do indivíduo” (Freud, 1895/1969, p. 370).

Trata-se do ato onde sujeito e Outro ganham existência e ali onde talvez possamos falar de um momento originário. Se num primeiro momento temos uma alienação do sujeito à essa experiência de satisfação, é sua perda, sua separação, que promove o circuito repetitivo em torno do que não foi. Como efeito dessa ação, temos a instalação do desejo, onde as lembranças

são, a partir daí, reativadas num segundo tempo que tenta significar o primeiro tempo. O desejo se relaciona à ação específica a partir de uma busca para reencontrar a suposta experiência de satisfação, encontrar algo do desejo do Outro, busca que se reatualiza e rateia sempre.

Eu quis mostrar-lhes que não existe objeto *a* a não ser metonímico, sendo o objeto do desejo objeto do desejo do Outro, e sendo o desejo sempre um desejo de Outra coisa – muito precisamente, daquilo que falta, *a*, o objeto perdido primordialmente, na medida em que Freud mostra-o sempre por ser reencontrado (Lacan, 1957-58/1999, p. 16).

É como desejo do desejo do Outro que a demanda ultrapassa o campo da necessidade e torna-se pedido de restituição de um objeto que não será experienciado de maneira plena por ser sempre semblante do original.

A satisfação pulsional depende então desse limiar entre o psíquico e o somático, semblante e real, onde a apreensão só pode ser parcial, momentânea e inadequada, caracterizando um circuito fragmentado e evanescente. Vemos que há algo de uma temporalidade que se coloca quando o segundo momento é o que dá ao primeiro seu estatuto de prazer ou dor. É aí que a fantasia fará com que o sujeito fixe uma posição em que, mesmo que a cadeia significante entre em marcha, ele retorna sempre ao mesmo lugar. Esse deslizamento, como diz Lacan, encontra um ponto de basta.

Interessante notar que esses limites aparecem como falta, mas também como o que contorna o corpo. São os traços da fala e do desejo do Outro que produzem ao sujeito um amparo, um pertencimento estruturante à linguagem, mas também o que o divide com um enigma, deixando restos incontornados.

Pois as uvas verdes da fala através da qual o filho recebeu cedo demais de um pai a autenticação do nada da existência, bem como as vinhas da ira que corresponderam às palavras de falsa esperança com que sua mãe o enganou, amamentando-o no leite de seu verdadeiro desespero, embotam-lhe ainda mais os dentes do que o ter sido desmamado de um gozo imaginário, ou mesmo o ter sido privado desses cuidados reais (Lacan, 1955/1998a, p. 435).

Jacques-Alain Miller (2005a) em seu seminário “Silet” dirá que a mola do mal-estar que perturba a satisfação do desejo é essa fala que foi e não devia ter sido seja recebendo do pai uma autenticação ou da mãe uma falsa esperança. Assim, a atribuição que Lacan faz da causa ao nível significante, é esta que produz uma falha. Eis a mola. No intervalo dessa falha é que o sujeito se localiza tentando tamponá-la pela via do imaginário e submetido à figura obscena e feroz do supereu, mas é também aí que está algo de uma mola que o impulsiona.

Isto indica que da fala do Outro, só sabemos que “não devia ter sido”, depois que já foi, ou seja, esse tempo ido e nunca resgatado pela ação do significante também ganha existência através da mesma ação. É então por não possuir decifração (satisfação) garantida que o Outro

permanece erotizado e nesse “encontro desencontrado” resta um elemento que é o que faz limite. Lacan o nomeia objeto *a*, que se apoia nos orifícios corporais a partir desses restos incontornados definidos como o mais-de-gozar.

O que a teoria analítica articula é algo cujo caráter apreensível, como objeto, é o que designo como objeto pequeno *a*, no que, por um certo número de contingências orgânicas favoráveis, ele vem preencher, como seio, excremento, olhar ou voz, o lugar definido como o mais-de-gozar (Lacan, 1971/2009, p. 32).

A partir desse lugar definido como mais-de-gozar, a necessidade corporal será submetida a uma satisfação da pulsão. A boca não servirá apenas para se alimentar. Ela irá trazer a fala, a voz, o comer ou comer nada, em que se pretende engolir o Outro ou recusá-lo. O ouvido trará um prazer em escutar a fala em sua sonoridade, a música, a voz e os intervalos de silêncio que também dizem. A voz é o que enlaça o sujeito ao Outro, que possibilita a demanda e o desejo, sempre endereçados. O olhar, um objeto que ancora o Outro no desejo, traz um prazer *voyeur* e exibicionista. No objeto anal como o que o sujeito produz e pode ou não dar a suposta completude ao desejo do Outro.

Assim, o que se produz a partir dos orifícios corporais, vai além do princípio do prazer pois visa uma satisfação que não há objeto específico para corresponder. Trata-se de um enlace muito específico e também descontínuo que não encontra ponto final, a não ser na morte. Sim, pois, uma vez que o enlaçamento ao Outro depende do furo, uma completude seria exatamente a negação dessa relação, como um tamponamento em si próprio, ou a própria morte.

Entretanto, o sujeito em seu sintoma oscila entre o tamponar e soltar, entre alienar-se e separar-se, na dialética presença-ausência, vida-morte. A tentativa é a de significar e completar imaginariamente esse encontro da linguagem com o corpo. Mas, o sintoma, como essa busca de significação do trauma não o faz sem um movimento de retroação, ou seja, é necessário um segundo tempo para que o primeiro tempo ganhe existência. O sexual tem a ver então com esses dois tempos da ação específica que pretende sair da passividade do encontro com o Outro para a atividade, visando uma apropriação e, talvez, uma releitura dessa marca recebida.

Tomemos como exemplo o caso da paciente de Freud, Emma Eckstein, que parece exemplar para demonstrar que “na esfera sexual existe uma constelação psíquica toda especial” (Freud, 1895/1969, p. 407).

Emma sofre uma espécie de 'crise de pânico', não pode entrar em lojas sozinha. Quando perguntada sobre os motivos, lembrou-se de um episódio de quando tinha 12 anos: entrou numa loja e viu dois vendedores rindo juntos e saiu correndo, tomada por um susto. Recordava-se então que, na ocasião, deduziu que eles estavam rindo de sua roupa.

Ora, até o momento, tem-se elementos ininteligíveis, aponta Freud. Se suas roupas eram alvo de riso aos doze anos, isso já deveria ter passado há muito tempo, agora que já estava crescida. Além do mais, estar sozinha ou não, o que isso tem a ver com as roupas? Não parece ser de proteção que ela precisa, uma vez que até a companhia de uma criança já lhe é suficiente para impedir seu medo. Assim, “as lembranças despertadas não explicam nem a compulsão e nem a determinação do sintoma” (Freud, 1895/1969, p. 407).

Nesse ponto, percebemos que há no psicanalista uma suposição de saber no inconsciente da paciente. Ou seja, ao invés de tentar intervir nessa demanda inicial de um sofrimento, conferindo-lhe sentido, Freud busca a determinação do sintoma, sua causa primeira, e se pergunta em qual experiência esses significantes estariam conectados ou justamente mal conectados, visando construir o caso.

A partir dessa aposta do psicanalista, surge uma segunda lembrança (segunda, mas anterior) que Freud chama de Cena II. Aos oito anos, Emma esteve numa confeitaria duas vezes: na primeira o proprietário tocou sua genitália por cima da roupa. Apesar disso, ela voltou uma segunda vez, provocando o riso do proprietário da confeitaria, como se houvesse uma investida de Emma, que se recrimina pelo retorno.

Ou seja, vários elementos ligam a cena I à cena II: o riso dos homens, o fato de ter entrado na loja sozinha, a roupa e a excitação sexual. Uma estrutura é então montada e vemos que a segunda cena só se tornou traumática e só ganhou existência ao ser ressignificada pela primeira.

A cena primária coloca o sujeito diante do enigma do desejo do Outro. Trata-se de um encontro sem resposta que provoca uma amnésia. A segunda cena, que desencadeou o sintoma, dá sentido à primeira trazendo, ao mesmo tempo, o retorno e a surpresa do desejo. É esta interpretação da cena primeira – cena que era da ordem da contingência – que faz com que Emma a inclua numa necessidade transformando-a em seu determinismo.

Daí o estatuto do trauma, que passa a existir na medida em que é interpretado. Ao mesmo tempo em que há uma determinação inconsciente, há também uma estranheza do sujeito em relação à sua própria repetição, já que para a consciência, estas conexões não se apresentam e o sintoma traz a aparência absurda de uma atuação. Assim, de acordo com o gráfico representado por Freud:

desse lugar de objeto de gozo do Outro, retornando insistentemente a isso a cada vez que tem que entrar em lojas sozinha, sem saber por quê. Como indica Antônio Teixeira (2015),

A necessidade, portanto, dessa significação traumática nasce da contingência do encontro com a cena do riso que, por si só, não estava destinada a produzir esse sentido. Mas é somente por meio do dado material desse elemento contingente que a significação traumática se efetua. A função desse encontro contingente, que engendra retroativamente o efeito de significação, é a de tornar presente o elemento insignificante, referido ao objeto de gozo, donde jorra a riqueza exuberante do sentido (Teixeira, 2015, p. 6).

Assim, a psicanálise traz a verdade do sexual pela via do enigma e não por um discurso hermenêutico que promove sentido. Isto nos indica que, ao mesmo tempo em que encontrou no sexual o fator etiológico das neuroses, Freud também mostra que este fator está relacionado ao *nonsense*.

A psicanálise interpela a verdade do sexual no nível do seu enigma: no lugar de gerar um discurso que determina o seu significado, ela situa o sexual no próprio impasse semântico do qual germinam essas tentativas sempre ficcionais de lhe conferir sentido (Teixeira, 2015, p. 4).

A vivência da sexualidade manifesta então o caráter de despedaçamento em que a satisfação é definida através de uma montagem, um arranjo improvisado e constituído pela fantasia. É enquanto marcado pelo sexual como falha que o neurótico irá descobrir sua manobra de sentido em direção ao mundo externo. Nessa lógica, a fantasia servirá como utensílio para obter satisfação, mesmo que seja sempre uma satisfação parcial.

Ora, se o que determina o sintoma neurótico, como nos indica Freud, é a sexualidade recalçada, e se essa mesma sexualidade se dá enquanto incompleta, podemos entender que o determinismo do sintoma é a sua própria indeterminação.

Essa necessidade, esse traço irreduzível na relação sexual, é claro que podemos admitir que ele sempre existe, e Freud o afirma. Contudo, o certo é que ele não é mensurável – pelo menos, só pode sê-lo no artefato, o artefato da relação com o Outro com A maiúsculo. Ele não é mensurável, e é justamente nesse elemento de indeterminação que se assinala o que há de fundamental, ou seja, muito precisamente, que a relação sexual não é inscritível, fundável como relação (Lacan, 1971/2009, p. 122).

A relação com o Outro não é inscritível e uma vez que essa relação é sempre marcada pelo sexual, o trauma está aí colocado. O traumático está do lado disso que não se pode definir universalmente, mas de forma contingente, apenas pela vivência singular da satisfação da pulsão.

Isso indica que não é possível fazer uma psicologia do trauma, do inconsciente ou dos sonhos sem que seja pelo percurso que o sujeito faz em transferência. É apenas nesse vai-e-vem entre os dois tempos – de experiência e de significação – que algo do sentido pode se manifestar

para escapar novamente. Essa montagem é singular e só pode ser apreendida se admite as deformações do discurso e a evanescência do inconsciente. “O impasse sexual secreta as ficções que racionalizam a impossibilidade da qual provém. Não as digo imaginadas, mas leio aí, como Freud, um convite ao real que responde por isso” (Lacan, 1974/2003, p. 531).

Se a relação com o Outro é da ordem de uma sedução imaginária e constituída sempre de uma dialética interdependente de opostos, lançamos a pergunta: não seria essa própria constituição do sujeito e do Outro um jogo de azar (*hasard*) onde acaso e necessidade estão em sua base? Se o jogo é este em que conhecemos claramente suas regras sem, contudo, conhecermos seu resultado, não teríamos aí uma estrutura próxima à do inconsciente?

3.4 O ACASO EM JOGO

Um jogo é sempre composto por estratégias em que o jogador maneja suas ações de acordo com o seu objetivo. Essas estratégias estão relacionadas ao outro jogador e, mesmo que jogue sozinho, existe um oponente imaginário. Assim, o jogo é esse que enlaça acaso, astúcia, regras simbólicas ao que escapa a elas para trazer a surpresa do resultado final. Se o jogo se aproxima da lógica inconsciente, seria possível estabelecer em ambos uma previsibilidade dos resultados?

Nada, com efeito, pode ser fundado sobre o acaso – cálculo das probabilidades, estratégias – que não implique de saída uma estruturação limitada da situação, e isto em termos de significantes. Quando a teoria moderna dos jogos elabora a estratégia dos dois jogadores, cada um deles se encontrará com as probabilidades máximas de ganhar, com a condição de, cada um, raciocinar com o outro. O que é que dá valor a uma operação dessa espécie? – senão que, o mapa já está feito, os pontos de referência significantes do problema estão inscritos nele, e a solução não irá além deles (Lacan, 1964/1985, p. 42).

Em “Sobre o início do tratamento” (1913/2019), Freud compara a análise ao jogo de xadrez e contrapõe a estabilidade da regra à imprevisibilidade das pulsações inconscientes. Neste jogo, os paradoxos estão colocados e é necessário construir um estilo singular.

Quem quiser aprender o nobre jogo de xadrez a partir dos livros logo irá se dar conta de que apenas as jogadas de abertura e as jogadas finais permitem uma representação exaustiva, enquanto a enorme variedade de jogadas que começam a partir da abertura acaba frustrando tal representação. Apenas um estudo aplicado de partidas em que mestres se enfrentaram pode preencher essa lacuna das instruções. Limitações semelhantes a essas parecem ocorrer com as regras que podemos estabelecer para o exercício do tratamento psicanalítico (Freud, 1913/2019, p. 121).

Freud aponta que não é pela via do sentido ou do pensamento que se pode aprender tanto sobre a técnica da psicanálise quanto sobre a técnica do xadrez. Há um não sabido que deixa uma lacuna. Ainda assim, ambos são determinados pelos momentos inicial e final.

Vimos que o que interessa aos deterministas é exatamente esses dois momentos, como se estivessem implicados *a priori* e independentemente do percurso. No jogo e no inconsciente, entretanto, há uma abertura de possíveis entre o instante de início e o momento de concluir, que impede de estabelecer uma descrição precisa e previsível. De forma que só o percurso dirá sobre o momento inicial e final, numa descrição retroativa. Assim, diz Freud “faço bem em apresentar essas regras e estratégias do jogo como ‘recomendações’” (Freud, 1913/2019, p. 121).

Se os jogos têm alguma semelhança à estrutura inconsciente, observamos que tanto Freud como Lacan fazem a análise de jogos infantis para pensarem a relação do sujeito com o Outro.

No texto “Além do Princípio do Prazer” (1920/1969), Freud traz um jogo vivenciado por seu neto de dezoito meses que lhe chamou atenção. Muito ligado à sua mãe, o menino não dava trabalho, mas tinha o hábito ocasional e perturbador de apanhar objetos que pudesse agarrar e atirá-los para longe, debaixo da cama ou em qualquer lugar que tivesse que procurar depois. Mais tarde, ele observava o menino que brincava com um carretel amarrado a um cordão, lançando e trazendo de volta, fazendo se esconder e aparecer novamente. De maneira que quando o objeto ia, a criança fazia um som (que apenas a mãe compreendia) de “*fooort*” (láaaaa) e quando trazia o objeto de volta, pronunciava o “*daaa*” (aquiiii). “Essa então era a brincadeira completa: desaparecimento e retorno. Via de regra, assistia-se apenas a seu primeiro ato, que era incansavelmente repetido como um jogo em si mesmo, embora não haja dúvidas de que o prazer estava no segundo ato” (Freud, 1920/1969, p. 26).

Freud percebe que este carretel substituía a mãe e suas oscilações de presença e ausência e fazer o objeto aparecer e desaparecer dava à criança uma sensação de dominância e superação das ausências aleatórias da mãe. É esta repetição que fornece ao menino um prazer, um alívio de tensão, já que ele não pode controlar as saídas da mãe, que é um acaso, mas pode, simbolicamente, representar essa perda, esta falta. Um jogo infantil, cuja regra é fazer ir e voltar que se conjuga com a surpresa a cada vez que vai e a cada vez que volta, contornando os efeitos das oscilações do Outro.

A hiância introduzida pela ausência desenhada, e sempre aberta, permanece causa de um traçado centrífugo no qual o que falha não é o outro enquanto figura em que o sujeito se projeta, mas aquele carretel ligado a ele próprio por um fio que ele segura – onde se exprime o que, dele, se destaca nessa prova, a automutilação a partir da qual a ordem da significância vai se pôr em perspectiva. Pois o jogo do carretel é a resposta do sujeito àquilo que a ausência da mãe veio criar na fronteira de seu domínio – a borda de seu berço – insto é, um fosso, em torno do qual ele nada mais tem a fazer senão o jogo do salto (Lacan, 1964/1985, p. 63).

O jogo estaria aí fazendo a borda entre essa criança e o outro materno, nesse carretel que vai e volta.

Lacan também fez alusão a um jogo infantil para pensar a dicotomia entre acaso e lei significante. No “Seminário sobre a ‘Carta roubada’” (1955/1998b) ele faz importantes considerações acerca das relações entre a memória e a lei, a emergência do simbólico e, principalmente, o automatismo da repetição. Sabemos que este é o período em que Lacan prioriza o simbólico, sendo ele o “constituente para o sujeito, a determinação fundamental que ele recebe de um percurso significante” (Lacan, 1955/1998b, p. 14). Mas, ao mesmo tempo, vemos que é o simbólico que denuncia que algo falha, pois “o real está sempre e de qualquer modo em seu lugar, o real o leva colado na sola, sem conhecer nada que possa exilá-lo disso” (Lacan, 1955/1998b, p. 28). Ou seja, é na medida em que o significante instaura algo enquanto simbólico que faz surgir um real que, como indica Lacan, sempre esteve em seu lugar.

Voltemos ao jogo infantil. Trata-se do jogo do par ou ímpar que Edgar Alain Poe ilustra num trecho de seu conto. Para explicar como conseguira recuperar a carta depois da incansável investigação policial, Dupin dá o exemplo de um garoto muito astuto que conseguia 'adivinhar' o que seu oponente iria escolher: par ou ímpar; ficando conhecido como excelente jogador.

Mas como seria possível? Sabemos que o jogo de par ou ímpar é imprevisível uma vez que qualquer jogador tem metade de chance de ganhar ou perder. Como então o garoto conseguiu lograr fama de bom jogador? Ou, se pudermos traduzir esta pergunta em termos lacanianos: O que do real, o simbólico pode apreender ou prever?

É partindo desta perspectiva que Lacan demonstra como essa determinação simbólica do Outro emerge da alternância entre presença e ausência e podem ser comparadas, por exemplo, ao jogo de par ou ímpar. Tal jogo se adapta a uma sequência de lances cuja realidade se distribui “ao acaso”. Para isso, Lacan utiliza os símbolos (+) e (-), caracterizando a presença e a ausência, para designar este jogo simples, mas imprevisível, já que não se pode saber qual será a escolha feita pelo adversário, sendo o resultado uma contingência. De forma que + seria o resultado par e – o resultado ímpar. Ao acaso, podemos representar da seguinte forma:

Primeira partida ← + + + - + + - - + - → Última partida

Se as jogadas se tornam repetitivas, podemos então agrupar os resultados, que a princípio eram aleatórios, numa sequência que possui determinada lógica. Lacan então distribui e nomeia as sequências da seguinte forma:

- 1 representa a simetria da constância = (+ + +) ou (- - -);
- 2 representa a dissimetria revelada pelo ímpar¹² = (+ - -) ou (- + +) ou (+ + -) ou (- - +);
- 3 representando a alternância = (+ - +) ou (- + -).

Desse modo tornam-se nomeadas as partidas que a princípio eram aleatórias:

+ + + - + + - - + - -
1 3 2 2 2

Temos então que a série de dez partidas passa a ser representada por uma série de cinco símbolos – 1 3 2 2 2. A partir dessa nomeação das séries, Lacan propõe a seguinte configuração:

Partindo da série do tipo 1, caracterizado pela constância de + ou de -, é possível permanecer infinitamente na repetição desta série de 1, enquanto sair o mesmo resultado. Desse modo, sendo a estrutura do tipo 1 inicial dada por + + +, basta que o jogo do par ou ímpar apresente da quarta partida em diante apenas resultados pares para que se gere uma série de (1)s tão grande quanto se deseje. Se o acaso permitir a sequência de partidas com os resultados + + + + + +, teremos a série 11111 ao infinito. Assim, o vetor que circunda o próprio 1, indica um retorno ao mesmo resultado.

Esta série de (+) ou de (1)s, porém, pode ser rompida se *de repente* aparecer um (-). O vetor no gráfico aponta então para o tipo 2, que representa essa dissimetria que surge na série. Para obter as estruturas tipo 2 é necessário que resultados singulares de alternância apareçam a cada duas partidas. Desse modo, se tivermos uma série - - + + - - + + - - + +, teremos o retorno de 2 a ele mesmo.

Se nesta sequência aparecer então uma alternância, o gráfico segue para a estrutura 3 em que o resultado aparece como ora par, ora ímpar ou na série + - + - + - + - + -. O tipo 3 pode retornar infinitamente a ele mesmo ou voltar para a estrutura 2, caso apareça o mesmo sinal + ou - e quebre a alternância.

¹² Aqui Lacan faz referência a palavra inglesa *odd* que indica o que é díspar, estranho.

Logo, as séries do tipo 1 e 3 podem se repetir indefinidamente ou partir para a série 2. A estrutura 2 por sua vez, traz uma ambivalência já que é possível voltar para o 1, ir para o 3 ou retornar a ela mesma.

Assim, se antes tínhamos uma série de partidas completamente contingentes, a partir desta classificação temos uma lei representada pelo gráfico na qual os resultados devem obedecer. Este gráfico determina todas as sequências possíveis e também as impossíveis, uma vez que não se pode partir da série 1 e ir diretamente para a série 3 sem passar pelo intermédio da série 2.

Criou-se então uma lógica em que o caminho necessário entre o 1 e o 3 é o 2. Mesmo não podendo prever o resultado da próxima partida, há uma necessidade determinada pela lei simbólica¹³.

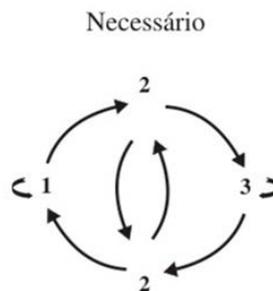


Figura 2 - Cadeia de necessidade

Vemos no gráfico que o 2 está como mediador, como o caminho necessário na relação entre o 1 e o 3.

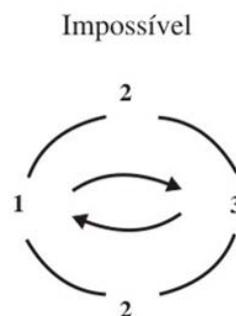


Figura 3 - Cadeia impossível

É impossível partir do 1 e ir diretamente ao 3 e vice-versa.

¹³ Esse seria o determinismo criado a partir da noção estatística segundo Kojève. Não conhecemos necessariamente a causa, mas a série repetitiva que se desenha numa configuração lógica.

Como no xadrez, as peças seguem uma lógica ao serem nomeadas em que se trocam as posições, mas não se perde a estrutura. O jogo do par ou ímpar nessa estrutura colocada de possível, impossível, contingente e necessário, demonstra de que forma o acaso ou a *tyché*, podem ser inseridos novamente no circuito do *autômaton*. Ou como uma cena II, pode colar-se à Cena I mesmo dela estando desconectada pela via do sentido.

Assim, quando Lacan afirma que a memória significante se articula à lei é na medida em que lança para o futuro as experiências anteriores. Como vimos no gráfico acima, o histórico das partidas é o que permite enquadrar o real imprevisível da próxima jogada numa cadeia de necessidade já estipulada. Instaura-se, então, uma relação do que a princípio não tem nenhuma conexão prévia.

Logo, a previsibilidade que verificamos, por exemplo, no automatismo dos animais e nas ciências naturais só se constitui sob o fundo do possível e do necessário. Quando nos referimos ao sujeito, contudo, há a dimensão do impossível colocada. Ou seja, o sujeito visa encontrar o gozo pleno, mas o gozo fálico é o que se produz na repetição significante necessária.

O necessário – o que lhes proponho acentuar deste modo – é aquilo que não para, de quê? – de se escrever... O que não para de não se escrever é uma categoria modal que não é a que vocês terão esperado para opor ao necessário, o que mais teria sido o contingente. Figurem que o necessário é conjugado ao impossível e que esse não para de não se escrever é a sua articulação. O que se produz é o gozo que não se deveria. Aí está o correlato de não haver relação sexual, e o que é o substancial da função fálica (Lacan, 1972-73/1985, p. 81).

Tudo seria bem mais harmonioso se pudéssemos nos satisfazer como na situação mítica do primeiro encontro com o objeto. Se o encontro sexual fosse possível, não seria necessário o gozo fálico, tampouco os jogos. O gozo fálico torna-se necessário e este é o correlato da afirmação de que não existe relação sexual. O “Outro gozo” permanece subtraído da inscrição significante, preservando sua face de impossível, uma vez que, na tentativa de recobrir com significação sexual todo o campo da pulsão, há um fracasso do corte operado pelo falo. Lacan destaca que, nesta operação, existem fissuras que se apresentam na tentativa de uma totalização operada pela função fálica. Ou seja, essa função é sempre ultrapassada, deslocada. Contudo, é a presença do falo que permite identificar a ausência da relação sexual.

O falo é assim o nome dado por Lacan do sentido do desejo, para além da demanda. Do lugar da fêmea, quero o louva-a-deus, mas desejo o que está sob esta máscara, esta fantasia do louva-a-deus. É justamente o desejo do Outro, direcionado para alguma coisa além da imagem do meu eu, coisa que nem eu mesmo consigo situar, o que causa a angústia. O desejo aparece, assim, na angústia, ligado ao real, limite da significação, ou seja, do campo (fálico), que é fundado na crença de que, sob as máscaras, há um sentido primeiro (Vieira, 2001, p. 168).

É a partir de uma falta no que diz respeito ao sexual que o sentido se engendra. Assim, poderíamos tomar essa falta como a condição do estabelecimento da série, ou seja, a partir da inexistência de um saber totalizado que contorne o enigma do Outro, é que o sujeito constrói um saber e uma cadeia de necessidade. É deste modo que o desejo encontra, no deslocamento, seu mecanismo de ação, em que a repetição oscila nestas duas vertentes: como uma produção do novo e como uma reprodução significante. O que se repete, de fato, é a não inscrição do real, pois trata-se de algo que não se alcança, uma vez que essa lei simbólica tenta determinar o real e tornar o acaso previsível, mas sempre produz, a partir daí, uma exceção, uma impossibilidade ou um resto que não se articula.

O autômato de repetição do qual fala Lacan é consequência direta dessa memória absorvida dentro das leis do simbólico e que passam a reger a formação das cadeias significantes com autonomia. É a fantasia que está embutida nesta insistência repetitiva e o que marca os tempos do sujeito como efeito do simbólico. Lacan nos diz que no automatismo de repetição “não há outra ligação, a não ser a dessa determinação simbólica, em que possa situar-se a sobredeterminação significante cuja noção Freud nos traz” (Lacan, 1955/1998b, p. 56).

Nesse sentido, se o garoto possuía fama de bom jogador de par ou ímpar, é por planejar e por saber que o adversário também planeja, como se o acaso passasse a se tornar “previsível”, como o sonho de Laplace. É o que Lacan chamou de intersubjetividade na medida em que os jogadores compartilham da função do simbólico. Esse “compartilhamento de subjetividades”, contudo, não acontece no caminho do sujeito ao Outro.

No que, pela primeira vez, apoiamos o fato de que esse lugar do Outro não deve ser buscado em parte alguma senão no corpo, que ele não é intersubjetividade, mas cicatrizes tegumentares no corpo, pedúnculos a se enganchar (*brancher*) em seus orifícios, para neles exercer o ofício dos ganchos (*prises*), artifícios ancestrais e técnicos que o corroem (Lacan, 1966-67/2003).

O que Lacan indica é que essa relação com o Outro jamais se realiza sem a dimensão do impossível. O neurótico é esse que tenta significar o impossível pela via do simbólico e apreender todo o acaso do real, transformando presença e ausência ou atividade e passividade em um jogo. Com isso, pretende inserir o enigma do desejo do Outro em uma lei de probabilidades, visando remeter os eventos passados para alcançar o resultado futuro. Entretanto, entre esses dois tempos, há um não sabido, um impossível, de modo que “vemos, pois destacar-se do real uma determinação simbólica que, por mais rigorosa que seja ao registrar qualquer parcialidade do real, só faz exhibir melhor as disparidades que traz consigo” (Lacan, 1955/1998b, p. 56). A repetição então é o que vem denunciar essa disparidade, de modo que o que o sujeito visa resgatar deste encontro com o Outro perpassa tanto o passado quanto o futuro.

Isso poderia representar um rudimento do percurso subjetivo mostrando que ele se funda na atualidade que tem, em seu presente, o futuro anterior. Que, no intervalo deste passado que ele já é naquilo que projeta, abre-se um furo naquilo que constitui um *caput mortuum* do significante. Eis o que basta para deixá-lo suspenso na ausência, para obrigá-lo a repetir seu contorno (Lacan, 1955/1998b, p. 55).

Sobre essa questão, Gilles Deleuze (1968/2006) em seu livro *Diferença e Repetição* indica que o passado é a síntese do tempo inteiro, de que o futuro e o presente são apenas dimensões. O passado na repetição insiste como o antigo presente. O Eu ficaria aí, rachado, como uma instância a ser encontrada na repetição.

Há, portanto, um elemento substancial do tempo (passado que jamais foi presente) desempenhando o papel de fundamento. Ele próprio não é representado. O que é representado é sempre o presente, como antigo ou atual. Mas é pelo passado puro que o tempo se desdobra assim na representação (Deleuze, 1968/2006, p. 127).

Se nos jogos são as regras estipuladas que delimitam as ações, elas se constituem como invariáveis, devendo ser repetidas no passado e no futuro. Ainda assim, é interessante notar que somente no desenrolar da jogada essa estrutura pode ser colocada em movimento e que, embora a repetição se constitua, é a dimensão da surpresa que os jogadores visam.

Assim, indica Deleuze, se o sino toca quatro badaladas, mesmo que cada uma seja logicamente independente da outra, o sujeito conta, reproduz, reflete e supõe como um tempo exterior. De modo que temos a repetição do tipo A, A, A (*tic, tic, tic*) e a repetição do tipo AB, AB, AB (*tic-tac, tic-tac, tic-tac*). Nesta última, os dois elementos são um reflexo do outro, numa relação de oposição onde “o tac é um tic invertido” (Deleuze, 1968/2006, p. 114). Como poderíamos pensar então essa temporalidade no que diz respeito ao sujeito?

Ora, o sujeito nada mais é do que esse intervalo entre os dois tempos, o par de significantes. O fragmento entre o o *tic* e *tac*, entre *Fort* e *Da*, entre par ou ímpar, entre o corpo e o falo. O inconsciente aqui, faz, topologicamente, o jogo temporal de abertura e fechamento nessas instâncias.

Miller (2015) no seminário “Ler um sintoma” chama a atenção sobre esse estatuto fugidivo e fragmentado do ser em que não se pode articular o inconsciente a uma ontologia, uma vez que um sentido de verdade é sempre eclipsado e volátil.

Em que momento na prática da psicanálise precisamos fazer uma dedução do inconsciente? Simplesmente, por exemplo, quando se vê retornar na fala do analisante lembranças antigas que até então estavam esquecidas. Somos forçados a supor que essas lembranças, no intervalo, residiam em algum lugar, em certo lugar de ser, um lugar que permanece desconhecido, inacessível ao conhecimento, sobre o qual se diz precisamente que não conhece o tempo. E para mimetizar ainda mais o estatuto ontológico do inconsciente, tomemos o que Lacan denomina suas formações, que valorizam precisamente o estatuto fugitivo do ser. Os sonhos se apagam. O lapso, o ato falho, o chiste, são seres instantâneos que fulguram um sentido de verdade, mas logo se eclipsam (Miller, 2015, p. 17).

Logo, a ideia de uma lembrança que já estava lá, como um “tic” correspondente ao “tac”, é sempre uma suposição. O inconsciente se constitui de uma suposição de saber e também de uma suposição temporal. Em *O Seminário, livro 6: o desejo e sua interpretação*, Lacan afirma:

A relação do sujeito com o tempo, na neurose, é justamente esse algo do qual se fala muito pouco e que é, entretanto, a própria base das relações do sujeito com seu objeto ao nível do fantasma. Na neurose, o objeto se carrega desta significação, que está para ser buscada no que chamo a hora da verdade. O objeto aí está sempre na hora do antes, ou na hora do após (Lacan, 1959/2016, p. 332).

Nessa dissimetria temporal que traz sempre uma repetição, o que aparece como ruptura é o ato como acontecimento, que permite que um novo elemento entre na série repetitiva, promovendo um antes e depois, trazendo a dimensão da contingência, do que, de repente, cessa de não se escrever.

Se numa análise, num jogo e no que diz respeito ao inconsciente, não podemos prever o próximo resultado, é porque a repetição não é da ordem da reprodução, mas sempre denuncia um resto que às vezes escapa, às vezes se mostra.

Entretanto, o sujeito do inconsciente fará com que as “jogadas sucessivas” em torno desse ponto que não se inclui, lhe apareçam como um destino fatídico, como se a sorte já estivesse sido lançada pelo Outro desde sempre.

Qual o destino possível ao sintoma quando as regras do jogo já foram determinadas *a priori*? É o que veremos no capítulo a seguir, pensando o inconsciente antes como um néon de possíveis que como um circuito indiferente ao passar do tempo.

4 O INCONSCIENTE: DO DESTINO AO NACHTRÄGLICH

4.1 O INCONSCIENTE (A)TEMPORAL E NÉON DE POSSÍVEIS

Vimos que o inconsciente está submetido a uma estrutura, a estrutura da linguagem, mas que essas coordenadas, não estabelecem um circuito fechado, não permitem uma previsibilidade. Isso porque no próprio conceito de significante, temos um movimento, uma série que é preciso entrar em marcha para que possamos falar de uma sobredeterminação. Desse modo, de que maneira podemos caracterizar o inconsciente?

Em seu célebre texto “Mal-estar na civilização” (1930/1969), Freud retoma o conceito de ação específica para investigar a constituição do sujeito e como acontece a apreensão do mundo externo e interno, que não é dada a princípio, mas é algo construído a partir da relação com o outro. O eu resta como um mirrado resíduo desse vínculo entre o corpo e o mundo, portando os efeitos dessa relação. A partir daí, Freud se pergunta: “terei eu o direito de presumir a sobrevivência de algo que já se encontrava originalmente lá, lado a lado com o que posteriormente dele se derivou?” (Freud, 1930/1969, p. 77).

O que é que poderia “já estar lá” desde sempre no psíquico, junto com o que posteriormente se derivou? Freud dirá que assim como na evolução das espécies em que temos animais evoluídos ao lado de outros que preservam as características de seus ancestrais sem se desenvolverem com o tempo, na vida mental também há algo primitivo que se mostra preservado, conjugando-se com as transformações posteriores. Algo então do afeto permanece inalterado enquanto outra parte se desenvolve no aparelho psíquico. Ora, vemos aqui que não somente a questão espacial está em jogo – dentro-fora; mas também a questão temporal – o que se desenvolve e o que se preserva intacto no decorrer do tempo. Não seria essa mesma discussão sobre o que estrutura o inconsciente? Se algo permanece inalterado, então as possíveis transformações ocorrerão sempre ao lado do invariável. É tal constatação que leva Freud a comparar o inconsciente à cidade de Roma, a “Cidade Eterna”.

Mas, o que haveria de eterno no inconsciente? Trazer a dimensão do eterno e imutável não seria postular um determinismo absoluto ao inconsciente? Como isso seria possível, se Freud justamente propõe como método de análise a associação livre em que falar abre a possibilidade de dar outro destino à pulsão?

É importante salientar que, ao comparar o inconsciente à Roma, Freud faz uma conjectura em que imagina uma cidade que pudesse preservar absolutamente tudo o que foi perdido com o tempo.

Permitam-nos agora, num voo da imaginação, supor que Roma não é uma habitação humana, mas uma entidade psíquica, com um passado semelhante longo e abundante – isto é, uma entidade onde nada do que outrora surgiu desapareceu e onde todas as fases anteriores de desenvolvimento continuam a existir, paralelamente à última (Freud, 1930/1969, p. 79).

Nesse voo da imaginação de Freud, percebemos que há um esforço em conjugar todos os tempos: as construções de um passado remoto ao lado do desenvolvimento da grande metrópole. Como uma figura do inconsciente, todos os vestígios de diferentes fases continuam preservados e intactos. Nada é destruído com o tempo e “o elemento primitivo se mostra preservado ao lado da versão transformada que dele surgiu” (Freud, 1930/1969, p. 77).

Temos então um inconsciente que é capaz de conjugar passado, presente e futuro sem desses tempos fazer distinção ou hierarquia. Se Freud aqui diz que o inconsciente é atemporal, não se trata de uma memória intacta prestes a ser descoberta por um “arqueólogo da mente”, mas entende que desse “elemento primitivo” tão almejado, não se tem acesso senão pela “versão transformada que dele surgiu”.

O embrião não pode ser descoberto no adulto. A glândula do timo da infância, sendo substituída após a puberdade por tecidos de ligação, não mais se apresenta como tal; nas medulas ósseas do homem adulto posso, sem dúvida, traçar o contorno do osso infantil, embora esse tenha desaparecido, alongando-se e espessando-se até atingir sua forma definitiva... É sempre possível que, mesmo na mente, algo do que é antigo é apagado ou absorvido a tal ponto que não possa ser restaurado nem revivescido por meio algum, ou que a preservação em geral dependa de certas condições favoráveis (Freud, 1930/1969, p. 80).

Assim, ao tratar do inconsciente, temos, de um lado, a perspectiva desenvolvimentista que sugere a ideia de um progresso, em um tempo que passa com um fim evolutivo. De outro, a perspectiva de um determinismo totalitário em que nada na vida mental se perde e para descobrir os elementos primitivos, é preciso trazê-los à luz.

Freud, embora seduzido por este último, percebe que há no inconsciente uma resistência que não permite resgatar os elementos de forma tão “intacta”. De modo que, mesmo que seja atemporal, não se trata de um tempo aprisionado, em que conseguimos visualizar todas as construções ao mesmo tempo. Trata-se de um certo movimento no tempo, em que, dessa construção, não se pode mais discernir o que é passado ou futuro, temos apenas o que surge no momento presente. Como nos indica Marcus André Vieira:

As profundezas a partir das quais Freud qualifica sua psicologia devem ser tomadas apenas de maneira metafórica, para designar uma teoria de alcance radicalmente novo. Descrever, pois, a metapsicologia como uma “psicologia das profundezas” não equivale a defini-la em relação a um objeto de três dimensões. Ela não designa o estudo de uma coisa, psique dotada de profundidade (Vieira, 2001, p. 69).

Seguindo tal direção, percebemos que é essa ilusão de um inconsciente guardado nas profundezas que gera uma explicação de um axioma causal, como se o psicanalista devesse acessar o conteúdo encoberto, como um resgate do inconsciente, como se houvesse um tesouro de sentido prestes a ser recuperado. Embora neuropsicólogos continuem tentando encontrar o inconsciente no cérebro, o único meio que temos de acessá-lo é pela fala e seus lapsos, pela deformação de linguagem. É no discurso e no ato que falha, que alguma coisa do inconsciente pode ser circunscrita. Isso indica não somente que não há um método *a priorístico* para acessar o inconsciente, mas também que não há como defini-lo nem temporal nem espacialmente, enquanto ele não “entra na roda”, isto é, na cadeia associativa.

É aí que está o paradoxo, pois, apenas com o que aparece no presente, como um ato, é que podemos identificar uma estrutura de repetição, o elemento invariável. É justamente o que caracteriza o percurso topológico inconsciente de modo que o passado só se realiza através de um movimento presente, uma representação só pode ser tomada como algo do passado, quando colocada em movimento no presente, como vimos, por exemplo, no caso Emma.

Neste sentido, se nos permitirmos um voo na imaginação como fez Freud, proporíamos uma Roma não em superfície plana, com uma visão panorâmica, mas uma estrutura onde seria possível fazer um giro topológico em que não se sabe com certeza o que faz parte das ruínas do passado e o que é fruto do desenvolvimento da metrópole. De forma que o falso e o verdadeiro, antigo e novo, dentro e fora se confundem, mas que contornam uma mesma estrutura causal.

Foi num voo aos Estados Unidos em 1966¹⁴, que Lacan, também trouxe a imagem de uma cidade para ilustrar o inconsciente. O psicanalista se levanta muito cedo para sua conferência, mais cedo que o previsto. Olha pela janela e vê apenas um néon onde não é mais noite, e também ainda não é dia. Em alguns minutos o sol iria nascer. A circulação de automóveis começa a se intensificar e tudo o que fazia parte de seu campo de visão, com exceção das árvores ao longe, tudo fazia parte de uma construção, do resultado de pensamentos ativos: prédios altos, avenidas modernas. Num estado de espera e como um espectador evanescente e intermitente diante da janela, ele chega à conclusão: “A melhor imagem que eu

¹⁴ Em 21/10/1966, quando viajou para o Simpósio Internacional sobre o estruturalismo na Johns Hopkins University em Baltimore, no estado de Maryland.

posso dar do que é o inconsciente é Baltimore ao amanhecer”¹⁵ (Lacan, 1966, p. 3, tradução nossa).

Ali, quase como uma figura topológica, Lacan percebe-se no limiar entre opostos. Pela janela, vê o que se passa fora, mesmo estando dentro. Não se pode dizer que é dia e tampouco que é noite. Vê uma cidade que estampa ali os efeitos de uma construção e que aponta para um movimento, um futuro promissor, um néon de possibilidades.

Sabemos que os americanos estavam ansiosos por essa conferência tentando compreender de que ordem seria o inconsciente lacaniano. Possivelmente esperavam desse conceito algo de uma unidade, uma *gestalt*. Entretanto, o inconsciente que Lacan traz, é anticonceitual, algo fugidio e inapreensível. Como lembrou Márcia Rosa (2005),

Aberto o debate, não faltou quem lhe interrogasse se a perda de objeto, que introduz o sujeito, não teria relação com o vazio (*le néant*) no pensamento de Sartre, ou mesmo com a situação do dormiente despertado que encontramos no começo da obra de Proust: o sonhador desperta e descobre um sentimento de perda, de ausência, que é ademais, uma ausência de si mesmo. Lacan assente (Rosa, 2005, p. 100).

Ao introduzir a dimensão temporal do inconsciente, como esse lugar que traz o que foi, mas também o que pode ser, Lacan aponta para um estado evanescente.

Percebemos que não se trata apenas de dizer que o inconsciente é um lugar – Baltimore, mas um tempo – ao amanhecer, o que inclui a dimensão da temporalidade colocada em movimento. Em outras palavras, a cidade é o que materializa todos os tempos juntos, as ruínas do passado, mas também o amanhecer que aponta para o futuro. Lacan nos indica que o tempo não são camadas acumuladas, mas uma estrutura na qual o próprio observador está imerso. A cidade seria o espaço com o tempo concentrado nessa indefinição entre dia e noite, passado e futuro, que se insinua ao sujeito que se apresenta dividido.

Eric Laurent em seu texto “Cidades analíticas” (2007) comenta essa conferência de Lacan em Baltimore. Ele afirma que enquanto o inconsciente freudiano traz a versão de ruínas arqueológicas, com impressões de uma civilização enterrada, Lacan afirma que a cidade está ali para recompor espaço e tempo. Assim, “se o inconsciente é Baltimore, sua relação com o tempo não é com o tempo arqueológico. É um tempo de profundidade menor, um tempo em

¹⁵ Nas palavras de Lacan: “*When I prepared this little talk for you, it was early in the morning. I could see Baltimore through the window and it was a very interesting moment because it was not quite daylight and a neon sign indicated to me every minute the change of time, and naturally there was heavy traffic, and I remarked to myself that exactly all that I could see, except for some trees in the distance, was the result of thought, actively thinking thoughts, where the function played by the subjects was not completely obvious. In any case the so-called Dasein, as a definition of the subject, was there in this rather intermittent or fading spectator. The best image to sum up the unconscious is Baltimore in the early morning*” (Lacan, 1966, p. 3).

superfície” (Laurent, 2007, p. 97). Percebemos em Laurent uma divisão clara não apenas entre as figuras inconscientes de Freud e Lacan, mas também entre o que é moderno, fugidio e o que é imutável.

De nossa parte, contudo, defendemos que talvez não seja o caso de fazer uma contraposição de versões. A estrutura que Lacan propõe é justamente essa em que não se sabe definir o que é passado e o que está por vir, uma vez que estão conjugados. No fim das contas, não é essa a atemporalidade que propõe Freud?

Percebemos que há um paradoxo inconsciente entre o que permanece e o que se transforma. Uma das maneiras de escrever esse paradoxo do inconsciente é o que Lacan denominou de $S(A)$ isto é, o significante da falta no Outro. Se o sujeito é esse que traz algo do determinismo vindo do Outro, isso não acontece sem uma contingência marcada pela falha. Esse Outro está barrado e isso exige uma reelaboração da hipótese estruturalista, uma vez que pra além da estrutura da linguagem há a fala que elege de maneira única como o sujeito irá articular os significantes entre si com suas leis de metáfora e metonímia. Essa diferença é importante para manter a distinção entre as leis que regem a fala e as que regem a linguagem. As leis da fala implicam a mensagem do sujeito e seu reconhecimento pelo Outro. Logo, temos, não somente a organização sincrônica dos significantes, mas também sua sucessão diacrônica em uma estrutura de *a posteriori*.

É desse modo que não estamos nem na perspectiva determinista de um inconsciente que permanece eternizado como conteúdo, nem na perspectiva do *Dasein*, de um vir-a-ser, pois o sujeito é dividido, não é ser consistente e consciente no mundo, não se trata de uma unidade, mesmo que esteja submetido a uma determinação que o precede. Ou seja, embora seja algo aberto aos possíveis, há no inconsciente uma estrutura, uma lógica própria.

O sujeito é sobredeterminado pelo traço primeiro, mas esse traço só pode ser significado a partir de uma segunda ressignificação. Logo, não se trata de “qualquer coisa é possível”, mas essa coisa qualquer entra na série estrutural de uma lógica pré-existente. A lógica do significante, que vem do Outro.

O que essa estrutura da cadeia significante revela é a possibilidade que eu tenho, justamente na medida em que sua língua me é comum com outros sujeitos, isto é, em que essa língua existe, de me servir dela para expressar algo completamente diferente do que ela diz. Função mais digna de ser enfatizada na fala que a de disfarçar o pensamento (quase sempre indefinível) do sujeito: a saber, a de indicar o lugar desse sujeito na busca da verdade (Lacan, 1957/1998, p. 508).

Em Baltimore, Lacan reafirma que não se trata do sentido das palavras, mas da sua substância mesma, do seu aspecto material. O inconsciente não tem outro material senão as

palavras. Mas não é um amontoado, ao contrário, o inconsciente é estruturado de maneira muito precisa. O inconsciente é estruturado como linguagem, onde 'estruturado' e 'como uma linguagem' significam a mesma coisa.

Se a “coisa” existe nesta estrutura simbólica, se esse traço unário é decisivo, o traço de mesmice está aí. Para que a “coisa” procurada esteja aí em vocês, é necessário que o primeiro traço seja apagado porque o traço ele mesmo é uma modificação. É a supressão de qualquer diferença e, neste caso, sem o traço, a primeira “coisa” é simplesmente perdida. A chave para essa insistência repetitiva é que, em sua essência a repetição como repetição da mesmice simbólica é impossível. Em todo caso, o sujeito é o efeito desta repetição na medida em que necessita do “desvanecimento”, a obliteração, da primeira fundação do sujeito, razão pela qual o sujeito, constitutivamente, é sempre apresentado como essência dividida. O traço, insisto, é idêntico, mas garante a única diferença de identidade – não por efeito da mesmice ou diferença, mas pela diferença de identidade. É fácil de entender: como dizemos em francês, je vous numérote, eu os enumero, dou-lhe cada um, um número; E isso garante o fato de que você é numericamente diferente, mas nada mais do que isso¹⁶ (Lacan, 1966, p. 12, tradução nossa).

Não é o que indica Freud quando nos diz que, embora tenha desaparecido, ainda conseguimos traçar no adulto o contorno do osso infantil? Então o que é que permanece traçado, qual é esse traço decisivo, que não se deixa modificar pelo desenvolvimento posterior? O que nos permite identificar esse “número” do sujeito, qual seja, sua identificação? E ainda, esse traçado, traça também o destino do sujeito?

Para responder a essas perguntas, tomemos o conceito de traço que, embora traduzido muitas vezes da mesma maneira, apresenta diferentes termos no original alemão e marca momentos distintos no ensino de Freud.

Num primeiro contexto, temos o *Spur* isolado por Freud em sua correspondência a Fliess datada de 6 de dezembro de 1896, a sua “Carta 52” (Freud, 1896/2016). Freud aqui aborda a memória sob forma de traços que não se constituem de uma só vez, mas se desdobram em vários tempos e se compõe de vários registros ou camadas. De modo que o material presente na memória sofre uma reorganização, ele é reescrito e o caminho entre a percepção e a consciência deve passar por uma tradução, submetida a uma certa torção temporal:

¹⁶ No original: “If the “thing” exists in this symbolic structure, if this unitary trait is decisive, the trait of the sameness is here. In order that the “thing” which is sought be here in you, it is necessary that the first trait be rubbed out because the trait itself is a modification. It is the taking away of all difference, and in this case, without the trait, the first « thing » is simply lost. The key to this insistence in repetition is that in its essence repetition as repetition of the symbolical sameness is impossible. In any case, the subject is the effect of this repetition in as much as it necessitates the “fading”, the obliteration, of the first foundation on the subject, which is why the subject, by status, is always presented as a divided essence. The trait, I insist, is identical, but it assures the difference only of identity – not by effect of sameness or difference but by the difference of identity. This is easy to understand: as, we say in French, je vous numérote, I give you each a number; and this assures the fact that you are numerically different but nothing more than that”.

O pré-consciente torna-se consciência de acordo com determinadas regras, e na verdade essa consciência secundária do pensamento é algo da ordem da posteridade (*Nachträgliches*), no que diz respeito ao tempo, provavelmente ligado à reanimação alucinatória de representações de palavra, de modo que os neurônios da consciência seriam novamente neurônios de percepção e, em si, sem memória (Freud, 1896/2016, p. 36).

Percebemos então que a memória não é uma inscrição sucessiva no tempo, mas uma tradução (mal) feita no momento da fala. O recalamento é o que nos mostra a falha nessa tradução, ou seja, ela não se dá de maneira completa, uma vez que o motivo do recalque “é sempre a liberação de desprazer que seria gerado pela tradução, como se esse desprazer provocasse uma perturbação no pensamento, que não permitisse o trabalho de tradução” (Freud, 1896/2016, p. 37).

Assim, Freud faz a seguinte formulação: numa defesa normal, um evento quando atual desperta uma quantidade de desprazer, que o seu registro mnêmico consegue efetuar a liberação. Ou seja, se o evento entra no circuito de memória, não há porque ficar fixado, de modo que quanto mais é lembrado, menos libera desprazer. Porém, quando a inibição é insuficiente, quando o vestígio de lembrança anterior não consegue ser inteiramente traduzido, a cena atual não deixa nenhum traço, provocando novo desprazer a cada vez que é redespertada, como se fosse um passado que não se realizou. De modo que, na defesa patológica temos a seguinte configuração:

Se um evento A, enquanto atual, promove desprazer e não consegue uma tradução, então sua escrita mnêmica faz com que tanto A1, como A2, promovam o desprazer. O interessante é que a série A1, A2, An..., embora não sejam mais o evento “original e verdadeiro”, promovem exatamente o mesmo efeito da cena original não elaborada. Isso nos mostra que a reedição, mesmo que “falsificada” toca algo do real.

É desse modo que “a lembrança comporta-se então, como se fosse algo atual” (Freud, 1896/2016, p. 38). A lembrança se comporta como atual justamente porque não se atualizou. Será apenas com o A2 que A1 poderá ser escrito como traço, uma vez que ganhou uma nova leitura. De forma que Freud monta o seguinte esquema:

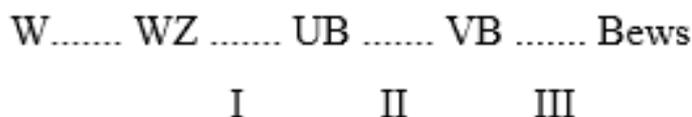


Figura 4 - Traços de memória

Onde W (*Wahrnehmung* – percepção) seriam os neurônios em que se originam as percepções aos quais a consciência se liga. Neles não há traço, nenhum vestígio de lembrança permanece; WZ (*Wahrnehmungszeichen* – signos de percepção) é a primeira escrita de percepção, totalmente incapaz de produzir consciência; UB (*Unbewusst* – inconsciente) é a segunda escrita, onde os elementos encontram-se organizados por uma relação de causalidade, equivalente a lembranças conceituais e também inacessível à consciência; VB (*vorbewusst* – pré-consciência) ligado a representação de palavra, e corresponde ao Eu. Bews – consciência de forma que “na fronteira de duas épocas precisa acontecer uma tradução” (Freud, 1896/2016, p. 37).

Percebemos então que os signos de percepção permanecem desorganizados, anteriores a qualquer simbolização, como que em espera de uma tradução para ganhar existência. É aí que o inconsciente estabelece um texto psíquico propriamente dito, cifrado, com suas leis de condensação e deslocamento. De modo que um elemento discursivo irá sempre se encadear a outro, a partir de sua lógica própria.

É o que nos propõe Celso Rennó Lima (2010) quando indica que se pudermos introduzir o traço nesse esquema freudiano, pensando nesta marca, isto é, no momento originário de constituição do sujeito, ele estaria entre o WZ (os signos de percepção) e o UB (o inconsciente). De modo que, no momento em que existem apenas percepções, não há nem sujeito e nem objeto a serem percebidos. É apenas a partir do traço, das insígnias, de uma certa nomeação, que um antes e depois se estabelece.

O importante aqui, fica por conta do fato que não se distingue, ainda, a qual desses traços de percepção vai se ligar todo o processo de identificação que irá se constituir no nome próprio, a partir do qual o sujeito advirá para nomear todas as coisas que vão fazer existir o pouco-de-realidade de seu mundo ficcional (Lima, 2010, p. 95).

É então com o traço que se instaura a escrita secundária do inconsciente, o que possibilita a terceira escrita, quais sejam, das lembranças conceituais e representações de palavras. “Em outras palavras, é a entrada do significante fálico que vem ordenar, estabelecer uma sequência e um tempo de espera para o que só visava o imediato do gozo sem limites” (Lima, 2010, p. 97).

Já em outro contexto, no “Psicologia de grupos e análise do Ego” para tratar do processo de identificação do sujeito, Freud (1921/1969) menciona um traço primário (*einzigster Zug*) que Lacan (1961-62/2003) retoma no *O seminário, livro 9: a identificação*.

Neste seminário, Lacan pensará a identificação do sujeito através da marca primeira que irá constituir-lo sem, portanto, defini-lo. O traço unário aqui, diz respeito ao apagamento do objeto em si, sendo então situado como marca distintiva, singular, que não se traduz. O nome próprio seria um exemplo dessa marca, uma vez que se podemos falar de uma identificação do sujeito, ela se dá pelo suporte desse traço, permanecendo parcial e limitada, uma vez que sobra um resto sem tradução.

Aqui, diferentemente da identificação ao significante que se caracteriza por um fator coletivizante, do que faz grupo e unifica os sujeitos, temos a vertente de uma identificação ao que não se representa, não entra na série e, portanto, se relaciona à singularidade do sujeito.

Isso porque, o traço unário é significante não de uma presença, mas de uma ausência apagada que, a cada volta, a cada repetição presentifica-se como ausência. É aí que Lacan localiza o ponto radical, arcaico, suposto na origem do inconsciente. Não num conteúdo, mas numa ausência que deixa rastros.

Ele aproxima a função do traço unário do que Freud chama de “narcisismo das pequenas diferenças”, dizendo que, de fato, é uma diferença absoluta, incomparável.

a questão do verdadeiro está aí colocada de maneira especialmente radical, porque põe em causa, não apenas isso que encontramos de verdadeiro no real, mas também o estatuto do sujeito enquanto encarregado de levar esse verdadeiro ao real, encontrando-me, ao fim de meu último discurso, desembocando nisso que lhes indiquei como reconhecível na figura já conhecida do traço único, do *einzigster Zug*, na medida em que é sobre ele que se concentra para nós a função de indicar o lugar onde está suspensa no significante, onde está pendurada, no que concerne ao significante, a questão de sua garantia, de sua função, disso a que serve este significante, no advento da verdade (Lacan, 1961-62/2003, p. 39).

O traço *pendurado* ao significante, tem a função de produzir a contagem fazendo a diferença se fundir na identidade: A é A. Nessa enumeração, a diferença é introduzida pela seriação, mas o que entra na conta é diferente porque não ocupa o mesmo lugar. Essa diferença do significante consigo mesmo quando repetido é considerada por Lacan como sendo uma de suas propriedades fundamentais. Ela faz com que a repetição significativa (o conceito freudiano de repetição) não seja um eterno retorno, pois traz sempre a tentativa de recuperar essa diferença primordial.

Agora vem o que Lacan aporta. Que diz respeito a essa repetição, essa identificação do gozo. Aí, tomo do texto de Freud, para dar-lhe um sentido que lá não está apontado, a função do traço unário – quer dizer, da forma mais simples de marca, que é, falando propriamente, a origem do significante. E afirmo isso – que não se vê no texto de Freud, mas de modo algum poderia ser descartado, evitado, rejeitado pelo psicanalista -, que é no traço unário que tem origem tudo o que nos interessa, a nós, analistas, como saber (Lacan, 1969-70/1992, p. 48).

Assim, o traço é o que permite ao sujeito se localizar temporal e espacialmente para começar a fazer a contagem. Nessa contagem, contudo, seu lugar não entra como um, fica excluído. Como em um mirante, por exemplo, tem-se o panorama da paisagem, mas a partir de um ponto muito preciso, o ponto de visão do próprio observador, que faz parte do panorama, mas dele fica excluído.

Freud também diz que comumente, quando lembramos algo de nossa infância, nos vemos crianças, como se fôssemos espectadores da cena e não como se estivéssemos fazendo parte dela. Isso indica que a lembrança não é de fato a vivência, mas o sujeito a incluiu na contagem, como se ele pudesse visualizar-se estando num ponto exterior.

Para explicar como esse traço primeiro entra em jogo, ficando dele excluído, Lacan (1964/1985), dá o seguinte exemplo: ele observou no museu de Saint-Germain-en-Laye, uma costela de animal pré-histórico coberta por uma série de traços, feitos possivelmente pelo caçador, representando, cada um dos traços, um animal morto.

O primeiro significante é o entalhe, com qual se marca, por exemplo, que o sujeito matou um animal, mediante o quê, ele não se embrulhará em sua memória quando tiver matado mais dez. Ele não terá que se lembrar de qual é qual, e é a partir desse traço unário que ele os contará. O traço unário, o próprio sujeito a ele se refere, e de começo ele se marca como tatuagem, o primeiro dos significantes. Quando esse significante, esse um é instituído – a conta é um um. É ao nível não do um, mas do um um, ao nível da conta, que o sujeito tem de se situar como tal (Lacan, 1964/1985, p. 135).

Desse modo, é apenas a partir do “segundo um” que o primeiro é validado a contar. O sujeito se constitui como segundo em relação ao significante, em relação ao traço unário.

É o que Lacan (1966) indica em Baltimore quando afirma que a questão do “dois” é a questão do sujeito, pois ele não completa o um, mas deve repeti-lo para dar-lhe existência, de modo que “apenas uma repetição é necessária à constituição do estatuto do sujeito” (Lacan, 1966, p. 6). Assim, não se trata de uma mesmidade, de uma reprodução ou uma unidade, mas de uma contagem que deixa como rastro a marca de uma alteridade essencial.

é necessário que esse dois constitua o primeiro inteiro que ainda não nasceu como número antes da aparição do dois. Vocês tornaram isso possível pois o dois está aí para conferir existência ao primeiro um. Coloquem o dois no lugar do um e vocês vão ver aparecer o três no lugar do dois¹⁷ (Lacan, 1966, p. 6).

Ou seja, a marca tem por efeito, apagar a diferença, deixá-la excluída, para que possa repeti-la na contagem. Um outro exemplo disso é quando a criança diz: “tenho três irmãos: Paul, Ernest e eu”, o sujeito está implicado, de forma constituinte, mas fica incluído e excluído dessa contagem. É apenas num segundo momento que ela pode se reconhecer como contador.

Mas certamente é no espaço do Outro (A) que ele se vê, e o ponto de onde ele se olha também está nesse espaço. Ora, é bem aqui também que está o ponto de onde ele fala, pois no que ele fala, é no lugar do Outro (A) que ele começa a constituir essa mentira verídica pela qual tem começo aquilo que participa do desejo no nível do inconsciente (Lacan, 1964/1985, p. 137).

Sobre esse ponto, Christian Dunker (2002) dirá que enquanto o sintoma pela via da identificação histórica suporta a identidade como um sistema de inclusões, cujo fundamento é a unificação com o Outro, a identificação com o traço, por outro lado, é singularizante e marca a separação do sujeito ao Outro. No traço, a identificação não é redutível à especularidade, o que une o sujeito ao Outro também os separa e desse modo, temos muito mais um resíduo dessa relação que exatamente uma identificação que visa se completar. De toda maneira, “nos dois casos o sujeito padece de um ‘erro de conta’, no primeiro ele deixa de se contar, pois conta-se no outro, no segundo ele deixa-se de se contar pois sua identificação o conta como -1, no plano do significante” (Dunker, 2002, p. 4).

Esse erro de conta é também um erro de tempo, uma vez que esse tempo de alienação ao Outro é um tempo posterior e o de subtração do significante, um tempo anterior. Logo, o sujeito está fora do tempo porque está também fora dessa medida significante.

Neste sentido temos, de um lado, o significante que, longe de ser apagado, se reproduz indefinidamente, é volátil e se relaciona com a fala. De outro, o traço que se articula pela estrutura da escrita e que permanece portador da diferença essencial que não se deixa decifrar pelo sentido, mas o coloca a trabalho. De modo que “a psicanálise não é só uma questão de escuta *listening*; ela é uma questão de leitura, *reading*. A psicanálise se inicia com a função da fala, mas ela se refere à escrita (Miller, 2015, p. 14). Se assim for, trata-se de um inconsciente que estava escrito desde sempre, à espera de uma leitura?

¹⁷ No original: “It’s necessary that this two constitute the first integer which is not yet born as a number before the two appears. You have made this possible because the two is here to grant existence to he first one: put two in the place o fone and consequently in the place of the two you see three appear”.

4.2 ESTA(VA) ESCRITO

A partir de Freud, alguns fenômenos que antes poderiam passar despercebidos ganham o caráter de uma mensagem cifrada. No trabalho “Psicopatologia da vida cotidiana” (1901/1969), por exemplo, atos como pegar um ônibus na direção contrária ou esquecer o horário do trem, deixam de ser inocentes e passam a ser interpretáveis, como os sonhos e as demais formações do inconsciente. O que torna o inconsciente algo a ser lido? O sintoma é uma mensagem?

Em “Psicopatologia da vida cotidiana”, num interessante texto chamado “Determinismo, crença no acaso e superstição – alguns pontos de vista” Freud (1901/1969) desenvolve a questão do determinismo inconsciente e seu estatuto de mensagem cifrada. Tomamos uma história contada numa nota de rodapé acrescentada por Freud em 1924, que resumiremos.

Trata-se do caso de um homem que, logo após se casar numa cidadezinha da Rússia, partiu de trem com sua esposa numa viagem de lua-de-mel para Moscou. Na parada em uma estação intermediária, duas horas antes de chegar ao destino final, ele sentiu o desejo de sair para fumar, dar uma olhada na cidade. Sua jovem esposa não quis ir e, como o trem demoraria tempo suficiente, foi até o portão da estação deixando-a no vagão. Ao retornar, porém, viu que o trem já tinha partido com sua esposa.

Tempos mais tarde, comentando em casa o incidente com sua madrinha, esta declarou profeticamente: “Esse casamento não vai dar certo” Passados cinco meses, ele efetivamente se separou da esposa e, recordando a profecia da madrinha, encarou seu abandono do trem como um certo “protesto inconsciente” contra o seu casamento.

Até então nenhuma surpresa maior, a grande coincidência ainda estaria por vir: dois anos mais tarde, este homem veio a encontrar e se casar com outra mulher, que vivia precisamente naquela cidade em que ocorrera o ato falho descendo do trem. Esta mulher e esta cidade eram, naquela época, totalmente desconhecidos para ele.

O que haveria de “premonitório” neste caso? Existiria aí uma escritura inconsciente colocada desde sempre? Trata-se de um lapso ou de uma repetição? Do presente ou do passado? Interessante notar que Freud toma este caso para comparar o seu determinismo ao dos supersticiosos e místicos:

São duas diferenças entre mim e o supersticioso: primeiro ele projeta para fora uma motivação que eu procuro dentro; segundo, ele interpreta mediante um acontecimento o acaso cuja origem atribuo ao pensamento. Mas o oculto para ele corresponde ao que para mim é inconsciente e é comum a nós dois a compulsão a não encarar o acaso como acaso, mas interpretá-lo (Freud, 1901/1969, p. 252).

Essa “compulsão a interpretar o acaso” marca uma crença no inconsciente de forma que se o supersticioso diz que estava escrito nas estrelas, Freud afirma que tais estrelas se escrevem no inconsciente, não há livre arbítrio que não esteja submetido às suas determinações.

Ora, se a análise propõe justamente que o sujeito dê um novo destino ao seu sintoma como pensar esse determinismo inconsciente que se passa como se tudo já estivesse dado? Vimos que, ao afirmar que o inconsciente é estruturado como linguagem, Lacan aponta justamente para essa lógica que está em superfície, na fala e nos lapsos que ela engendra e não como um conteúdo submerso que determina o destino do sujeito.

Ou seja, é um ponto de não saber, que promove o próprio saber. Como nos indica Lúcia Grossi Santos, “as fantasias é que permitem essa sobreposição do passado com o presente: toda nova estrutura de desejo revive os traços de outras anteriores. Isso condiz com a própria definição do desejo como ativação do traço mnêmico” (Santos, 2002, p. 67).

Este inconsciente interpretável como mensagem cifrada pela fantasia é traduzido por Lacan pelo termo “sujeito suposto saber” e indica a ilusão do sujeito de que no passado, pode conter tudo o que é presente, inclusive a relação com o futuro.

Trata-se, segundo Miller (2000), da ilusão do “já estava escrito” pelo Outro, onde a experiência analítica é duplicada por sua própria inscrição no passado. A fala do analisante se torna equivalente a uma leitura, remete a uma escrita, à escrita de antes. O que acomete o sujeito é reenviado através de sua fala à sua escrita, à enunciação desse sujeito suposto saber como crença no inconsciente.

Na história citada por Freud percebemos que, se existem três fatos isolados e contingentes: descer do trem numa cidade qualquer e esquecer a esposa; separar-se da esposa e voltar àquela cidade; casar-se com outra mulher nesta mesma cidade – todos podem ser articulados numa determinação inconsciente. Porém, se para o supersticioso trata-se de uma intuição, de um destino já desenhado desde sempre, para psicanálise, esse ‘destino’ só pode ser traçado *a posteriori*. “Quando Freud afirma que todos os fenômenos psíquicos são determinados, isto não implica que, a priori, possamos dizer o que vai acontecer, mas sim que, uma vez tendo acontecido algo, possamos remetê-lo a uma série determinante” (Garcia-Roza, 2003, p. 86).

É o próprio sujeito que constrói sua trama num determinismo necessário onde a repetição faz apelo e evitação ao que falta, retomando seu percurso. O papel da psicanálise aí, é o de inserir o tempo na sua dimensão da surpresa e do devir. Isto é, ao invés de pensar a transferência e o inconsciente articulados ao passado, trata-se de pensar a clínica na vertente do futuro, do que não se sabe.

Miller em sua conferência *A erótica do tempo* (2000), ilustra bem essa discussão quando retoma a noção aristotélica do paradoxo do futuro contingente. O nervo desse paradoxo é a conversão do possível em necessário, em um efeito de retroação. Por exemplo, se vai chover amanhã, é simplesmente possível, pode ou não acontecer. Na medida em que isso aconteceu, tornou-se efetivo, verdadeiro. E é impossível que o que aconteceu possa não ter ocorrido. “É simplesmente porque reprojeta essa efetividade em sentido contrário que podemos dizer que isso anteriormente já era necessário” (Miller, 2000, p. 26). Há então uma dupla dimensão do tempo: o tempo que passa, marcado por uma abertura de possíveis, que seria T_1 , e outro de uma temporalidade retroativa que tem como efeito de significação a necessidade, T_2 . Ou seja, T_1 é continuamente duplicado por T_2 que é constitutivo da significação, do sujeito suposto saber. Assim, “o que pertence ao futuro já está de alguma forma, inscrito no passado” (Miller, 2000, p. 28). O futuro já está no passado e vice-versa porque essa temporalidade para o sujeito do inconsciente não é sequencial e sucessiva.

Logo, o determinismo também não é o de causa e efeito, mas entre esse binário há uma hiância que faz tropeçar. No caso explicitado por Freud, por exemplo, a contingência do futuro (voltar à cidade e casar-se novamente) se tornou já inscrita no passado como se estivesse submetida a uma determinação.

A partir do que nos indica Miller, consideramos que a repetição do sujeito em análise estaria no tempo que progride, T_1 , mas reprojeta no tempo que retroage, isto é, atribuída ao inconsciente como já estando ali. Assim como Freud nos diz que não é possível encontrar o feto no adulto, mas existem marcas e contornos que nos permitem identificá-los, Miller reafirma: “não instalamos bebês no divã, mas podemos passar novamente pelas experiências das demandas antigas que se fixaram nos sintomas” (Miller, 2000, p. 40).

Tal regressão se constitui na própria articulação significativa. Essa é a suposição de saber, a suposição de que será possível alcançar o momento T_0 , a origem, a causa primeira, como se ele desse o significado à cadeia metonímica. O que aprendemos com Lacan é que apenas a partir desse percurso topológico, apenas por esta torção temporal do significante,

temos algo da verdade do sujeito, não como a causa primordial, mas como o que se pôde ler através da fala.

Um outro caso que nos permite ilustrar essa questão do inconsciente determinado como escritura é o passe de Véronique Mariage (2001). Trata-se de um sujeito com uma grande dificuldade de tomar a palavra. Calar-se é sua forma de falar, de demandar, de gozar. Ela leva ao analista seu sofrimento por amar um homem proibido, de quem perdeu o bebê que estava esperando. Ao longo de sua análise, descobre os significantes de sua história, aqueles que fundamentam as identificações que a determinam. O principal deles é a identificação a uma criança morta. Isso se dá como uma angústia diante do vazio, mas também como um tratamento do sintoma: assim como seu analista, ela se ocupa de crianças psicóticas, crianças mortas à palavra ou muito vivas, enfim, de crianças a salvar.

Este circuito de satisfação poderia durar toda a vida se o encontro com dois episódios não viesse lhe desarranjar. O primeiro: ela falta duas vezes seguidas às aulas de seu analista e à sessão, o que nunca tinha se passado. A primeira vez, foi para cuidar de sua mãe imobilizada por uma queda. A segunda, porque ela foi convidada a falar de seu passe e deveria escrever seu trabalho. Já havia muito tempo, ela estava desinteressada pelo trabalho de seus colegas sobre o passe e o fim de análise. Tudo isso lhe causava um enorme tédio. Como não conseguia escrever tal trabalho, faltou à sessão.

É neste momento de ausência e falta que ela tem um pesadelo: Ela vai fazer um piquenique com seu irmão preferido no jardim da instituição que trabalha desde o começo de sua análise, há 25 anos. Ela se alegra ao se deparar com uma árvore cheia de deliciosas peras, como as da sua infância, que seu pai as proibia de comer. Seu irmão lhe aponta para o pé da árvore. Ela vê com horror um cadáver em estado de decomposição avançado. Agita-se, quer chamar a polícia e seu irmão diz que não vale a pena, porque será impossível identificar o corpo. Ela vai então à porta de entrada da instituição e toca a campainha. Seu pai aparece e quer falar, mas ele não pode, pois não tem mais voz.

Véronique associa em análise que, nesse pesadelo, não é o cadáver impossível de identificar que a faz acordar. O que o analista confirma: “É antes que o seu pai não possa lhe falar que lhe é insuportável”.

O segundo episódio, então, precipita o fim de sua análise. Ela vai escutar as aulas de seu analista que diz: “As pessoas vem falar a um analista palavras que lhe foram ditas ou não ditas, quando elas esperavam. Essas marcas de palavra, nós encontramos quando são esquecidas, ou

quando são sempre lembradas, encontramos ocasião de explicitar, comunicar, de ver suas consequências. E quando o sujeito é absorvido por essa marca, ele não se distingue.

A analisante vai à sua sessão seguinte. Ela diz a seu analista com ironia: “Meu pai dizia sempre a seguinte frase a todos os seus filhos: ‘O trabalho é a punição do bom Deus’”. O analista exclama: “E eu aposto que todos os filhos trabalham como loucos”. Em seguida o analista se levanta, pega seu caderno e sua caneta. “Você me fala isso de novo, é formidável, vou escrever”. Ela, surpresa, repete a frase de seu pai: “Vocês devem saber que o trabalho é a punição do bom Deus” O analista anota detalhadamente e finaliza a sessão. Ao sair, uma surpresa: vem à memória da analisante que seu pai dizia mais que isso. Uma segunda parte da frase aparece como que completando a primeira parte. Ele dizia, na verdade, exatamente assim: “Vocês devem saber que o trabalho é uma punição do bom Deus. E não sou eu que digo, está escrito”.

Até então, ela tinha dado apenas um sentido a esse enunciado. Ela tinha a ideia que por essa frase tão repetida, era preciso, sobretudo, não fazer do trabalho uma punição, mas ao contrário, era preciso amá-lo. Seu pai dizia isso com orgulho e, efetivamente, todos os seus filhos pareciam animados de um desejo pelo trabalho. Entretanto, ao completar a frase: “não sou eu que digo, está escrito”, era como se esta sentença, tirada do livro da gênese, contivesse a escritura de seu destino que ela podia ler no percurso analítico. O pai, tão querido, apareceu agora como a voz do supereu que vem dizer que na vida haverá sempre uma falta a gozar. Essa marca de destino escreveu seu percurso: sua identificação à criança morta, seu trabalho com psicóticos, sua ligação à religião, sua relação amorosa e proibida com um homem consagrado à Deus e o lugar de seu analista na transferência. Este circuito fez reler retroativamente esse determinismo e criou aí uma nova significação, deixando de ser um oráculo. “*Je suis donc parfois analyste*”¹⁸, responde seu analista indicando que, numa contingência, ocupando de forma intermitente a posição de objeto *a*, seu ato de escrever pôde entrever um passado não realizado, pôde fisgar o circuito de determinismo do sujeito.

A questão que nos parece interessante é que, escrita pelo analista, esta frase ganha um novo sentido e aparece à analisante na versão de horror e condenação. A partir desse ato ela pode então se apropriar desse destino a princípio fatídico, para direcionar seu trabalho e seu sintoma em outra direção.

Ali, uma estrutura topológica se demonstra quando não podemos discernir se foi o fato de se antecipar e escrever a frase que fez a analisante elaborar esse resto esquecido ou se algo desse resto impulsionou o analista em seu ato. Trata-se da torção que faz oscilar passado,

¹⁸ Eu sou então, às vezes, analista.

presente e futuro, numa descontinuidade temporal. Como nos indica Ram Mandil (2001) em seu instigante artigo “Tempo e ato analítico”,

Cabe evocar aqui uma “clínica das imediações do ato”, capaz de considerar tanto aquilo que o precede quanto aquilo que se produz a partir dele, o que não seria possível sem adotarmos o ato como uma descontinuidade pontual, suplementar em relação à temporalidade da experiência (Mandil, 2001, p. 2).

É essa descontinuidade que permite afirmar que situa no ato algo contrário à lógica do inconsciente. Enquanto este último é interpretável, o primeiro surge exatamente numa oposição ao sentido, mesmo que esteja submetido às coordenadas simbólicas. O ato tem a ver com o corte que instala um antes e depois, ou seja, ele introduz na dimensão da temporalidade algo que muda sua configuração inicial de sucessão.

Talvez não seja exagero dizer que a precipitação, a aceleração temporal, a pressa, a passagem pelo “desfiladeiro do eu-não-penso” – todas elas figuras de linguagem que procuram captar o momento imediato que antecede ao ato – indicam a entrada do sujeito numa zona de radiação máxima do objeto (a), com seus efeitos de desregulação do tempo. Diferente do sintoma do neurótico que tenta estagnar o tempo e regular os efeitos da presença desse objeto, fazendo com isso, que apenas o tempo cronológico passe na posição de *mesmice* enquanto o tempo subjetivo permanece fixado na estrutura de repetição, como que determinado por um destino (Mandil, 2001, p. 4).

Graciela Brodsky (2004) em seu livro *Short story: os princípios do ato analítico*, afirma que o inconsciente pode ser tomado quer do ângulo da repetição, quer do âmbito da pulsação, ou seja, como aquilo que insiste ou aquilo que emerge como produção. De acordo com Brodsky, há uma tensão entre o terreno do ato e o terreno da potência que vem desde a Escola de Atenas. O pensamento é de que algo está em potência e lhe falta uma causa eficiente que o transforme em ato, que lhe dê atualidade. Essa mudança no objeto implica uma temporalidade do antes e depois. Por exemplo, poderíamos dizer que a estátua já está em potência no mármore? Como se o mármore estivesse destinado a ser estátua? “Há algo correto nessa afirmação pois se no lugar de um pedaço de mármore houvesse água, não se teria uma estátua em potência, a não ser que fosse de gelo” (Brodsky, 2004, p. 29). Essa discussão se torna interessante se pensamos, por exemplo, que o inconsciente está em potência e à espera da interpretação e do ato. Essa proposição pode levar tanto à ideia de um destino determinado quanto a de que estamos defendendo, isto é, de um determinismo que só se estabelece após a leitura do ato.

Esse debate, que atravessa séculos, acaba criando diferentes escolas, uma das quais, a que interessa Lacan, sustenta que, mesmo que o mármore existisse cronologicamente antes da estátua, só se pode dizer que a estátua estava em potência no mármore depois de ela ter sido feita. Em outras palavras, em uma perspectiva a temporalidade é cronológica; na outra, primeiro está o ato e depois a potência. Com o mármore apenas, não se pode dizer: “Eis a futura estátua”. Trata-se do mecanismo de antecipação utilizado por Lacan no estádio do espelho e no grafo do desejo. É o próprio esquema de uma temporalidade que não responde a uma cronologia e que depende precisamente do ato criador (Brodsky, 2004, p. 29).

Estaria o restante da frase de Véronique “em potência” esperando para ser escrita?

Se levarmos em consideração que a potência, como a causa, não podem ser determinadas antes do ato ou antes dos efeitos, diremos que a segunda parte da frase só passou a existir para o sujeito, depois de escrita pelo analista e lida pela analisante.

É o que nos indica Jean Starobinski (1984), que ao tratar das questões do destino e da repetição, afirma que a narrativa do sujeito pode se desdobrar em vários sentidos, sem trair os fatos, de forma que podemos contar o mesmo passado a partir de várias histórias e interpretá-lo de maneiras diferentes. Nesse sentido, pouco importa a busca pela causa primeira, ou investigar se ela realmente existe, ou mesmo sobre quem escreveu primordialmente a mensagem. O importante é reconhecer que o evento, uma vez acontecido, rubrica uma necessidade antecedente. O que conta é a lacuna diferencial introduzida pelo acontecimento entre uma evidência percebida e uma necessidade não percebida.

Que a escritura da mensagem seja o anúncio ou o traço do acontecimento, chegamos à mesma constatação: a mensagem não é plenamente legível se não for num *a posteriori*. O destino revelado se conjuga ao pretérito imperfeito: “estava escrito”.

A leitura não se oferece se não for a partir de um olhar retrospectivo: não resta nada à memória senão a escolha de ler o texto estabelecendo o fio de um discurso, ou de modo descontínuo, ou em diagonal¹⁹ (Starobinski, 1984, p. 34).

Assim, se o sintoma se assemelha ao destino, trata-se sempre de uma leitura intermitente e diagonal, que, remetida ao passado, traz a dimensão fatídica do “estava escrito”. De forma que “o *a priori* causal ganha lugar a partir do *a posteriori* narrativo” (Starobinski, 1984, p. 34). Isso indica que o tempo verbal faz toda a diferença. Dizer que o inconsciente “estava escrito” – no passado – sugere uma predeterminação onde a causa está “guardada” com uma significação prévia dos efeitos. É a ideia do inconsciente-sacola. Ou, como indica Lacan, é a ideia de fazer a relação sexual existir: “Para que um homem encontre sua mulher, que outra coisa existe senão a formulação romântica ‘era fatal, estava escrito?’” (Lacan, 1971/2009, p. 70).

¹⁹ No original : « *Que l'écriture du rouleau soit l'annonce ou la trace de l'évènement, on en arrive à la même constatation : le rouleau n'est pleinement lisible qu'après coup. Le destin révélé se conjugue à l'imparfait du passif : “Il était écrit.” La lecture ne s'offre qu'à un regard rétrospectif : il ne reste plus à mémoire que le choix de lire le texte en établissant le fil d'un discours, ou de façon discontinue, ou en diagonale* ».

Ao contrário, a dimensão do está escrito – no presente – aponta para uma mensagem que deve ser traduzida, decifrada, mas que não tem outro meio de ganhar sentido senão quando organizada no fio do discurso. Não há nenhuma garantia sobre o que de fato está escrito, senão quando o próprio sujeito decide fazer sua versão de tradução, a leitura singular dessa mensagem cifrada, uma vez que “não há metalinguagem alguma, no sentido de que nunca falamos senão a partir de uma escrita” (Lacan, 1971/2009 p. 86). Essa tradução da escrita que se dá pela fala implica necessariamente numa perda, um percurso pelo furo estrutural pois “não há topologia sem escrita. Esta consiste, precisamente, em fazer furos no escrito” (Lacan, 1971/2009 p. 76). Assim, se o inconsciente possui uma mensagem, ela se aproxima da carta roubada que faz muito mais evocar, suscitar e animar o circuito de significantes do que comunicar um significado.

A experiência da clínica psicanalítica nos indica que o analisante precisa construir um leitor, alguém que supostamente saiba ler essa mensagem cifrada que ele próprio não alcança pela via do pensamento e da consciência. O analista fica então incluído no endereçamento de sua letra, que é, antes de tudo, pulsional. “Se o inconsciente nos ensinou alguma coisa, foi que em alguma parte, no Outro, isso sabe. Isso sabe porque se baseia justamente nesses significantes de que o sujeito se constitui” (Lacan, 1972-73/1985, p. 118).

Se o sujeito se constitui por esses significantes que vem do Outro, isso, ainda assim, não vem a significar nada, mantendo a causa no lugar da hiância. Logo, para que haja o endereçamento da letra, é preciso que esta se torne um enigma. Se isso não acontece, como no caso da psicose, por exemplo, a certeza dispensa destinatários e temos uma “letra morta” que não faz o encadeamento dos significantes pela via da metáfora e da metonímia. É desse modo que só podemos reconhecer um endereço da letra, como estando lá desde sempre, quando esta chega a um leitor, um intérprete, *a posteriori*. A leitura é anterior à escrita, mas ao mesmo tempo, uma vez feita a leitura, isso estava escrito. De forma que o circuito repetitivo do sintoma que não cessa de se escrever, de repente e por uma contingência, escreve-se permitindo sua leitura.

Vou me apoderar da observação de que não existiria microprogramação concebível sem a escrita, apenas para assinalar que, por outro lado, o sintoma, o lapso, o ato falho, a psicopatologia da vida cotidiana, isso não tem, não se sustenta, não faz sentido, a menos que vocês partam da ideia de que aquilo que têm a dizer está programado, ou seja, a se escrever (Lacan, 1971/2009, p. 83).

Em sua lição sobre Lituraterra, Lacan dirá que a letra é isso que faz litoral. Litoral entre a intuição e o raciocínio, entre o gozo e o saber, ou entre a marca no corpo vinda do Outro e a sua interpretação, o significante primordial e sua releitura.

Quanto a mim, eu lhes digo, será que a letra não é o literal a ser fundado no litoral? Porque este é diferente de uma fronteira. Aliás, vocês devem ter observado que essas duas coisas nunca se confundem. O litoral é aquilo que instaura um domínio inteiro como formando uma outra fronteira, se vocês quiserem, mas justamente por eles não terem absolutamente nada em comum, nem mesmo uma relação recíproca. Não é a letra propriamente dita o litoral? A borda do furo no saber que a psicanálise designa, justamente ao abordá-lo, não é isso que a letra desenha? (Lacan, 1971/2009 p. 109).

O litoral não pode ser confundido com a fronteira porque esta última é justamente o que separa dois territórios, numa vertente binária. No litoral, ao contrário, essa demarcação não fica bem esclarecida, fica como que evanescente, borda do furo. Trata-se da própria figura topológica uma vez que a letra escrita é o que permite esse circuito entre os opostos, é o que permite a fala e o inconsciente como causa.

Eu o disse a propósito do traço unário: é pelo apagamento do traço que o sujeito é designado. Isso é marcado em dois tempos. É preciso, portanto, que se distinga aí sua rasura. Litura, lituraterra. Rasura de traço algum que lhe seja anterior, é isso que do litoral faz terra. Litura pura é o literal (Lacan, 1971/2009, p. 109).

Da “litura pura” só temos sua rasura que remete a uma perda, um apagamento, pois a pegada do passo na areia é marca do rastro do objeto e não o objeto em si, mesmo que um se conjugue com o outro. Assim, o semblante nomeia como um “ravinamento” das águas; as marcas, os sulcos no real. Isso é marcado em dois tempos, de modo que o segundo tempo é aquele do apagamento que coloca o traço em relação a outros traços. Apaga-se então a relação entre a marca deixada e a coisa, o referente. Aí está a leitura que dá nome aos signos que traçam o real que ao mesmo tempo precede e funda o escrito e faz do traço-marca um traço significante. O inconsciente como linguagem passa a ler, enumerar tais marcas no real, fazendo surgir a bateria significante.

O próprio escrito, na medida em que se distingue da linguagem, está aí para nos mostrar que, se é do escrito que se interroga a linguagem, é justamente porque o escrito não é linguagem, mas só se constrói, só se fabrica por sua referência à linguagem (Lacan, 1971/2009, p. 60).

Assim, o que é marca, rastro, signo precede a escrita, é lido com a linguagem e transformado em escrita. A letra serve então de suporte ao significante, e o discurso a enlaça na rede do semblante, em que “a representação de palavra quer dizer alguma coisa, quer dizer que a palavra já está aí antes que vocês façam sua representação escrita, com tudo que ela comporta” (Lacan, 1971/2009, p. 80).

O que “do litoral faz terra” é o que permite conjugar e distinguir os campos heterogêneos numa (des)continuidade entre eles. A letra como litoral não tapa o lugar vazio do objeto e, nesse sentido, ela se diferencia do significante na sua função de semblante. A rasura enlaça causa e

efeito, mas a causa permanece exilada nesse interior excluído. O sujeito dá a essa leitura a perspectiva de um destino, de algo que já estava escrito, porque crê que esse saber está determinado pelo Outro e é por isso que sua vida e suas repetições aparecem como uma insistência que vem de fora. É como se, num jogo de par ou ímpar, “alguém” já definisse, a princípio, o histórico de suas partidas, ou de sua vida. O que a psicanálise faz é justamente responsabilizar o sujeito pelo seu próprio “jogo”.

Em outras palavras, se há uma tentativa de confirmar (na análise e na vida) seu destino determinado, o encontro com o psicanalista nada irá responder através desta via, mas sim pelo que convida à surpresa. É um encontro que aponta para a contingência, para a não relação, para aquilo que, neste destino fatídico, apresenta uma fissura, uma dissimetria. Como nos indica Véronique Mariage:

A psicanálise pura só se apresenta pontualmente, num ato. Ela não existe no ideal ao nível do que acreditamos que ela é ou deveria ser. Ela está onde não esperamos, ela se captura somente na surpresa, no *witz*, na *tyché*. E ela se apreende radicalmente no nível daquilo que precipita o analisante ao sair da análise. Este ponto final é sempre singular²⁰ (Mariage, 2001, p. 1).

É desse modo que tanto analista quanto analisante, ficam, de certa forma, à espera de um acontecimento que irrompa com a mesmice da seriação automática, um ato ou uma fala como um flash, um trovão, um efeito que se torna causa, num tempo que faça algo do passado acontecer, ou que dê a essa letra o estatuto de escrita.

4.3 O *NACHTRÄGLICH* OU AQUILES E A TARTARUGA

O termo freudiano *Nachträglich* gerou falsos entendimentos. A tradução de Strachey pelo termo *deferred action* trouxe a ideia de uma ação delongada, que demorou mais tempo que o esperado para acontecer. Assim, um acontecimento inscrito na infância só exerceria sua função mais tarde, como que atrasada. A referência aqui é o tempo cronológico de modo que se torna patológica a cena que deve ser revivida mais tarde e normal é a que acontece e se

²⁰ No original : « *La psychanalyse pure ne se saisit que ponctuellement, dans un acte. Elle n'existe pas dans l'idéal, au niveau de ce que l'on croit qu'elle est ou devrait être. Elle est là où on ne s'y attend pas, elle ne s'attrape que dans la surprise, que du witz et de la tyché. Et elle s'appréhende radicalement au niveau de ce qui précipite l'analysant à sortir de l'analyse. Ce point final est toujours singulier* ».

desenrola na linha do tempo. Se tomarmos também pelo dicionário, a palavra alemã sugere o que é subsequente, posterior.

Freud, entretanto, ao falar de *Nachträglich*, fala de outra coisa, indica uma temporalidade não convencional, muito mais próxima da atemporalidade inconsciente, ou seja, que condensa passado, presente e futuro sem deles fazer distinção.

Logo, enquanto a ideia de uma *deferred action* traz o tempo do senso comum, que escoo do passado para o presente seguindo o sentido da flecha, o tempo do *Nachträglich* faz uma torção e conjuga o paradoxo do “só depois é que isso já era”. Em francês essa noção aparece como o *après-coup*, que sugere um golpe que só se sente depois, aproximando-se melhor da ideia de Freud. Essa temporalidade específica confunde a representação comum do tempo pois não se trata de um tempo cronológico, mas de um passado que depende de um acontecimento futuro para ganhar existência. Logo, o “tempo 1” só se realiza depois do “tempo 2”, sendo a ele posterior, mas, ao mesmo tempo, originário. Assim, trata-se muito mais de uma dissimetria temporal do que de um atraso, uma vez que o *Nachträglich* denuncia que o elo de ligação entre o real do trauma e o simbólico ou entre o afeto e sua tradução, não acontece de forma linear, como se já estivesse lá desde sempre, mas uma temporalidade em movimento, que faz um percurso pela hiância estrutural, já que é preciso que isso se estruture como linguagem.

Lacan dará ao termo uma importância especial, indicando que o conceito freudiano passou despercebido pelos psicanalistas. Em “Meu ensino”, afirma que “antes de mim ninguém jamais percebeu o alcance do *Nachträglich*, embora esteja em todas as páginas de Freud” (Lacan, 1967/2006, p. 57).

Para pensar então esse conceito, ilustraremos com o paradoxo de Zenão de Eléia, Aquiles e a Tartaruga. Zenão foi discípulo de Parmênides e sua discussão é sempre em torno da questão do movimento no espaço e da temporalidade.

De acordo Luiz Gonzaga Teixeira (2011), Zenão indica que pensar essas instâncias como uma passagem sucessiva é um absurdo, e propõe que o tempo e espaço fazem um caminho – um caminho topológico – pelo infinito. Passemos ao paradoxo.

Aquiles era um herói grego de pés velozes que decide apostar uma corrida com a tartaruga, conhecida por sua lentidão. Como a velocidade de Aquiles é maior que a da tartaruga, esta recebe uma vantagem, começando a corrida um trecho na frente da linha de largada de Aquiles. O que acontece é que o herói nunca sobrepassa a tartaruga, pois quando ele chegar à posição inicial A da tartaruga, esta encontra-se mais à frente, numa outra posição B. Quando

Aquiles chegar a B, a tartaruga já não está mais lá, pois avançou um pouco mais para uma nova posição C e assim sucessivamente, *ad infinitum*.

Fica evidente que, empiricamente, isso não aconteceria dessa forma. O que está em jogo na proposta de Zenão é que, o que Aquiles pretende alcançar é um ponto muito específico, isto é, o ponto *original* da tartaruga, de onde ela sai.

De forma que ao correr e alcançar este determinado ponto, já não é mais este, porque já se avançou um pouco mais. Aquiles então recomeça a corrida exatamente como já vinha fazendo da primeira vez e, a partir do segundo ponto, percebe que a tartaruga está sempre um pouco mais adiante.

Vendo por um outro ângulo, ao alcançar o ponto onde a tartaruga começou a corrida, Aquiles tem a sensação de ter caído numa espécie de armadilha: ele percebe que tudo voltou como era antes, que ele sempre está em um ponto e adiante dele está a tartaruga. Ótimo atleta, Aquiles não desiste e começa a correr novamente, ou se preferir, continua correndo exatamente como já vinha fazendo e, desta vez, como da primeira, para alcançar a tartaruga, que agora começa a correr a partir de um segundo ponto. Ele deve atingir esse ponto, mas não há como ir diretamente (Teixeira, 2011, p. 74).

Logo, a posição da tartaruga adquire um estatuto de um objeto inalcançável, por mais que Aquiles corra, recomece, repita seu esforço mais uma vez. Teixeira nos diz que os paradoxos de Parmênides e de Zenão contribuem para compreender os conceitos topológicos e vice-versa.

Topologicamente, a história termina exatamente como começou; ou ainda: o olhar topológico vê exatamente a mesma coisa no fim e no começo de cada ciclo: Aquiles atrás, a tartaruga na frente e entre eles uma distância diferente de zero. Em outras palavras, temos uma situação inicial que se repete a cada ciclo (Teixeira, 2011, p. 77).

Esse paradoxo vale-se fortemente do conceito de referencial. Em uma corrida somente de Aquiles, sem estar contra ninguém, o seu movimento é ilimitado. Ao se colocar, porém, a tartaruga, cria-se um referencial para o movimento de Aquiles, que é o que causa o paradoxo. Em termos matemáticos, seria dizer que o limite do espaço de Aquiles é a tartaruga, que visa tender a 0, mas sempre percorre uma metade infinitesimal. Isso porque o movimento dele é independente do movimento da tartaruga; se adotamos a tartaruga como um padrão para determinar o movimento de Aquiles, criamos uma situação artificial em que Aquiles é regido pelo espaço da tartaruga. Nesse raciocínio, não importa quanto tempo se passe, Aquiles nunca a alcançará e nem poderá ultrapassá-la. O tempo torna-se então, não uma sequência de momentos ou instantes que se sucedem, ou seja, não se pode inferir um passado e um futuro numa relação de causalidade, mas trata-se de dois tempos que promovem um retorno. Se

fizemos um esquema dessa proposição onde colocamos o ponto de partida de Aquiles em A e o ponto de partida da tartaruga em T e o momento exato em que a corrida começa em M, temos:

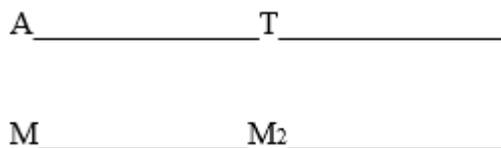


Figura 5 - Esquema do tempo e espaço da corrida

Assim, o exato momento em que Aquiles passa por A, a tartaruga passa por T, como se fizessem parte de linhas diferentes, ou temporalidades diferentes. Percebemos que o primeiro ciclo que o atleta deve percorrer, começa em M e termina em M2, onde começa o segundo ciclo e assim por diante.

E o que esse paradoxo tem a ver com a *Nachträglich*? Ora, se tomarmos o tempo como a dimensão do que corre do passado ao presente, temos o *Nachträglich* como um simples atraso em que, ao tornar consciente um evento traumático do passado, o Eu pode aí advir, como se Aquiles tivesse enfim alcançado a tartaruga.

Entretanto, se estivermos de acordo com a perspectiva de que Aquiles segue uma linha temporal distinta da tartaruga e é por isso que não a alcança nunca, entendemos melhor que o *Nachträglich* indica um encontro com o passado que quando se dá, modifica também o presente e o futuro, partindo então de outro ponto.

Nessa perspectiva, a letra, bem como a tartaruga, é o que não se deixa apreender completamente, mas dela só temos seus rastros. Há algo de inalcançável que é o que permite o circuito, o circuito do desejo. Como nos indica Lacan (1974/2011) em seu seminário “A terceira”:

o real, justamente, é o que não anda, é uma pedra no meio do caminho, bem mais, é o que não cessa de se repetir para enterrar essa marcha. Eu disse isso inicialmente sob essa forma: o real é o que retorna sempre ao mesmo lugar. A ênfase deve ser dada ao “retorna”. É o lugar que ele descobre, o lugar do semblante. É difícil instituí-lo só do imaginário como em princípio a noção de lugar parece implicá-lo. Felizmente, temos aí a topologia matemática para nos servir de apoio (Lacan, 1974/2011, p. 11).

Encontramos em Miller (1998), em seu seminário chamado “O osso de uma análise”, que também poderia ter o título de “A pedra no caminho de uma análise” a referência a este raciocínio. O autor dirá que o osso ou a pedra no caminho é o que impede qualquer ser que se move de chegar ao seu alvo. Claro, qualquer ser que se move e que fala pois “se não houvesse

ser falante, para quem a pedra falaria?” (Miller, 1998, p. 32). Assim, se um significante é introduzido no mundo, no caminho, introduz-se também a impossibilidade ou a pedra. Nessa lógica, se um significante é introduzido, a temporalidade também já não é mais a mesma, segue-se o “relógio da linguagem”, que, de certa forma, é sempre atrasado ou adiantado em relação ao seu referente.

Desse modo, se tomarmos o *Nachträglich* como uma *deferred action*, o problema é facilmente resolvido: basta fazer um retorno, uma regressão ao momento do “atraso”, ou ao evento infantil causador do trauma, por um método como a hipnose ou a catarse, por exemplo, e teremos a causa do sintoma, podendo fazer cessar seus efeitos sofríveis. Temos aqui uma temporalidade linear, em que também o paradoxo de Zenão parece ingenuamente fácil de se resolver, uma vez que em pouco tempo Aquiles alcançaria a tartaruga.

Se, ao contrário, pensarmos que se trata de uma causa inapreensível, pois essa linha é constituída por uma hiância, por uma pedra de tropeço, temos então uma temporalidade que, longe de ser sucessiva, segue ciclos diferentes. O passado é construído a cada encontro contingente no presente, dando à “linha temporal” uma bifurcação ou um desvio. É só aí que a associação livre e as lembranças encobridoras podem servir como um caminho na transferência. Isto é, como uma construção que se dá no momento presente, como produção e não como reprodução de um conteúdo passado. Uma produção inclusive que faz uso da ficção para ser fiel à verdade dos fatos, pois aposta-se no percurso e não na chegada, pois não há o verdadeiro ponto de origem da tartaruga. Lacan aponta para a importância de se perceber o lugar do sintoma nesses diferentes campos:

É nisso que insisto, que insisti, notadamente na entrevista à imprensa, é que ao nutrir o sintoma, o real, de sentido, não se faz outra coisa senão lhe dar continuidade de subsistência. É, ao contrário, enquanto algo no simbólico se cerra do que chamei o jogo de palavras, o equívoco, o qual comporta a abolição do sentido, que tudo o que concerne ao gozo, e notadamente ao gozo fálico, pode igualmente se cerrar, pois isso não anda sem que vocês se apercebam do lugar do sintoma nesses diferentes campos (Lacan, 1974/2011, p. 13).

Em ambas as perspectivas, percebemos que há sempre o risco de nutrir o sintoma de sentido, do que Miller chama de uma amplificação no campo do sentido, onde tudo o que o sujeito diz, podemos interrogar: “O que isso quer dizer”?

Bebendo do sentido e supondo que há um significado para o significante, ou uma causa original, a fala pode ser proliferada sem cessar correndo em torno dela própria. Se uma análise assim se dá, torna-se infundável, uma vez que x quer dizer y que quer dizer z e assim sucessivamente de forma que “a fala que descreve, assim como a fala que narra, estão animadas do movimento virtualmente infinito e parecem estar sempre atrasadas em relação ao que se tem

a dizer” (Miller, 1998, p. 41). É então que o dizer deve estar articulado a um ponto muito preciso em que, neste movimento de ida e volta, ou nessa corrida, percebemos os circuitos da pulsão em torno do mesmo objeto. Tentar chegar ao significado pela via da proliferação de sentido é negar a lógica desse movimento temporal, de que o inconsciente permanece nessa relação de sentido e falta.

Encontramos nas articulações de Freud a indicação, sem ambiguidade, de que não se trata apenas, nessa sincronia, de uma rede formada de associações de acaso e contiguidade. Os significantes só se puderam constituir na simultaneidade em razão de uma estrutura muito definida da diacronia constituinte. A diacronia é orientada pela estrutura. Lá, ao nível da última camada inconsciente, não poderia haver milagre. Isso diz Freud, tem que ter relações com a causalidade (Lacan, 1964/1985, p. 49).

É preciso que o sentido tenha relações com a causalidade porque o inconsciente se estrutura como linguagem em torno do que não se deixa representar. A temporalidade do inconsciente então se constitui pela pulsação de abertura e fechamento, isto é, um inconsciente que se faz presente no ato mesmo da fala, e carrega algo de não realizado, ao nível da escrita. O que não foi realizado é justamente o traço, que promove a cadeia de repetição ficando fora dela. Assim, o sujeito do inconsciente é o que está sempre indefinido, não se sabe o que ele é, circula de um significante ao outro, com suas posições marcadas, mas sem chegar ao significado, assim como a carta/*lettre* roubada. Esta é a própria pulsação significante tecendo o tecido da repetição.

Quando lhes falo do inconsciente como daquilo que aparece na pulsação temporal, pode nos vir a imagem da nassa que se entreabre, no fundo da qual vai se realizar a pesca do peixe. Ao passo que segundo a figura da sacola, o inconsciente é algo reservado, de trancado lá dentro, onde temos, nós, que penetrar de fora. Vou reverter então a topologia da imagem tradicional apresentando-lhe este esquema (Lacan, 1964/1985, p. 137).

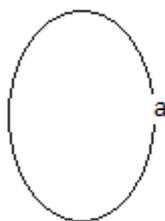


Figura 6 - Esquema da nassa

A ideia de determinismo estaria atrelada a um inconsciente eterno, como uma sacola à espera de ser aberta; enquanto que a ideia de inconsciente como essa rede de furos que se abre e fecha, fazendo sair significantes, remete a esse néon de combinações possíveis. A diferença

entre os dois é radical. Se Lacan dá um estatuto temporal ao inconsciente é porque trata-se de um circuito topológico, remetido a um furo, e não se constitui de forma estática. O inconsciente traz em suas formações algo que absolutamente não estava previsto, mas que ao mesmo tempo, permite a leitura de uma marca fixada no “passado”, ou seja, algo dessa marca como causa que produz efeitos posteriores. Trata-se de uma colocação em ato do que não era, mas se repete e, para o sujeito, não é uma repetição, ele é sempre surpreendido por esse agir.

Percebemos assim, uma dupla vertente do tempo: o cronológico que passa, que se dirige para o futuro e um outro tempo, inconsciente, que se dirige para o passado na forma de repetição.

Essas questões remetem a duas dimensões do inconsciente: o inconsciente como desejo, como algo a se realizar; e o inconsciente como cadeia significante, como saber que insiste. “Ônticamente então, o inconsciente é o evasivo – mas conseguimos cercá-lo numa estrutura, uma estrutura temporal” (Lacan, 1964/1985, p. 36). Como a tartaruga, a dimensão do ser não se deixa recuperar senão pelos rastros. O paradoxo de Zenão nos parece interessante para pensar não apenas o *Nachträglich*, mas também nos servirá de base em um estudo de caso clínico de um atendimento ocorrido em 2007 que nos convida a questionar sobre o que chamamos de determinismo inconsciente.

Trata-se de um adolescente de 15 anos, internado no CEIP²¹ por tráfico de drogas. Marcelo, nome que lhe daremos, mantinha nos atendimentos uma postura sempre muito silenciosa e discreta. Segundo relatos da mãe, ele sofreu uma mudança brusca em seu comportamento após a morte de seu irmão, ocasião em que tinha apenas 9 anos. Desde então passou a se isolar e regrediu bastante na escola.

Sobre esse acontecimento, Marcelo fala com muita dificuldade, conta que era amigo e companheiro de seu irmão, e tinham a rotina de fazer passeios de bicicleta todos os dias pela manhã, andando juntos pelo bairro. Um certo episódio contingente, porém, mudou o curso das coisas. Em dada manhã, Marcelo não acordou cedo, e por isso seu irmão resolveu sair de bicicleta sem sua companhia. Justamente neste dia, o irmão de Marcelo é atropelado e morre. Ao ouvir a notícia, Marcelo corre o quanto pode, mas só chega a tempo de ver seu irmão morto no asfalto.

A partir daí, passa a viver várias transformações. Aos 13 anos, começou a se envolver com as drogas. Atualmente, já pela segunda vez na internação, Marcelo traz para o CEIP algo de seu sintoma onde uma repetição se faz presente. Com o direito a sair nos fins de semana,

²¹ Centro de Internação Provisória a adolescentes em conflito com a lei.

mas com horários estipulados para chegar, o adolescente chega sempre atrasado, o que acarreta em punições cada vez mais severas, como não ter direito a outras saídas externas. Essas punições, contudo, parecem não surtir nenhum efeito. Marcelo reage como se tratasse de uma necessidade, como se esse fosse o destino, sem reclama ou se rebelar. Seus constantes retornos à instituição também parecem não mais marcar um antes e depois, já fazem parte de uma série automatizada.

Seu apelido, que viemos a conhecer mais tarde, retrata algo de sua marca de gozo: “tartaruga”. Um nome que lhe enumera, coloca esse sujeito no lugar daquele que sempre atrasa, é devagar, não está lá quando deveria estar.

A mãe, numa postura superegóica, confirma que Marcelo precisava era de uma medida ainda mais punitiva, sem saídas externas, o que, como a instituição e a sociedade, aparece como um Outro que vem confirmar seu lugar de criminoso.

Nos atendimentos ele permanece sempre muito calado, com grande dificuldade de construir uma narrativa e se posicionar. Se a solução era ouvir o que tinha a dizer, ele só trazia o silêncio. Era preciso ouvi-lo através de seu ato. A morte desse irmão foi um excesso que ele não conseguiu elaborar. Apenas deu a isso um sentido, aparentemente de culpa pelo atraso, como se fosse de certa forma responsável pelo acontecido.

Esta fantasia o faz repetir em torno do real demandando uma punição e tentando inscrever a cena que ainda se encontra 'desligada'. Por não ser capaz de elaborar a morte do irmão, Marcelo traduz atuando, em seu cotidiano, esse atraso que lhe confirma seu lugar de “tartaruga”, um lugar marcado no desejo do Outro. As sanções para o adolescente não passam de uma forma de alimentar sua culpa devastadora. Ser punido é uma peça útil e fundamental na trama de sua vida psíquica. A partir deste cenário, nos questionamos: qual é o destino desse *acting*, o que esse sujeito endereça como mensagem?

Se adotássemos a via de um inconsciente das profundezas e de uma temporalidade cronológica, faríamos o sujeito retornar a essa cena e revivê-la de modo intenso para que pudesse trazer à consciência o que permanece inconsciente, a morte do irmão, recuperando esse atraso no tempo.

Por outro lado, quando adotamos a perspectiva de que esse passado só pode se realizar pelo que se constrói no presente percebemos dois pontos: 1) seus atrasos acontecem hoje e não no passado, trazendo uma repetição sempre atualizada 2) Seu nome “tartaruga” é anterior ao episódio traumático com o irmão, o seja, não podemos localizar a causa original do sintoma nesse momento específico, mas num anterior que continua se projetando ao futuro.

Assim, qual é o tempo que Marcelo não consegue acompanhar e atrás do que essa tartaruga corre, deixando-se sempre fisgar no atraso?

Sabemos que o que Lacan chamou grande Outro, é o lugar destas combinações, desta combinatória, o lugar da determinação significante, que vai estreitando-se sobre um esquematismo. Este lugar deixa um sujeito barrado e ambíguo em relação à cadeia significante. O símbolo do sujeito barrado (\$) já indica que uma parte está excluída, que ele está modalizado por uma barra que ao mesmo tempo lhe inclui e lhe excetua. Então, como expressa Lacan, este sujeito é um sujeito que se inclui na determinação e ao mesmo tempo se subtrai a ela porque só faz a função de falta.

Ser tartaruga, faz esse sujeito ficar de fora, ou melhor, faz com que não consiga acompanhar totalmente as exigências temporais externas, mas é também o que lhe inclui no universo simbólico, ou seja, é subvertendo o tempo do Outro que ele exatamente responde desse lugar que lhe retorna como o atrasado, o tartaruga.

Por outro lado, o que é que se passa durante esse período, entre três anos, um mês, quatro anos? – senão que o sujeito aprende a integrar os eventos de sua vida numa lei, num campo de significações simbólicas, num campo humano universalizante de significações. É por isso que, pelo menos nessa data, essa neurose infantil é exatamente a mesma coisa que uma Psicanálise, a saber, realiza a integração do passado, e coloca em função no jogo dos símbolos a própria *Prägung* (marca) que ali só é atingida no limite, por um jogo retroativo, *Nachträglich*, escreve Freud (Lacan, 1953-54/1997 p. 128).

Torna-se então importante demonstrar que o determinismo psíquico não é saber exatamente o que um sujeito fará, ou que está fadado a ser sempre atrasado, uma vez que essa causa aparece como o que não se interpreta. Mas seria possível, se dêssemos continuidade ao tratamento, estabelecer, *a posteriori*, que Marcelo faz parte de uma estrutura pré-existente que toma a aparência de algo inescapável, mas que pode seguir outras direções. Suspenso na ausência, o sujeito se vê obrigado a repetir como se fosse um destino fatídico, fazendo esse percurso na disparidade aportada pelo significante.

Podemos dizer que de entrada o sujeito é uma disparidade e que de entrada seu conceito está ligado a uma ausência, a um contornar, o contornar de uma zona que eu chamava proibida, é dizer de um buraco, um furo, mas que podemos também tratar como um resíduo e que, de fato, e que ele o chama com esses termos, o *caput mortum* do significante – o *caput mortum* é o resíduo da operação alquímica (Miller, 2008, p. 3).

Esse resíduo do qual menciona Miller, constitui o traço singular, a letra, o S_1 , que permite ao sujeito fazer uma leitura, seja de um destino fatídico, tentando tamponar o vazio estruturante, seja dando a ele o contorno pela via do singular. Logo, não é um sentido que visa

um significado final, mas trata-se de um sentido que sempre circula em torno do *non sense*, em torno do ilegível. Como indica Cleyton Andrade (2015):

Falamos sempre a língua do Outro, mas a escrita que vem daí, nunca é legível. Por ser sem sentido, essa escrita do gozo ilegível para o significante, intraduzível, coloca esse sujeito diante de saber fazer com a escrita do sintoma (Andrade, 2015, p. 174).

O sentido pode ser tomado sempre como preso em tonéis, como se expressa Lacan, a mercê do furo essencial caracterizado como o real próprio do inconsciente. É em direção a essa escrita enquanto ilegível que o analista opera uma redução do sentido.

A interpretação deve, então, extrair o significante de seu contexto associativo, separando-o de seu S_2 , por meio da deformação do discurso, de seu equívoco, reduzindo-o a esse caráter de letra, intraduzível. Diante disso, resta ao sujeito a possibilidade de permanecer ‘eternamente’ tentando tamponar ou dar sentido a esse furo numa repetição que sempre fracassa, ou dar a ele um estilo próprio.

No contexto da subversão do sujeito e da dialética do desejo, Lacan elabora uma espécie de estilística do objeto. Esta teoria postula que não há representação possível, no campo da linguagem, para o objeto de desejo do sujeito, tomado em sua radical contingência e singularidade, e a o mesmo tempo em que afirma que a representação do sexual quo sexual é da ordem do impossível, não apenas porque o simbólico não recobriria a totalidade do real, mas também porque a linguagem não é pensada a partir do paradigma da representação. O estilo, nesta vertente, será o modo pelo qual o sujeito pode criar algo em torno do vazio de referência inerente ao desejo (Iannini, 2012, p. 24).

Ao longo do percurso de análise o sujeito terá que se haver justamente com isso que escapa a essa identificação, para então se identificar novamente, não ao significante que se adequa ao Outro ou ao que se enquadra numa classificação, mas ao que faz referência a um nome singular. Logo, a interpretação é essa que deve antes isolar esse elemento invariável do discurso, onde o sujeito poderá se reconhecer.

É aqui no simbólico, o simbólico, na medida em que é alíngua que o suporta, que o saber inscrito d'alíngua, que constitui propriamente falando o inconsciente, se elabora, ganha sobre o sintoma, isso não impedindo que o círculo marcado aí com S não corresponda a algo que, desse saber, não será nunca reduzido, é, a saber, o *Urverdrängt* de Freud, o que do inconsciente jamais será interpretado (Lacan, 1974/2011 p. 20).

Logo, é nesse desvio do inconsciente, na parada do trem na cidadezinha russa, na visita à loja de doces, na saída de bicicleta, que o trauma se apresenta como litoral, dentro e fora, passado e presente, enlaçados pelo fio do desejo. A transferência permite trazer para o presente, através do ato, esse infantil atemporal. O ato analítico, bem como o ato do sujeito, é o que faz uma ruptura na temporalidade cronológica e instaura algo da surpresa, do imprevisto, da *tiquê*

que gera um acontecimento que institui o antes e depois, ou, um *Nachträglich*, um posterior que dá existência à sua causa primeira.

O primeiro golpe é quando um corpo é nomeado e o segundo, que dá sentido ao primeiro, é o que o interpreta. Diríamos então que é a partir dessa destituição da suposição de saber, ou seja, quando se torna possível desinvestir essa seriação repetitiva como um destino determinado, que essa 'tartaruga' pode perder a conotação destrutiva de morte. Que ela possa também causar o desejo, como no mito de Zenão, num destino traçado, mas não determinado.

Em *O Seminário, livro 26: a topologia e o tempo* (1978), um dos últimos seminários de Lacan, ele inicia dizendo: “Existe uma correspondência entre a topologia e a prática. Essa correspondência consiste no tempo. A topologia resiste, é nisso que a correspondência existe”²² (Lacan, 1978, p. 1). A topologia resiste ao tempo? Ele continua: “A topologia é exemplar, ela permite na prática, de se fazer um certo número de metáforas” (Lacan, 1978, p. 3). A topologia aí parece metaforizar mais que a fala, que fica, para Lacan, em segundo plano em relação aos nós. O que Lacan pretende demonstrar com os seus nós? Parece transmitir que o inconsciente permite vários enlaces possíveis a partir da mesma estrutura de nó. E por que ele diz isso no seminário sobre o tempo? Seria o tempo em sua característica topológica e não linear que permite essa prática?

Se nos arriscamos a dizer que o inconsciente é um passado que não se realizou, é porque esse “passado” se realiza com enodamentos diferentes. Se a banda de Moebius permite mostrar o enlace do real, simbólico e imaginário, não traria também o que enlaça passado, presente e futuro?

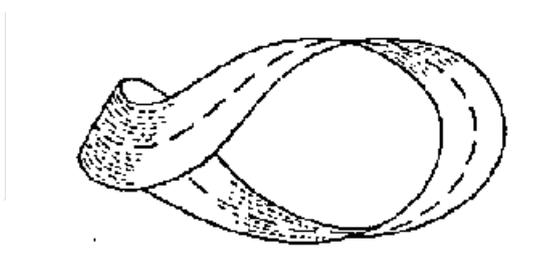


Figura 7 - Banda de Moebius

Assim como a linha da figura pode ser considerada única ou como dupla, em que não se sabe onde começa ou onde termina, o sujeito é o que está no meio desse corte do *cross-cap*,

²² No original : « Il y a une correspondance entre la topologie et la pratique. Cette correspondance consiste en les temps. La topologie résiste, ce en cela que la correspondance existe. La topologie est exemplaire, elle permet dans la pratique de faire un certain nombre de métaphores ».

em que há o “um” e o “mais um” que se repetem num processo metafórico e metonímico do significante, deixando como ausência o signo originário.

Se numa perspectiva do determinismo clássico temos um único enlace possível entre causa e efeito, levando em conta uma temporalidade contínua, num pressuposto universal, a psicanálise, ao contrário, lida com o que há de mais contingente: a singularidade do sujeito e seus diferentes enlaces.

Se a relação de causa e efeito aí não é determinada é porque não se consegue deter a verdade do sujeito simplesmente por uma busca consciente numa linha do tempo cronológica e compartimentada. Ou seja, para sair do significante e chegar ao suposto significado o sujeito deve fazer todo um percurso pelo vazio, pelo furo. Esse furo, é algo que o sujeito deve contornar, é seu impossível de significar. Isso é justamente o que não se universaliza, não se prevê, não se pode determinar. É a pedra no meio da travessia que faz obstáculo, mas também que possibilita novas invenções, e, como diz Lacan, “esse nó, é preciso sê-lo” (Lacan, 1974/2011, p. 18).

5 CONCLUSÃO

Por mais que Lacan tenha insistido na ideia de um inconsciente evanescente, é muito difícil para nós, “ocidentados”, pensarmos de modo não binário, numa estrutura topológica. A ideia de um inconsciente interior e profundo parece estar impregnada, como se mantivéssemos a esperança freudiana, das ciências naturais, de encontrar o verdadeiro conteúdo traumático, a causa original.

Se a verdade do inconsciente não se deixa alcançar por uma busca, mesmo que minuciosa, se o saber teórico e universitário não poderão nos guiar em direção ao conteúdo fiável, uma outra dificuldade também se coloca: o trabalho do analista, tal como do analisando, é o de percorrer os significantes apostando que um acontecimento aí irrompa a cadeia automática de repetição. Esse acontecimento, contudo, não é previsível, isto é, não há uma metodologia que nos direcione *a priori* nesta direção.

Ali, alguma outra coisa quer se realizar - algo que aparece como intencional, certamente, mas de uma estranha temporalidade. O que se produz nessa hiância, no sentido pleno do termo *produzir-se*, se apresenta como um *achado*. É assim, de começo, que a exploração freudiana encontra o que se passa no inconsciente. (Lacan, 1964/1985, p. 30).

Podemos dizer então que há uma psicanálise dominada por um desejo de leitura, de produção de sentido e outra que, pela via de Lacan, se aventura a ficar do lado do *non-sense* do traço, onde o desejo do analista é um desejo de escrita. Mas, como orientar-se a partir desse *non-sense*?

Se não estamos diante de uma possibilidade de simbolizar o real, ou seja, de decifrá-lo pelo sentido e também não estamos no campo da fenomenologia do "aqui e agora" da experiência, o que nos permite dizer de uma estrutura?

Vimos que esse ponto não se deixa apreender de maneira determinada, ele não é por isso menos verdadeiro. A verdade do inconsciente se apresenta de maneira furta-cor, ela aparece e se perde novamente, dando pistas de sua estrutura, mas sem se deixar apreender como conteúdo de uma causa. É a partir daí que constatamos que o inconsciente não pode ser tomado por uma temporalidade em progressão, mas a que se apresenta como um trovão, um opérculo que se abre, a aurora de uma moderna cidade, a *tiquê*, como encontro inesperado.

Por outro lado, o fio lógico dos significantes se constituem *a posteriori*, trazendo a mesmice da repetição, a ideia de um destino já escrito desde sempre, num *autômaton*. Logo,

se podemos falar de determinismo inconsciente, é porque há a tentativa de reproduzir o que não foi ou de se lembrar do que nunca poderia ter sido esquecido.

Foi permeando essas questões que chegamos ao título deste trabalho e à conclusão de que o inconsciente é um passado não realizado e, por isso, inapreensível pela perspectiva da temporalidade e metodologia lineares que pressupõe a existência de um conteúdo a ser resgatado.

O percurso do inconsciente não segue uma lógica de causa e efeito, mas antes uma lógica reversa, muitos efeitos e uma causa sempre nublada ou mascarada pelos seus semblantes. Essa é a especificidade da temporalidade inconsciente, que apresenta-se numa ruptura com a perspectiva sequencial da memória. Neste sentido, o que aparece do passado, não pode explicar o presente porque, uma vez feito o percurso, já não se trata mais nem do mesmo presente, nem do mesmo passado. Isso acontece devido a presença do significante e seu movimento sempre falhado em significar de uma vez por todas.

A teoria da fantasia e as lembranças encobridoras, nos dão prova disso, uma vez que não trazem uma memória intacta, um resgate dos fatos de um passado finito, trata-se antes de uma construção fictícia que acontece no ato mesmo da fala. Ao falar, o sujeito, sem querer, articula seu dizer em torno de um ponto que ele desconhece. Esse ponto desconhecido é o sexual, que não tem sentido em si, mas que faz engendrar o sentido.

O sujeito e seu ponto de causa, só se constituem no desenrolar do discurso, num movimento de presença e ausência, vai e vem ao Outro, fazendo o contorno do objeto. Esse percurso temporal apresenta-se de forma topológica, entre representação e pulsão.

Freud se depara com o fracasso da concepção do sentido em que o sintoma encontraria sua cura uma vez que fosse interpretado. Ao invés disso, há uma compulsão a repetir, a colocar em ato o que não se elabora. É desse modo que a verdade, longe de ser um predicativo, é essa que fala e, por isso, se utiliza dos semblantes para dizer o indizível.

Assim, há um resto pulsional que não é capaz de se inserir simbolicamente no tempo, mas que age através dele, numa insistência repetitiva que se atualiza, por exemplo, na transferência. É desta maneira que Freud situa o objeto como perdido no passado, mas que sua posse pode ser projetada ao futuro, de modo que "o objeto *a* está tanto à frente da cadeia do desejo, no lugar de objeto desejado, como atrás, como objeto que faz funcionar a cadeia; por isso ele será dito 'objeto causa do desejo', por isso será situado no paradoxo de um interior excluído." (Vieira, 2001, p. 169).

Assim, algo fica hiante quando busca-se corresponder o evento atual a uma vivência do passado. Fica essa brecha pois o significante não consegue representar a totalidade da experiência. Esse "atraso" significante em relação à letra é o que permite que os tempos se misturem, ou se aglutinem.

A experiência de análise permite deduzir então o ponto de silêncio que sustenta o discurso de modo que o ato analítico é esse que incide na depuração da fantasia escrita, indo ao seu modo mínimo, sem sentido, e permite nova articulação entre o gozo e o significante. Encontrar a causa como um conteúdo não parece ser viável pois o analista deve circunscrever na própria fala algo que está para além dela e que não é saturável pela lógica significante. Do mesmo modo, deve fazer uso da repetição para indicar a diferença estrutural que a anima.

Logo, ao invés de partir em uma busca incansável pela verdade ou em uma recusa da verdade como sendo do campo do inefável, o psicanalista é esse que participa do jogo simbólico do sujeito, fazendo ali aparecer o contingente. Longe de adotar uma postura da intersubjetividade para conduzir esse jogo, ele passa despercebido para ter acesso à *lettre*, sem a pretensão ou curiosidade de conhecer seu conteúdo, apenas retirando-a do circuito repetitivo e trazendo-a para esse lugar de (agora) sem valor.

A psicanálise aposta que é no interior mesmo do semblante ou desse próprio determinismo que podemos encontrar algo do “real perdido”. Trata-se de uma lógica em que “o sujeito não é somente duplo, mas dividido. Trata-se de dar conta do que, dessa divisão, instaura o real” (Lacan, 1975-76/2007, p. 30).

É precisamente por formar um circuito aberto aos possíveis, que o *nachträglich* é caro à psicanálise, como bem observou Lacan. O inconsciente enquanto suposição, permanece no tempo verbal do "terá sido" e, nessa lógica, o passado se constitui como o que está a advir, ao mesmo tempo que submetido a uma estrutura ilegível. Assim, a partir do movimento retroativo e topológico do inconsciente é possível contornar sua causa, mesmo que ela não diga de maneira determinada sobre o destino do sujeito.

REFERÊNCIAS

- Andrade, C. S. (2015). *Lacan chinês: poesia, ideograma e caligrafia chinesa de uma Psicanálise*. Maceió: EDUFAL.
- Badiou, A. (2017). *Em busca do real perdido*. Belo Horizonte, Autêntica.
- Brodsky, G. (2004). *Short Story. Os princípios do ato analítico*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Deleuze, G. (2006). *Diferença e Repetição*. Rio de Janeiro: Graal. (Trabalho original publicado em 1968).
- Doubrovsky, S. (1977). *Fils*. Paris: Galilée.
- Dunker, C. I. L. (2002). Uso clínico da noção de traço unário. *Stoa-USP*. Recuperado em 15 de janeiro de 2018 de <http://stoa.usp.br/chrisdunker/files/1835/10511/2002+-+Uso+C1%C3%ADnico+da+No%C3%A7%C3%A3o+de+Tra%C3%A7o+Un%C3%A1rio+-+Aqueronta.doc>
- Eleb, D. (2007). *Figuras del destino. Aristóteles, Freud y Lacan o El encuentro de lo real*. Buenos Aires: Manantial.
- Feu, F. (2002). *O fim da cadeia das razões: Wittgenstein, crítico de Freud*. Belo Horizonte, Fumec.
- Fink, B. (1997). A causa real da repetição. In Feldstein, R.; Fink, B.; Jaanus, M. (Orgs.), *Para ler o Seminário 11 de Lacan: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (D. Estrada, trad., pp. 239-248). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Freud, S. (1969). Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: uma conferência. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. III, pp. 37-50). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1893).
- Freud, S. (1969). Projeto para uma Psicologia Científica. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. I, pp. 346-468). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1895).

- Freud, S. (1969). A hereditariedade e a etiologia das neuroses. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. III, pp. 143-158). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1896).
- Freud, S. (1969). O mecanismo psíquico do esquecimento. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. III, pp. 275-284). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1898).
- Freud, S. (1969). Lembranças Encobridoras. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. III, pp. 285-306). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1899).
- Freud, S. (1969). A interpretação dos sonhos. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. IV, pp. 39-647). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1900).
- Freud, S. (1969). Sobre a Psicopatologia da vida cotidiana. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. VI, pp. 19-273). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1901).
- Freud, S. (1969). Três Ensaio sobre a teoria da sexualidade. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. VII, pp. 128-231). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1905).
- Freud, S. (1969). Além do Princípio do Prazer. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. XVIII, pp. 17-78). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1920).
- Freud, S. (1969). Psicologia de Grupo e análise do Ego. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. XVIII, pp. 79-156). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1921).
- Freud, S. (1969). O mal-estar na civilização. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. XXI, pp. 73-150). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1930).
- Freud, S. (2015). O poeta e o fantasiar. In S. Freud, *Obras incompletas de Sigmund Freud, Arte, literatura e os artistas* (E. Chaves, trad., pp. 53-66). Belo Horizonte. Autêntica Editora. (Trabalho original publicado em 1908).

- Freud, S. (2015). Uma lembrança de infância de Leonardo da Vinci. In S. Freud, *Obras incompletas de Sigmund Freud, Arte, literatura e os artistas* (E. Chaves, trad., pp. 69-166). Belo Horizonte. Autêntica Editora. (Trabalho original publicado em 1910).
- Freud, S. (2016). Cartas e manuscritos dirigidos a Fließ. Carta 112 [52], de 6 de dezembro de 1896. In S. Freud, *Obras incompletas de Sigmund Freud, Neurose, psicose, perversão* (E. Chaves, trad., pp. 35-46). Belo Horizonte. Autêntica Editora. (Trabalho original publicado em 1896).
- Freud, S. (2016). Cartas e manuscritos dirigidos a Fließ. Carta 139 [69], 21 de setembro de 1897. In S. Freud, *Obras incompletas de Sigmund Freud, Neurose, psicose, perversão* (E. Chaves, trad., pp. 47-50). Belo Horizonte. Autêntica Editora. (Trabalho original publicado em 1897).
- Freud, S. (2016). A negação. In S. Freud, *Obras incompletas de Sigmund Freud, Neurose, psicose, perversão* (E. Chaves, trad., pp. 305-314). Belo Horizonte. Autêntica Editora. (Trabalho original publicado em 1925).
- Freud, S. (2019). Sobre a dinâmica da transferência. In S. Freud, *Obras incompletas de Sigmund Freud, Fundamentos da clínica psicanalítica* (E. Chaves, trad., pp. 107-120). Belo Horizonte. Autêntica Editora. (Trabalho original publicado em 1912).
- Freud, S. (2019). Sobre o início do tratamento. In S. Freud, *Obras incompletas de Sigmund Freud, Fundamentos da clínica psicanalítica* (E. Chaves, trad., pp. 121-150). Belo Horizonte. Autêntica Editora. (Trabalho original publicado em 1913).
- Freud, S. (2019). Lembrar, repetir e perlaborar. In S. Freud, *Obras incompletas de Sigmund Freud, Fundamentos da clínica psicanalítica* (E. Chaves, trad., pp. 151-164). Belo Horizonte. Autêntica Editora. (Trabalho original publicado em 1914).
- Fux, J. (2014). *Antiterapias* (2. ed.). Belo Horizonte: Scriptum.
- Garcia-Roza, L. A. (2003). *Acaso e repetição em psicanálise: uma introdução à teoria das pulsões*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Garcia-Roza, L. A. (2005). *O mal radical em Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Iannini, G. (2012). *Estilo e verdade em Jacques Lacan*. Belo Horizonte, Autêntica.

Kojève, A. (1990). *L'idée du déterminisme dans la physique classique et dans la physique moderne*. Paris: Librairie Générale Française.

Lacan, J. (1966). *Lacan's Baltimore lecture*. (Inédito). Recuperado em 20 de novembro de 2016 de <http://braungardt.trialectics.com/projects/psychoanalysis/lacans-life/lacans-baltimore-lecture-1966/>

Lacan, J. (1978). *Le Séminaire, Livre 26: La topologie et le temps*. (Inédito). Recuperado em 20 de janeiro de 2016 de http://www.valas.fr/IMG/pdf/la_topologie_et_le_temps_1978_1979.pdf

Lacan, J. (1985). *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (2. ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original proferido em 1964).

Lacan, J. (1985). *O seminário, livro 20: mais, ainda* (2. ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original proferido em 1972-73).

Lacan, J. (1992). *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original proferido em 1969-70).

Lacan, J. (1997). *O seminário, livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original proferido em 1954-55).

Lacan, J. (1997). *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original proferido em 1960).

Lacan, J. (1998). Introdução ao comentário de Jean Hyppolite sobre a “Verneinung” de Freud. In J. Lacan, *Escritos* (V. Ribeiro, trad. pp. 370-382). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original proferido em 1954).

Lacan, J. (1998a). A coisa freudiana. In J. Lacan, *Escritos* (V. Ribeiro, trad. pp. 402-437). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original proferido em 1955).

Lacan, J. (1998b). O Seminário sobre “A carta roubada”. In J. Lacan, *Escritos* (V. Ribeiro, trad. pp. 13-66). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1955).

Lacan, J. (1998). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In J. Lacan, *Escritos* (V. Ribeiro, trad. pp. 496-536). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1957).

- Lacan, J. (1998). A ciência e a verdade. In J. Lacan, *Escritos* (V. Ribeiro, trad. pp. 869-892). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1966-67).
- Lacan, J. (1999). *O Seminário, Livro 5: As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1957-58).
- Lacan, J. (2003). A psicanálise verdadeira e a falsa. In J. Lacan, *Outros escritos* (V. Ribeiro, trad. pp. 173-182). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1958).
- Lacan, J. (2003). *O seminário, livro 9: a identificação*. (Inédito). Trabalho original proferido em 1961-62).
- Lacan, J. (2003). A lógica da fantasia. In J. Lacan, *Outros escritos* (V. Ribeiro, trad. pp. 323-328). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1966-67).
- Lacan, J. (2003). O engano do sujeito suposto saber. In J. Lacan, *Outros escritos* (V. Ribeiro, trad. pp. 329-335). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1967).
- Lacan, J. (2003). Introdução à edição alemã de um primeiro volume dos Escritos. *Outros escritos* (V. Ribeiro, trad. pp. 550-556). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1973).
- Lacan, J. (2003). Televisão. In J. Lacan, *Outros escritos* (V. Ribeiro, trad. pp. 508-543). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1974).
- Lacan, J. (2003). Prefácio à edição inglesa do Seminário 11. In J. Lacan, *Outros escritos* (V. Ribeiro, trad. pp. 567-569). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1976).
- Lacan, J. (2005). *Os nomes-do-pai*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original proferido em 1963).
- Lacan, J. (2006). *Meu ensino*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original proferido em 1967).
- Lacan, J. (2007). *O seminário, livro 23: o sinthoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original proferido em 1975-76).

- Lacan, J. (2009). *O seminário, livro 18: de um discurso que não fosse semblante*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original proferido em 1971).
- Lacan, J. (2011). A Terceira. *Opção Lacaniana*, 62, 11-36. (Trabalho original proferido em 1974).
- Lacan, J. (2016). *O seminário, livro 6: o desejo e sua interpretação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original proferido em 1959).
- Lacan, J. (2017). Acerca da estrutura como imissão de uma alteridade prévia a um sujeito qualquer (Conferência em Baltimore, proferida em 1966). *Opção Lacaniana*, 77, 9-22.
- Laurent, E. (2004). O trauma ao avesso. *Papéis de Psicanálise*, 1(1), 21-28.
- Laurent, E. (2007). Cidades Analíticas. In. E. Laurent, *A sociedade do sintoma, a psicanálise hoje* (pp. 91-110). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- Lima, C. R. (2010). Sobre o traço. *Estudos Lacanianos*, 3(5), 87-93.
- Mandil, R. (2001). Tempo e ato analítico. *Ornicar? Digital*, 157. Recuperado em 24 de junho de 2017 de <https://wapol.org/ornicar/articles/157man.htm>
- Mariage, V. (2001). Quand c'est écrit. *Ornicar? Digital*, 187. Recuperado em 24 de junho de 2017 de <https://wapol.org/ornicar/articles/187mar.htm>.
- Miller, J. A. (1997). Contexto e conceitos. In Feldstein, R.; Fink, B.; Jaanus, M. (Orgs.), *Para ler o Seminário 11 de Lacan: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (D. Estrada, trad., pp. 15-28). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Miller, J. A. (1998). O osso de uma análise. *Agente - Revista da Escola Brasileira de Psicanálise Bahia*, ed. especial, 27-131 (Seminário proferido no VII Encontro Brasileiro do Campo Freudiano e II Congresso da Escola Brasileira de Psicanálise. Salvador-BA 17-21/04/1998)
- Miller, J. A. (2000). *A erótica do tempo*. Rio de Janeiro: EBP-RJ.
- Miller, J. A. (2005a). *Silet - Os paradoxos da pulsão de Freud a Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

- Miller, J. A. (2005b). *Os nomes-do-pai*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Miller, J. A. (2008). *Orientation lacanienne III, Tout le monde est fou, Dixième séance du Cours, le 13 février 2008*. Recuperado em 20 de março de 2016 de <http://www.wapol.org/es/orientacion/TemplateArticulo.asp?intTipoPagina=4&intPublicacion=13&intEdicion=5&intIdiomaPublicacion=1&intArticulo=1197&intIdiomaArticulo=1>
- Miller, J. A. (2012). Os seis paradigmas do gozo. *Opção Lacaniana online*, 3(7), 1-49. Recuperado em 22 março de 2017, de http://opcaolacaniana.com.br/pdf/numero_7/Os_seis_paradigmas_do_gozo.pdf
- Miller, J. A. (2015). Ler um sintoma. *Opção lacaniana*, 70, 13-22.
- Milner, J. C. (2014). *L'universel en éclats*. Paris : Édition Verdier.
- Perec, G. (1995). *W ou a memória da infância*. São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1975).
- Picasso, P. (1995). *Le desir atrappé par la queue*. Paris: Editeur Gallimard. (Trabalho original publicado em 1941).
- Pinto, J. M. (2008). *Psicanálise, feminino, singular*. Belo Horizonte: Autêntica Ed.
- Pirandello, L. (2009). *Para cada um sua verdade*. Lisboa: Livros Cotovia. (Trabalho original publicado em 1917).
- Poe, E. A. (2005). *A carta roubada*. São Paulo, L&M Pocket. (Trabalho original publicado em 1844).
- Rabinovich, D. (1986). *Sexualidad y significante*. Buenos Aires: Ediciones Manancial.
- Rosa, M. (2005). “O inconsciente é Baltimore, ao amanhecer”. *Aletria: Revista de Estudos de Literatura*, 12, 100-106. Recuperado em 20 de maio de 2018 de <http://dx.doi.org/10.17851/2317-2096.12.0.100-106>
- Ross, W. D. (1987). *Aristóteles*. Lisboa: Publ. D. Quixote.

- Santos, L. G. (2002). *O conceito de repetição em Freud*. São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: Fumec.
- Soler, C. (2004). *La repetición em la experiencia analítica*. Buenos Aires: Ed. Manantial.
- Starobinski, J. (1984). Chaque balle son billet. Destin et répétition dans Jacques le fataliste. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, 30, 17-38.
- Teixeira, A. M. R. (2008). O mal-estar no pensamento e o triunfo contemporâneo. *Estudos Lacanianos*, 1(1), 47-55.
- Teixeira, A. M. R. (2015). O sonho da dessuposição de Fliess. *Almanaque On-line*, 6, 1-13. Recuperado em 16 de janeiro de 2017 de <http://almanaquepsicanalise.com.br/wp-content/uploads/2015/09/antonio.pdf>.
- Teixeira, L. G. (2011). *Para gostar de filosofia: os paradoxos de Parmênides e Zenão*. São Paulo: Ibrasa.
- Vieira, M. A. (2001). *A ética da paixão: uma teoria psicanalítica do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Zizek, S. (1998). *O mais sublime dos histéricos - Hegel com Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.